



NÚMERO: 102/2009

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

ANA PAULA MESTRE

**OS USOS DO TERRITÓRIO E AS POLÍTICAS URBANAS: O JARDIM CAMPO BELO NO
PROCESSO DE FRAGMENTAÇÃO DA CIDADE DE CAMPINAS**

Dissertação apresentada ao Departamento
de Geografia do Instituto de Geociências
como parte dos requisitos para obtenção
do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Adriana Bernardes da Silva

CAMPINAS – SÃO PAULO

Agosto de 2009

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências/UNICAMP

Mestre, Ana Paula.
M564u Os usos do território e as políticas urbanas: o Jardim Campo Belo no processo de fragmentação da cidade de Campinas / Ana Paula Mestre-Campinas, SP.: [s.n.], 2009.

Orientador: Adriana Maria Bernardes da Silva.

Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Urbanização – Campinas (SP). 2. Planejamento territorial. 3. Política urbana. 4. Periferias urbanas. I. Silva, Adriana Maria Bernardes da. II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. III. Título.

Título em inglês: The use of the territory and the urban politics: the Jardim Campo Belo in the process of fragmentation of the Campinas city.

Keywords: - Urbanization – Campinas (SP);

- Use of the territory;
- Urban politics
- Urban peripheries.

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Mestre em geografia.

Banca examinadora: - Adriana Maria Bernardes da Silva;

- Márcio Antonio Cataia;
- Samira Peduti Kahil.

Data da defesa: 28/08/2009

Programa de Pós-graduação em Geografia.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

AUTORA: Ana Paula Mestre

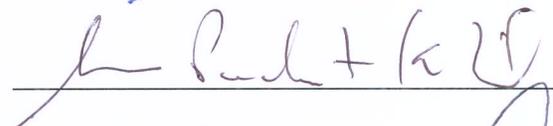
“Os Usos do Território e as Políticas Urbanas: o Jardim Campo Belo no Processo de Fragmentação da Cidade de Campinas - SP”.

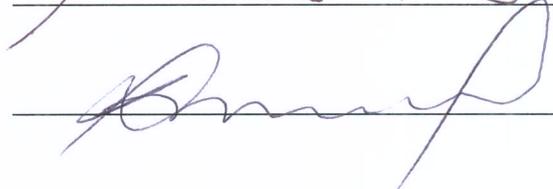
ORIENTADORA: Profa. Dra Adriana Maria Bernardes da Silva

Aprovada em: 28 / 08 / 2009

EXAMINADORES:

Profa. Dra Adriana Maria Bernardes da Silva  - Presidente

Profa. Dra. Samira Peduti Kahil 

Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia 

Campinas, 28 de agosto de 2009



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
Pós-Graduação em Geografia

**OS USOS DO TERRITÓRIO E AS POLÍTICAS URBANAS: O JARDIM CAMPO BELO NO
PROCESSO DE FRAGMENTAÇÃO DA CIDADE DE CAMPINAS**

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Ana Paula Mestre

No início dos anos 1990, os planos diretores tornam-se instrumentos de política urbana obrigatórios para as grandes cidades brasileiras. Questionamos nessa pesquisa o que há de novo na concepção destes planos para Campinas-SP. Debatesmos o papel do Estado nos processos de fragmentação e periferização da cidade, a partir do nosso objeto de análise que é o Jardim Campo Belo; fruto da expansão dos loteamentos periféricos aprovados durante o pós-guerra. Os esforços coletivos que mobilizaram a expansão da mancha urbana para o sentido sul de Campinas estiveram intimamente ligados aos interesses especulativos e corporativos. Os planos de ordenamento sustentaram a gênese dessa cidade espraiada e mobilizaram constantes modernizações em seu território. O Jardim Campo Belo participa da fase mais recente de periferização da cidade, na qual emergem as ocupações de terras organizadas. Hoje, essa porção opaca é disputada pelos mais pobres, que lutam pela permanência e regularização de suas moradias e também pelas grandes empresas que anseiam acumular ganhos com expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos.

Palavras-chave: Campinas, urbanização, uso do território, políticas urbanas, periferização



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
Pós-Graduação em Geografia

**THE USES OF THE TERRITORY AND THE URBAN POLITICS: THE JARDIM CAMPO
BELO IN THE PROCESS OF FRAGMENTATION OF THE CAMPINAS CITY**

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado

Ana Paula Mestre

In the early 1990s, the master plans become urban politic instruments required for the major Brazilian cities. We in this search what's new in the design of these plans to Campinas-SP. We discussed the role of the State in the process of fragmentation and peripheral of the city, from our analysis object that is the Jardim Campo Belo; the result of expansion of lots peripherals approved during the post-war period. Collective efforts that mobilized urban area expansion for the south of Campinas had been closely on to the speculative and corporative interests. The management plans had supported genesis of this urban sprawl and had mobilized constants modernizations in its territory. The Jardim Campo Belo participates of the phase most recent of peripheral of the city, of which the organized land occupations emerge. Today, this cloudy portion is disputed by poorest, who are fighting for the permanence and regularization of its housings and for the large companies that desires to accumulate profits with expansion of the International Airport of Viracopos.

Key-words: Campinas, urbanization, use of the territory, urban politics, peripheral

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e ao meu irmão, pela presença e o apoio incondicional em mais essa etapa, obrigada por me lançarem para frente e me instruírem a viver com sinceridade e força. Agradeço ao Adriano, meu namorado, pelo incentivo- você é o motivo maior da minha felicidade. A vocês dedico esse trabalho!

Agradeço especialmente a Prof^a Dr^a Adriana M. Bernardes da Silva, pelas palavras de estímulo à pesquisa acadêmica, pela paciência em me orientar desde a graduação e pela amizade e parceria neste trabalho.

Meus agradecimentos aos professores que enriqueceram minha pesquisa através dos questionamentos e sugestões no Exame de Qualificação, Prof^o Dr^o Márcio Cataia e Prof^a Dr^a Samira Kahil.

Agradeço a Silvana, geógrafa brilhante, amiga dedicada e fiel! Agradeço também a Telma e ao Ademar, pessoas generosas, como poucas que conheci. Vocês três são muito especiais, obrigada por estarem sempre presentes em minha vida!

Agradeço também aos amigos que continuam me ajudando e me inspirando, especialmente ao Fabrício Gallo, a Patrícia, ao Bruno Mastrocola, ao Carlos, ao Alexandre e ao Hélio. Alcides, obrigada pelas palavras de apoio em momentos delicados! Agradeço aos amigos da pós-graduação Cris Nunes, Leandro e Marcelo (gaúcho), pela amizade e cotidiano compartilhado.

Agradeço a amizade e companheirismo da Helena. Dividir meu tema de pesquisa com você, só somou resultados! Muito obrigada por me ajudar nos trabalhos de campo e na busca dos dados. Que honra trabalhar com uma estudante tão instigante e dedicada como você. Você vai longe!

Dos meus amigos professores, agradeço especialmente a Aline Soler, a Aline Petraglia, a Mônica, a Jussara, a Eunice, ao Marcos, ao Elsio e ao Robson. Vocês são muito queridos!!

Agradeço à Prefeitura de Campinas, às lideranças da região do Campo Belo, e especialmente, ao Sr. Henrique e ao Sr. Rafael da Administração Regional 6, ao CRAS e Módulo de Saúde – Campo Belo.

Meus sinceros agradecimentos aos funcionários do Ige, especialmente a Valdirene (a Val), a Ednalva e a Aline, da Secretaria da Pós – Graduação, obrigada pela dedicação e prontidão.

*“De certo modo, o teórico é um cego.
Apesar de possuir a visão, o seu ver diferencia-se de seu olhar. E também do enxergar.
Mas a teoria não deve ser um fim em si mesma. Ela deve orientar o trabalho.
Se ela é uma grandiosa elaboração do cérebro humano, ela está, ou deve estar, voltada
para a solução dos problemas com que se defrontam as pessoas no seu cotidiano.
Em outras palavras, o conhecimento deve ser útil” (Armando Correa da Silva, 2000:23).*

*“Certo, nós não mudaremos o mundo, mas podemos mudar o modo de vê-lo. Isto é importante
porque só assim poderemos escapar ao dogmatismo epistemológico e marcar um encontro com o
futuro” (Milton Santos, 2004:40)*

SUMÁRIO

RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vii
INTRODUÇÃO.....	1

CAPÍTULO I

CIDADE CINDIDA: POLÍTICAS URBANAS E PERIFERIZAÇÃO EM CAMPINAS

1.1 - Primeiro Momento de periferização: os cortiços e a gênese da região Sul (1940 1969)....	9
1.2 - Segundo Momento de periferização: aprofundamento da pobreza e dos conflitos urbanos (1970-1989).....	17
1.3 - Terceiro Momento de periferização: as ocupações organizadas determinando o processo de expansão Sul de Campinas (1990-2009).....	31

CAPÍTULO II

PLANOS DIRETORES: ORIENTAÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA O ORDENAMENTO TERRITORIAL. O QUE COUBE AO CAMPO BELO?

2.1 - A presença do velho e do novo: planos diretores, fragmentação urbana e cidadania.....	49
2.2 - Diagnósticos sobre a cidade de Campinas: as aparências se sobrepõem ao entendimento dos usos do território.....	54
2.3 - Território como recurso e regionalizações como ferramenta: os rebatimentos para o Jardim Campo Belo.....	57

CAPÍTULO III

TENDÊNCIAS E CONFLITOS DA REGIÃO SUL DE CAMPINAS: A INFORMAÇÃO COMO UM ELEMENTO DA CIDADANIA TERRITORIAL

3.1 - Temporalidades divergentes: os novos arranjos espaciais da região sul de Campinas.....	83
3.11- Planejando a pobreza: o Jardim Campo Belo como uma opacidade do espaço urbano de Campinas.....	102
3.2 - O Planejamento como possibilidade: o Jardim Campo Belo e a face ativa do território?.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	129

ANEXOS.....	144 a169
Anexo 1: ZEIS de regularização – Plano Diretor de 2006.....	145
Anexo 2: Administrações regionais de Campinas.....	147
Anexo 3: Áreas de planejamento e UTB’s.....	149
Anexo 4: Plano Local de Gestão – Macrozona 7.....	151-152
Anexo 5: Investimentos estruturadores do Plano Diretor -1996.....	153
Anexo 6: Espacialização das unidades territoriais básicas.....	155
Anexo 7: Macrozoneamento de Campinas – Plano Diretor (1996).....	156-169

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.1: Loteamentos aprovados na região do Campo Belo e entorno.....	14
Tabela 1.2: Percentual da população urbana do Brasil, do Estado de São Paulo e de Campinas (1960 – 2000).....	17
Tabela 1.3: Área e população urbana de Campinas (1940 – 1989).....	18
Tabela 1.4: Expansão do nº imóveis da região Sul - Macrozona 6 e 7.....	20
Tabela 1.5: Evolução da população favelada no município de Campinas (1971 –1980).....	25
Tabela 1.6: Total de loteamentos aprovados por décadas no Município de Campinas.....	35
Tabela 1.7: Loteamentos aprovados na região do Campo Belo e entorno a partir da década de 1980.....	36
Tabela 1.8: Registro em (%) das ocupações em Campinas, por décadas.....	37
Tabela 2.9: Evolução da população favelada em Campinas.....	37
Tabela 2.10: Macrozoneamentos – Planos Diretores (1996, 2006).....	58
Tabela 3.11: Refuncionalização da região: Ampliação do aeroporto Internacional de Viracopos.....	91
Tabela 3.12: Utilização do programa <i>Renda Mínima</i> (%) em Campinas – 1995.....	105

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1: Evolução dos loteamentos em Campinas de 1900 – 1929.....	11
Figura 1.2: Loteamentos aprovados em Campinas, por década (1940 -1980).....	15
Figura 1.3: Remoção do Jardim Santa Mônica, reportagem intitulada: “Mandaram soterrar a favela com o povo dentro”.....	29
Figura 2.4: Macrozona 7 – Área de Influência Aeroportuária – AIA.....	61
Figura 2.5: Fragmento do mapa de referência de bairros – Campinas.....	63
Figura 3.6: Propaganda da expansão corporativa em Campinas.....	88
Figura 3.7: Bairros atingidos pelo atual Projeto de desapropriação de Viracopos (de 1 a 9)....	93

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1.: Retrato da resistência dos favelados e do papel da mídia no enquadramento social.....	28
Quadro 1.2: Áreas de utilidade pública que seriam incorporadas a expansão do Aeroporto de Viracopos até 2006.....	39
Quadro 2.3: Alguns dados sobre o Macrozoneamento (2006).....	65
Quadro 2.4: Distribuição das favelas em Campinas.....	68
Quadro 2.5: Política urbana: informação pública (sobre a cidade).....	76
Quadro 3.6: Reportagens sobre a refuncionalização da região de Viracopos.....	90
Quadro 3.7: Empresas interessadas na privatização de Viracopos.....	90
Quadro 3.8: Investimentos previstos para a região sul.....	99
Quadro 3.9: Equipe e distribuição dos CRAS em Campinas em 2007.....	106
Quadro 3.10: Assistência Social – CRAS – Campo Belo.....	107
Quadro 3.11: Política urbana: informação pública (para a cidade).....	111
Quadro 3.12: Território como recurso: “A Ampliação do Aeroporto de Viracopos”.....	115
Quadro 3.13: Território como abrigo: “Jardim Campo Belo às avessas”?.....	117

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 1.1 e 1.2: O entorno vivido dos “pedaços opacos” da periferia de Campinas.....	33
Foto 1.3: Cidadania e o direito ao entorno: ônibus responsável pelo transporte das crianças....	41
Foto 1.4: O habitat das cidades: moradias populares no Jardim Marisa.....	43
Foto 2.5: Barracos de prostituição – <i>Rodovia Miguel Melhado Campos</i> (Vinhedo – Viracopos).....	69
Foto 3.6: Placa instalada nas imediações do bairro: Região Vip Viracopos!.....	85
Foto 3.7: Diferentes usos e temporalidades: complexo aeroportuário x bairros do entorno.....	96
Foto 3.8 e 3.9: Periferia e circulação: acesso precário às ruas de terra na região do Campo Belo.....	97
Foto 3.10: Casa de aluguel (R\$ 250,00): produto da valorização imobiliária recente.....	103
Foto 3.11: Perversidade e rarefação: banca de revistas improvisada.....	113

Foto 3.12: Associação de Moradores do Campo Belo II- carta que encaminha pedido de ajuda alimentar ao “Programa Prato Cheio” com urgência à Prefeitura de Campinas em fevereiro de 2009.....	119
Foto 3.13: As feiras do Jardim Campo Belo.....	123
Foto 3.14 e 3.15: Mini-mercado e bicicletaria improvisada.....	125

ÍNDICE DE DIAGRAMA, MAPA E ORGANOGRAMA

Diagrama 2.1: Informação descendente: os filtros entre o Estado e a sociedade.....	54
Mapa 2.1: Macrozoneamento do Plano Diretor de 2006.....	59
Organograma 2.1: Medir para refletir? O funcionamento dos Planos Locais de Gestão – PLG.....	73

LISTA DE SIGLAS

ACIC: Associação Comercial e Industrial de Campinas

AMIC: Associação Amigos da Criança em Campinas

AP: Assembléia do Povo

AP's: Áreas de Planejamento

APA: Área de Proteção Ambiental

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH: Banco Nacional da Habitação

CDMU: Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano

CEASA: Centrais de Abastecimento de Campinas

CEMEI's: Centros Municipais de Educação

CIATEC: Companhia de Desenvolvimento do Pólo de Alta Tecnologia de Campinas

COHAB: Companhia da Habitação Popular

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito

CPQd: Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Telebrás

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social

CTI: Centro de Tecnologia para Informática

DAESP: Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo

DIC: Distrito Industrial de Campinas

EMDEC: Empresa de Desenvolvimento de Campinas

EMEF's: Escola Municipal de Ensino Fundamental

EMEI's: Escola Municipal de Ensino Infantil

FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FUNDAP: Fundo de Apoio à Sub-habitação Urbana

GPP: Grupo de Planejamento e Pesquisa

IAC: Instituto Agrônômico de Campinas

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INFRAERO: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano
ISSQN: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI: Imposto de Transmissão de bens Intervivos
OGU: Orçamento Geral da União
PAC: Programa de Aceleração do Crescimento
PAR: Programa de Arrendamento Residencial
PGRFM: Programa de Renda Familiar Mínima
PLG: Planos Locais de Gestão
PMAT: Programa Federal direcionado a Modernização Tributária dos Municípios
PMC: Prefeitura Municipal de Campinas
PNAD: Pesquisa Nacional de Domicílios
PND: Plano Nacional de Desenvolvimento
PPDI: Plano Nacional de Desenvolvimento Integrado
PROFILURB: Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados
RAC: Rede Anhanguera de Comunicação
RMC: Região Metropolitana de Campinas
SANASA: Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento
SEHAB: Secretaria da Habitação
SEPLAMA: Secretaria de Planejamento
SERPHAU: Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SFH: Sistema Financeiro da Habitação
UTB's: Unidades Territoriais Básicas
ZEHIS: Zonas Especiais de Habitação e Interesse Social

INTRODUÇÃO

Nosso desafio é de interpretar o papel do planejamento territorial na formação desta grande cidade que é Campinas. A noção de que seus problemas urbanos são específicos do mundo subdesenvolvido, nos obriga a revisitar o debate entre a riqueza e a pobreza; entre o interno e o externo e entre o estado e o mercado.

Preocupa-nos, sobretudo elaborar uma análise sobre Campinas fundada na existência do *espaço banal* (SANTOS, 2002a). A partir desse propósito, elegemos as políticas urbanas e os loteamentos como variáveis constitutivas da expansão da cidade, com a intenção de apreender seus rebatimentos na formação e (re) organização da região sul de Campinas.

Salientamos que as utopias dos especialistas em planejamento (das elites, dos técnicos do governo municipal, dos intelectuais, das consultorias externas) se descolaram dos interesses do espaço banal, garantindo, desse modo, para as áreas bem estruturadas, a permanência do desenvolvimento e do crescimento.

Coube-nos investigar de que modo as intervenções públicas se combinaram à produção de estruturas urbanas incompletas, acumulando injustiças em seu tecido urbano. Nesta trajetória, partimos do pressuposto de que a busca pela cidadania deva assentar-se em seu componente territorial (SANTOS, 1998). Por isso, foi importante buscar os argumentos do Estado e seu empenho na valorização do espaço.

O fenômeno da periferização em Campinas surge como resultado indireto de um processo de racionalização do espaço que é funcional, pactuado junto ao Estado em favor de sua mercantilização.

Portanto, estamos diante de uma *pobreza planejada* (SANTOS, 2003a) que é produto da fase atual do capitalismo. Tal pobreza planejada, se examinada criticamente, revela o círculo pernicioso da modernização. Ora, historicamente as infra-estruturas implantadas pelo Estado asseguram necessidades forâneas e ameaçam a dimensão da vida pública, de modo que essas novas bases vão exigir novos investimentos para compensar os problemas sociais. Portanto, “longe de ser eliminada, a pobreza é apenas mascarada” (SANTOS, 2003a: 29).

Como elemento de convencimento dessa escassez planejada, a verdade é que freqüentemente os planos urbanísticos em Campinas oferecem consensos fabricados, discursos competentes, “como discurso do especialista, proferido de um ponto determinado da hierarquia

organizacional (...). Sabemos que é um discurso que se inspira na suposta realidade dos fatos e na suposta eficácia dos meios de ação” (CHAUÍ, 1982: 11).

Conforme O. Arantes (2000: 26), a fabricação de consensos é na verdade “uma fábrica por excelência de ideologias” é, sobretudo, “a fabulação de um senso comum econômico”.

De maneira geral, poder-se-ia dizer, que hoje “existe excesso de ação superficial, de capacidade propositiva, padronizada e formatada, de discurso feito que se apresenta como estratégico e que, muitas vezes, nem alcança o nível tático mínimo” (RIBEIRO, 2000:235).

Certamente, os adeptos da gestão empresarial e da competitividade encaram os constantes arranjos espaciais em Campinas como algo favorável à cidade, afinal, as novas imposições mercadológicas lhe garante uma posição hegemônica, de destaque na rede urbana brasileira, por meio do aumento do fluxo de ordens, pessoas, mercadorias e informações.

No entanto, as modernizações em seu território privilegiam uma produção, uma circulação e uma divisão territorial do trabalho que nos parecem muitas vezes desnecessária ao cotidiano da maioria de seus habitantes. Os objetos técnicos informacionais orientam seletivamente as ações mais modernas e favorecem determinados pedaços da cidade, que são potencialmente ritmáveis ao tempo da globalização hegemônica. De certa forma, é o que aponta M. A. de Souza (2008: 40-41) quando afirma que “a cidade de Campinas sempre foi um “chão de passagem”, que vem desde a sua fundação e que continuará a sê-lo na perspectiva da fluidez do seu território, se não rediscutirmos seu futuro”. Deve-se pesar, portanto o custo social dos constantes rearranjos em seu território.

Quando nos referirmos ao termo pedaços da cidade, operacionalizado por A. Sposati, (2000), procuramos dar um sentido à existência do nosso objeto de análise, que é o Jardim Campo Belo no contexto da fragmentação urbana em Campinas. Todavia, não pretendemos tratar de uma forma-conteúdo “isolada, autônoma, mas de um espaço vivo relacionando-se com outros pedaços” (IDEM, 2000: 19), que são subprodutos do esgarçamento da cidade.

Segundo H. Lefebvre (1969), o fenômeno da fragmentação está calcado num processo cuja racionalidade divide o espaço urbano em pedaços rigidamente quantificados, reduzidos a funções específicas: morar, trabalhar, consumir, se locomover e praticar o lazer. Esta lógica é dirigida pelo parcelamento do solo através da propriedade privada.

Em geral, os avanços nos processos de fragmentação urbana se sobrepõem às velhas formas de manifestação da pobreza, acumulando e ampliando o fenômeno da periferização, tanto

na escala mundo, quando observamos a urbanização nos países subdesenvolvidos, quanto na escala intra-urbana, conforme evidenciamos em Campinas.

Partindo da produção do espaço e da ação do Estado, exploramos a idéia de que “a cidade torna-se estranha à região, e a própria região fica alienada, já que não produz mais para servir as necessidades reais daqueles que a habitam” (SANTOS, 2004:29). Ao refletir sobre essas questões é fundamental mencionar que as políticas públicas “são fragmentações, apresentação de pedacinhos de soluções que fazem efeito diante das câmaras e que dão a impressão de que quem recebe os resultados dessa coisa está sendo atendido” (SANTOS, 2008: 18).

Porém, mesmo que o Estado, como árbitro, coordene a adequação do meio ambiente construído de maneira alheia às necessidades do conjunto, as cidades, como um todo, resistem à difusão completa das modernizações. Os mais pobres respondem a esse tempo metódico, recriando formas arcaicas de trabalho, conferindo novos usos às porções opacas e alojando-se nos vazios urbanos, que a priori, são planejados para atender aos interesses dos especuladores.

Sob esse aspecto, queremos, outrossim, desvendar as tendências e contradições de uma cidade corporativa. Ao periodizar os momentos de periferização na cidade de Campinas pretende-se revelar o caráter perverso da urbanização brasileira, pois grande parcela da sociedade não se beneficia pela dinâmica das verticalidades, isto é, pelos processos pontuais de valorização do espaço pelo mercado global.

Dirigimos nossa atenção aos rebatimentos das políticas urbanas na formação do Jardim Campo Belo, retrato de um novo momento de periferização de Campinas. Localizado na região sul da cidade, este pedaço opaco é alvo de um conjunto de investimentos ligados ao mercado aeroportuário, que, em grande medida, não favorecem seus habitantes.

Essa região sobreviveu e cresceu diante da morosidade de projetos prioritários (saneamento básico, unidades de saúde, transporte urbano) por mais de trinta anos, sendo que as demandas por regularização das terras ocupadas e bens de consumo coletivos na região só se avolumaram. Na reestruturação prevista no primeiro projeto de ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos, seriam deslocadas um montante de 4 mil famílias, um total aproximado de 16 mil pessoas. Com a mudança neste plano; anunciada em 2006, essa região vê-se livre da remoção, mas espoliada pela lentidão dos planos infra-estruturais aprovados e pela reestruturação do aeroporto, em termos da valorização dos imóveis e do impacto de vizinhança causado por este macro-sistema técnico.

Das reflexões expostas até aqui, cabe assinalarmos algumas indagações, que estão diluídas ao longo do trabalho: qual foi a concepção de cidade adotada nos planos diretores? Quais as intencionalidades que legitimaram a metodologia dos diagnósticos, sobretudo quais as utopias que guiaram a ação pública em Campinas? Como as possibilidades de comunicação promovidas pelo período técnico-científico e informacional poderiam incorporar a escala do cotidiano no planejamento?

Organizamos o texto através dos seguintes capítulos:

No primeiro capítulo intitulado **CIDADE CINDIDA: POLÍTICAS URBANAS E PERIFERIZAÇÃO EM CAMPINAS**, analisamos o papel das políticas urbanas em Campinas e seus efeitos sobre o espaço socialmente produzido. Às custas de um esforço coletivo, tais políticas forçaram uma urbanização espraiada por meio de loteamentos (públicos ou privados) distantes da malha urbana consolidada. Apresentamos três grandes momentos de periferização da cidade, da gênese à complexização da vida urbana em Campinas. Nossa proposta é compreender os interstícios da pobreza urbana e, por sua vez, as mudanças que redefiniram os usos da região do Campo Belo, forma-conteúdo recente do processo de fragmentação territorial de Campinas.

No segundo capítulo, intitulado **PLANOS DIRETORES: ORIENTAÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA O ORDENAMENTO TERRITORIAL DA DÉCADA DE 1990: O QUE COUBE AO CAMPO BELO?** Apresentamos uma discussão a respeito das regionalizações por “macrozonas” que passam a compor os planos diretores de Campinas a partir dos anos 1990, no qual a variável ambiental se sobrepõe a um conjunto de diagnósticos sociais. Analisamos as demandas do Jardim Campo Belo que é fruto da expansão de loteamentos aprovados em meados dos anos 1960. Juridicamente esse bairro e seu entorno viu-se desvalorizado em função da expansão aeroportuária nos anos 1970, mas, recentemente é disputado como abrigo para os mais pobres e como recurso para o Estado e para as grandes empresas.

Questionamos alguns instrumentos recentes de planejamento na cidade de Campinas a partir de fontes que expressam poder e sentido ao cotidiano: o Estado, a mídia e os saberes locais. Do retrato do Jardim Campo Belo, apresentamos o conteúdo disponível nos documentos oficiais (Plano Diretor), contrapondo com as informações inventariadas por meio da Rede Anhanguera de Comunicação (RAC- Campinas) e de dados quantitativos e qualitativos, levantados em trabalho

de Campo, que foram fornecidos pela rede assistencial - Campo Belo, pela Administração Regional 6 e pelas associações de bairros.

No terceiro e último capítulo, intitulado TENDÊNCIAS E CONFLITOS DA REGIÃO SUL DE CAMPINAS: A INFORMAÇÃO COMO UM ELEMENTO DA CIDADANIA TERRITORIAL, assumimos a refuncionalização da região Sul como fio condutor da análise. Concentramos nossa discussão em dois sentidos: de um lado avaliamos a agilidade do processo de valorização do espaço-mercadoria que segue em torno da ampliação do Aeroporto de Viracopos. De outro, problematizamos a superficialidade na política pública de Campinas, por se tratar de um conjunto de propostas que reafirma a concepção de cidade-pólo, nó das redes globais e, portanto, região ganhadora. Os instrumentos de planejamento que regem o futuro de Campinas não asseguram uma visão global, não parecem trabalhar para ajudar a reverter o quadro de pobreza urbana estrutural, pois estão ancorados a uma rede assistencial que é assegurada pela conjuntura política atual.

É por isso que, como tendência, as ocupações de terras da região do Campo Belo são questões chave para interpretarmos a complexidade da urbanização brasileira, historicamente assentada em privilégios e conseqüentemente em fragmentações. Ademais, tais experiências de luta, também nos ajudaram a entender e discutir alguns dos filtros que impedem a formulação de uma pedagogia cidadã, tais como a linguagem dos planos, os interesses da mídia e o clientelismo. Podemos dizer que políticas urbanas em Campinas são informações descendentes, discursos instituídos, que acabam por camuflar as demandas territoriais urgentes e escamotear os mecanismos de apropriação da riqueza.

A seguir, apresentamos nossa análise em torno do processo de periferização em Campinas, que se revela resultado de um traço marcante da urbanização brasileira. Contestamos a concepção de que os problemas sociais se devem a uma ausência de planejamento, pois evidenciamos que as inúmeras políticas urbanas existentes conduzem a uma escassez que é, na verdade, planejada, reforçando usos do território restritivos e hierárquicos. Em síntese, buscamos compreender a gênese e a condição periférica do Jardim Campo Belo, avaliando o papel das políticas urbanas no processo de fragmentação do espaço.

CAPÍTULO I: CIDADE CINDIDA: POLÍTICAS URBANAS E PERIFERIZAÇÃO EM
CAMPINAS

1.1- Primeiro Momento de periferização: os cortiços e a gênese da região Sul (1940-1969)

Entendemos a cidade como uma forma-conteúdo, um objeto social de um processo incessante de transformações. A partir das políticas urbanas, visamos, nesse item, captar as essências e os rebatimentos do primeiro plano de ordenamento territorial em Campinas. Nosso objetivo é marcar a gênese das suas desigualdades territoriais. No recorte temporal proposto, buscamos evidenciar a formação dos cortiços e a expansão dos loteamentos.

Segundo J. Lojkine (1997:175-180), as políticas urbanas não se reduzem à regulação ou ao modo de intervenção estatal no sistema urbano, são produtos de contradições. As dimensões desse produto abarcam o conteúdo técnico e político do planejamento:

- a) Dimensão Planificadora: conjunto de projeções espaciais e intenções de curto, médio e longo prazos;
- b) Dimensão Operacional: programas de intervenção real pelas quais o Estado e os aparelhos estatais locais intervêm financeira e juridicamente na organização do espaço urbano;
- c) Dimensão Urbanística: “resultado” do par operação e planificação urbana, repercutindo na materialização dos efeitos sociais no espaço.

Começaremos a compor essas dimensões do planejamento em Campinas a partir do final da década de 1930, momento em que a cidade de Campinas, através do Plano de Melhoramentos Urbanos¹, acolhe novas propostas de modernização coordenadas pela *Comissão Municipal de Planejamento*, composta, sobretudo, por uma elite local.

Esse plano influenciou futuras administrações por cerca de três décadas, tal como discutem R. Badaró (1996) e A. C. Santos (2001). O Plano de Melhoramentos também inaugura as falácias ideológicas de um planejamento modernista em Campinas, modelo de projeto frequentemente adotado pelas cidades brasileiras. Segundo F. Villaça (1999:205), “o urbanismo no Brasil, como aparentemente em todo o mundo latino, aparece inicialmente associado à “arte urbana”, à “arquitetura das cidades” e ao “embelezamento urbano”.

Através de um conjunto de técnicas urbanísticas, as cidades brasileiras procuraram estabelecer a ordem urbana através de um

¹ Encabeçado pelo engenheiro e urbanista *Prestes Maia*, esse plano foi instituído pelo Ato 118 de 1938 do Prefeito *João Alves dos Santos*.

discurso sanitário, higiênico, que endossa a ação de livrar a cidade de seus convívios patológicos, numa medicina urbana que expulsasse aqueles que não podiam se enquadrar nos preceitos apropriados dos modelos burgueses da Europa e dos Estados Unidos (MARINS, 1998:164).

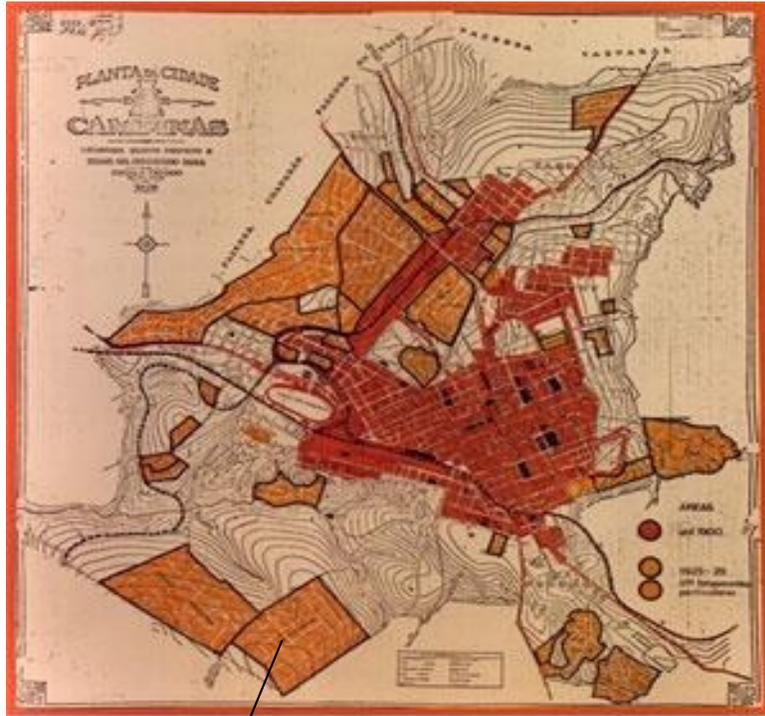
Em Campinas, a epidemia de febre amarela² no final do século XIX ajudou no convencimento das soluções higienistas, que promoveram a remoção das camadas pobres em direção às áreas mais periféricas (SANTOS, 2001; MIRANDA, 2000).

Como veremos, esses discursos promoveram mecanismos de expulsão da população encortiçada em Campinas. Com acentuada aprovação pública, de modo geral, o urbanismo legitima-se como forma de controle social. O fato é que essas populações desalojadas ajudaram a preencher as porções mais periféricas da cidade.

Dos estudos urbanísticos para o Plano de Melhoramentos Urbanos, apresentamos uma planta da cidade que antecede as intervenções urbanísticas da época, e que, portanto, guiou as expansões futuras:

² Essa epidemia causou cerca de 2000 mortes e dispersou 75% da população de Campinas, a população foi reduzida de 20 para 5 mil habitantes.

Figura 1.1 – Evolução dos loteamentos em Campinas de 1900 - 1929



Fonte: Desenho do Arquiteto R. Badaró, 1929³

Região Sul

Legenda:

● Loteamentos até 1920

● Loteamentos 1920 -1929

Nesta planta, as áreas em “laranja” assinalam as novas áreas de expansão. É importante notar que os loteamentos previstos nos anos 1930 localizam-se também na região Sul, justamente na área onde se localiza hoje o Aeroporto Internacional de Viracopos e a região do Jardim Campo Belo, objeto da análise dessa pesquisa.

Essa volta ao passado justifica-se, em síntese, porque o Plano de Melhoramentos (1934 – 1938) viabilizou uma considerável modernização de bases espaciais pretéritas em Campinas. Até então, o conteúdo da cidade, seus fixos e fluxos, representavam uma economia colonial e agrária.

³ Essa planta foi elaborada para servir aos estudos urbanísticos do Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas.

Nos anos subseqüentes efetivou-se o alargamento de ruas e avenidas a partir de um sistema de vias radiais, investiu-se em saneamento básico e na revalorização das áreas centrais, com o intuito de preparar a cidade para a era industrial e para o automóvel. “A lógica da industrialização prevalece e a cidade de Campinas transforma-se numa arena de modernização permanente, modificando rapidamente sua economia e sua geografia” (ROCHA, 2006: 23).

A força com que as transformações espaciais ocorreram deveu-se, em grande medida, aos interesses dos empreendedores imobiliários, pois foram eles os responsáveis pelo retalhamento e pelos loteamentos de grandes glebas. As “franjas lindeiras” ao perímetro urbano, em geral, atendiam as demandas das elites urbanas. As restrições pelo zoneamento e a criação de perimetrais e radiais acabaram estimulando os loteamentos periféricos e sem infra-estruturas.

Nessa lógica, os vazios urbanos proliferam; são pedaços extensos destinados à especulação. Este fenômeno ocorre a favor da estocagem de terras por parte dos capitais ligados à produção imobiliária.

Desde os primórdios, a segregação espacial dos trabalhadores está associada a uma abundante oferta de terras para poucos. Os limites do antigo sistema de *rossio* em Campinas foi paulatinamente superado. As empresas do setor privado lotearam as franjas das fazendas, transformando propriedades rurais em área urbanas.

Confirma-se neste momento o aumento populacional e o espraiamento da mancha urbana. Os novos loteamentos apresentavam problemas de ligação viária, água e esgoto, com bairros fora da mancha urbana, tendência assinalada portanto desde a década de 1920.

Com o objetivo de expandir os loteamentos para áreas distantes, decreta-se o envelhecimento prematuro da área central; isso provocou um aumento da população morando em cortiços, expondo um problema que é habitacional, mas também de acesso ao emprego e de gastos com transporte.

Em Campinas, no final da década de 1940, esgotadas as tentativas de proibição dos cortiços⁴, a prefeitura adere ao *Programa Casa Popular*⁵, uma vez que o déficit de moradias para

⁴“Os cortiços em Campinas, à semelhança dos cortiços de São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades, eram espaços marcados não apenas por suas condições precárias de higiene e salubridade. Seus moradores, gente pobre de várias origens, que lutava a seu modo pela vida, acabavam diretamente associados à vagabundagem e ao crime nas páginas dos jornais. Era, segundo a imprensa e a fala de muitos campineiros, era preciso transformar as “classes perigosas” em classes trabalhadoras. Mas o fato da área em torno ao Mercado ser estigmatizada por seus cortiços, biombos e sua gente: escravos, libertos, imigrantes, lavadeiras, gatunos e “amigos da vadiagem”, não impedia que ali existissem várias casas de comércio” (MARTINS, 2008: 8).

trabalhadores urbanos era crescente. Nessa década, os cortiços marcaram as primeiras formas de resistência e luta pela moradia no centro da cidade. Eles estão ligados aos primórdios da industrialização que se iniciou nas últimas décadas do século XIX. “Na medida em que a economia baseia seu processo de extração de excedentes na pauperização dos trabalhadores, ao mesmo tempo precisa-se manter a unidade familiar operária a fim de explorá-la e garantir a sua continuidade” (KOWARIK e ANT: 1994:74).

A cidade de Campinas imersa numa condição de crescimento e modernização conduz à formação de sua “primeira periferia” entre os anos 1950 e 1964. Uma parcela da população constituída de trabalhadores urbanos distribuía-se em cortiços nas áreas adjacentes ao *Mercado Municipal*⁶ e em loteamentos irregulares próximos a recém construída *Rodovia Anhanguera*.

Ao longo da década de 1950, diversos loteamentos foram aprovados próximos ao Aeroporto de Viracopos, motivados pela expectativa de valorização daquelas áreas junto à construção do aeroporto (MIRANDA, 2000).

Salientamos que a descontinuidade do tecido urbano complexizou a execução de ligações viárias e geraram-se áreas desarticuladas; como consequência, as regras de uso do solo tiveram que se atrelar às sucessivas adaptações do sistema viário que orientaram o desenvolvimento urbano de Campinas através da institucionalização do *Código de Obras e Urbanismo em 1959*⁷.

Nos anos 1950, a cidade de Campinas atraiu grandes empresas como *Singer, General Electric, Bosch, Clark e Rhodia*. A proximidade com a capital, a malha rodoviária, o grau de industrialização crescente impulsionaram a implantação de novos loteamentos espalhados. Iniciou-se um processo acentuado de ocupação às margens da Rodovia Anhanguera, duplicada em meados de 1945, conforme sinaliza C. Ribeiro (2006).

Através da tabela abaixo, apresentamos os loteamentos aprovados entre o final da década de 1940 e 1950 na porção sul do município, que só começou a ser habitada na década de 1970.

⁵ “No período de 1937 a 1964, a obtenção das casas poderia se dar com a mediação financeira dos Institutos de Previdência, da Fundação da Casa Popular ou das Caixas Econômicas Estaduais e Federal. Através desses agentes foram construídas no Brasil 141 mil unidades, magnitude insignificante face o aumento populacional ocorrido nesses 25 anos” (KOWARIK; ANT, 1994: 84).

⁶ Os cortiços e biombos estavam por toda cidade, mas havia maior concentração deles na área do Mercado Municipal, sua presença buscou estender pelas vizinhanças, normas civilizadoras de conduta (CARPINTEIRO, 1996).

⁷ Capítulo específico de Zoneamento (inédito), lei 1993 de 1959.

Tabela 1.1: Loteamentos aprovados na região do Campo Belo e entorno

Loteamentos	Aprovação	Área (m²)	Nº lotes de acordo com planta aprovada
<i>Vl. Palmeiras</i>	Lei 116/48	291.886,00	286
<i>Jd. São João</i>	Lei 724/52	121.000,00	265
<i>Jd. São Domingos</i>	Lei 740/52	918.420,00	1623
<i>Jd. Campo Belo</i>	Lei 907/53	230.800,00	446
<i>Cidade Singer</i>	Dec.804/56	744.757,76	1422
<i>Jd. Santa Maria - (2ª gleba)</i>	Dec. 953/56	87.446,25	132
<i>Jd. Campo Belo - (2ª gleba)</i>	Dec.664/55	499.730,00	986
<i>Vl. Palmeiras - continuação</i>	Dec.701/55	262.944,62	488
<i>Jd. Itaguaçu - (1ª gleba)</i>	Dec.711/55	1.103.013,7	1425
<i>Jd. Cidade Universitária</i>	Dec.795/56	242.183,00	453
<i>Jd. São Jorge</i>	Dec.891/56	255.488,10	515
<i>Jd. Itaguaçu - (2ª gleba)</i>	Dec.948/56	981.202,07	1328
<i>Jd. Marisa</i>	Dec.970/56	499.300,00	908
<i>Jd. Columbia</i>	Dec.980/56	247.779,77	391
<i>Jd. Campo Belo - (3ª gleba)</i>	Dec.1134/57	197.052,80	121

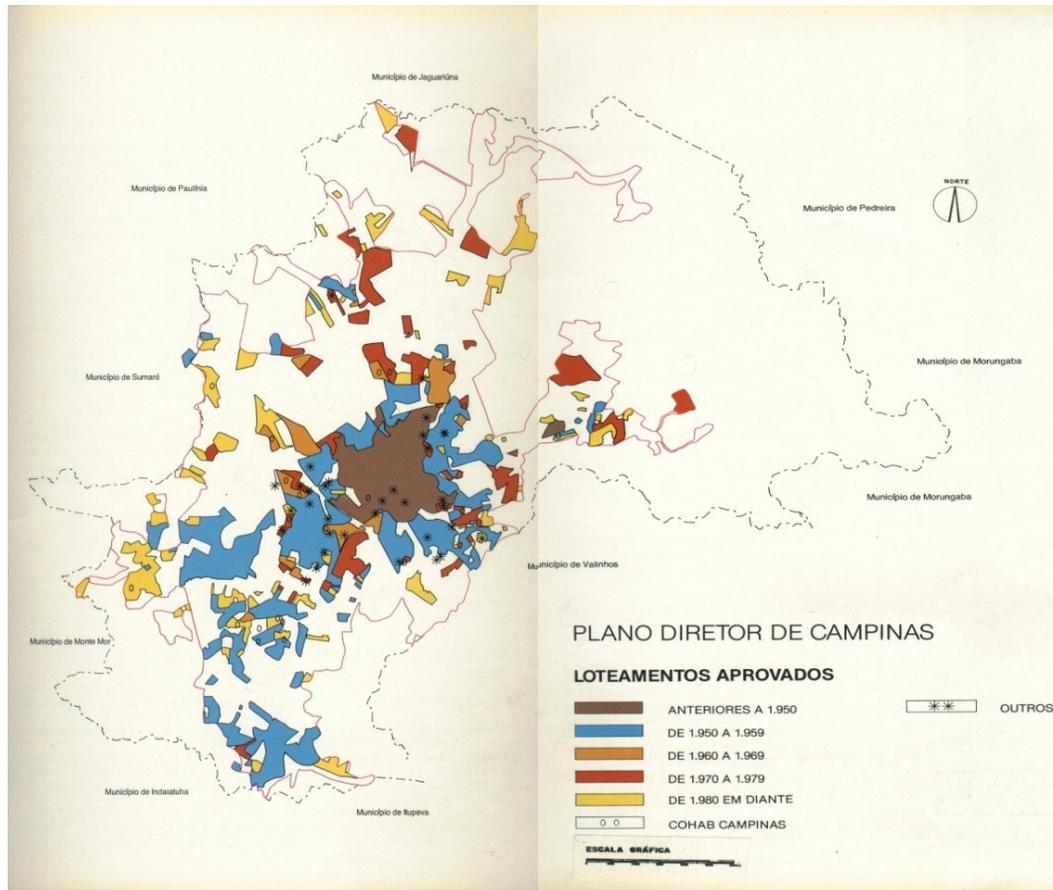
Fonte: Dados fornecidos pela SEHAB – Campinas, 2009.

Em geral, entre os novos loteamentos aprovados e instalados entre os anos 1950 e 1960, apenas 10% deles eram servidos de infra-estrutura básica. “A segregação social estava, pois, implantada como germe de nova crise urbana, que viria a se manifestar mais tarde” (CARPINTEIRO, 1996:86).

Até 1953, a proliferação dos loteamentos em Campinas superou a casa dos 100.000 lotes. Nesse mesmo ano houve alterações na legislação. Exigiu-se a execução de rede de água e esgoto por conta dos loteadores, o que desestimulou os investimentos imobiliários desse setor e incentivou projetos de verticalização da cidade. Observa-se na figura 1.2, abaixo, o adensamento

da região central de Campinas, representando uma urbanização consolidada cor marrom (na legenda). As manchas em azul (na legenda) assinalam a aprovação dos loteamentos até o final da década de 1950, incluindo os loteamentos da porção sul da cidade, apresentados anteriormente na tabela 1.1.

Figura 1.2: Loteamentos aprovados em Campinas, por década (1940 -1980)



Fonte: Plano Diretor (1991)

Em resposta a desvalorização do centro urbano, vista como área degradada, surgem também as propostas de verticalização da cidade, em concordância com a concepção de modernidade do *Plano de Melhoramentos Urbanos*.

Em meados da década de 1960, a recém criada COHAB-Campinas dispõe seu primeiro conjunto habitacional (*Vila Rica*) e houve a transferência de muitas famílias encortçadas para esse núcleo localizado à noroeste do município.

Notamos que o surgimento acelerado de bairros, impulsionado com o avanço da industrialização, foi um fator determinante para a legitimação do *Plano de Melhoramentos Urbanos de Prestes Maia*⁸, entre os anos 1938 e 1960, que previa o avanço da área urbana em Campinas.

A seguir, destacamos como problema principal a acentuação da pobreza urbana e dos conflitos territoriais. Apresentamos mais dados e reflexões que confirmam a hipótese de uma escassez planejada em Campinas, uma vez que o espaço urbano de Campinas é remodelado permanentemente em favor dos interesses imobiliários e corporativos e o planejamento autoriza e confirma, o processo de fragmentação da cidade.

⁸ Ver BADARÓ (1996).

1.2 - Segundo Momento de periferização: aprofundamento da pobreza e dos conflitos urbanos (1970-1989)

Campinas tornou-se durante o pós-guerra uma das frações mais dinâmicas da expansão industrial do Estado de São Paulo. Passa a compor o quadro dos municípios que se urbanizaram intensamente. Conforme demonstramos na Tabela 1.2, a cidade de Campinas ao longo de quarenta anos manteve seu percentual de população urbana superior a média nacional e do Estado de São Paulo. Veja a seguir:

Tabela 1.2: Percentual da população urbana do Brasil, do Estado de São Paulo e de Campinas (1960 – 2000)

	1960	1970	1980	1991	2000
<i>Brasil</i>	45	56	67	76	81
<i>Estado de São Paulo</i>	63	80	89	93	93
<i>Campinas</i>	84	90	90	97	98

Fonte: HOGAN, D. et al. (2001)

A intensa dinâmica de crescimento urbano e econômico apresentada pelo município se atrela a uma mancha urbana desconexa e permeada por vazios urbanos, sujeita a ocupações urbanas. Na medida em que a cidade “infla” populacionalmente também apresenta elementos da sua “implosão”. A ocupação urbana em Campinas se deu fora da malha consolidada e de forma segregada. Cabe acrescentarmos que “a criação de capitais comuns, de meios coletivos à disposição do processo produtivo” (SANTOS, 1994a:122) em Campinas, seguiu as tendências da urbanização brasileira. Trata-se de uma “socialização capitalista, pelo fato de que os beneficiários dos bens criados com esforço coletivo são poucos⁹. Produz-se um crescimento desproporcional da mancha urbana em relação ao metro quadrado por habitante (veja tabela 1.3).

⁹ “São aqueles que possuem a capacidade de utilizar produtiva e especulativamente as infra-estruturas financiadas por meio de impostos, mediante a contribuição social” (SANTOS, 1994a: 122).

Tabela 1.3 - Área e população urbana de Campinas (1940 – 1989)

Ano	Área Urbana (m²)	Pop. Urbana (Hab.)	Rel. m²/Hab.
1940	12.320.000	62.355	197,5
1953	34.852.800	121.013	288
1962	73.290.600	210.049	348,9
1968	110.129.000	298.606	368,8
1978	152.392.000	528.228	288,4
1980	172.876.400	591.590	292,2
1989	197.341.000	890.023	221,7

Fonte: Plano Diretor - Campinas (1991).

Dos fatores de ordem intra-urbana que explicariam a expansão da mancha urbana de Campinas, podemos destacar a acumulação dos capitais mercantis e imobiliários. Durante esse processo de modernização são definidos novos fluxos de capitais, pessoas e serviços, fazendo emergir um abismo social entre uma minoria de abastados e um vasto contingente de pobres.

A delimitação do perímetro urbano de Campinas foi alterada “dezoito vezes” nos últimos cinquenta anos. Isso assegurou ganhos imobiliários para os proprietários dessas áreas, o que também traduziu mais custos financeiros ao Estado, principal provedor das demandas sociais básicas.

Neste sentido, o poder público destaca-se como o “criador da escassez”, pois autoriza que a população mais pobre de Campinas se desdobre em direção as áreas mais distantes, como os DIC’s da região sudoeste. Verifica-se também um processo de aquisição de lotes pela classe média, com a expectativa da valorização futura na região do *Aeroporto de Viracopos*, inaugurado na década de 1930 para fins militares, mas que só firmou seu caráter estratégico a partir dos anos 1950.

A presença de uma divisão do trabalho mais intensa também nessa década, somada à chegada dos novos impulsos modernizantes¹⁰ (vetores externos), acabou por aprofundar a divisão territorial do trabalho. Outrossim, como tendência da urbanização brasileira, crescimento e

¹⁰ Modernizar, segundo A. C. da Silva (1986:119-123) “é alterar o valor do lugar, é produzir o espaço novo. Socialmente ocorre por efeito da introdução de inovação, através da tecnologia, ocorrendo a produção de formas novas, que significam a produção de valor [...] o espaço urbano modernizado coexiste com o espaço anterior, gerando valorização e desvalorização de direção. Isto expressa-se no projeto, que manipula as direções, definindo-as como preferenciais e secundárias”

pobreza se complementam na cidade. A paisagem periférica revela a implantação de conjuntos habitacionais financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e por loteamentos populares da iniciativa privada, dirigidos (no discurso) à população de baixa renda, com pouca ou nenhuma infra-estrutura básica.

Somente a partir de 1979 foram estabelecidas normas de âmbito federal para o parcelamento do solo urbano - Lei Lehman (Lei nº 6766/79) - quando os municípios foram obrigados a definir seu perímetro urbano e o parcelamento do solo passou a ser regido por lei, sujeitando projetos de loteamento a um maior detalhamento urbanístico e registro imobiliário em um prazo de cento e oitenta dias.

A cidade de Campinas passa a abrigar atividades industriais diversificadas que condicionaram um espaço reservado às empresas de alta tecnologia, mais recentemente. (CANO & BRANDÃO, 2002; FARIAS, 2004). Entre 1970 e 1985 Campinas atraiu grandes empresas estrangeiras, formou uma rede de pequenos e médios estabelecimentos fornecedores de bens e serviços, atraiu fluxos migratórios, além das transformações nos setores agrícola, da indústria e do comércio. A execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) entre 1974 e 1979 promoveu uma política de desenvolvimento regional no país por meio da descentralização de grandes investimentos produtivos, destacamos a ampliação da rede rodoviária com a duplicação da Rodovia Anhangüera, a construção das Rodovias Dom Pedro, Bandeirantes e Santos Dumont, todas passando por Campinas (CAPPA, 2005).

As condições básicas para que Campinas assumisse a função de pólo regional, nacional e elo de circuitos mundiais, sendo um importante nó de transporte e comunicação, já estavam postas o que permitiu com que a cidade de Campinas firmasse sua polifuncionalidade, através dos setores do terciário e quaternário, ligados à universidades, hospitais, bancos estrangeiros, empresas de consultoria, engenharia, informática e publicidade, que mudaram o conteúdo de sua urbanização.

Os novos objetos técnicos, informacionais por excelência, tal como o Aeroporto Internacional de Viracopos, se justapõem às estruturas urbanas influenciados pelo urbanismo progressista do século XX. A tendência à exclusividade funcional das diferentes áreas impulsionou a separação das funções urbanas, ampliando ainda mais as necessidades de ampliação da mancha urbana, conforme discute, entre outros, M. Spósito (2005). A configuração das cidades atuais, mais fluida pelas condições técnicas do período (transportes e

telecomunicações), autoriza um modelo de expansão territorial descontínua, tal como ocorre em Campinas, que hoje participa da rede urbana paulista e brasileira como uma *aglomeração urbana metropolitana* (SPÓSITO, 2005).

Ao passo que a cidade modernizava sua produção ampliava-se também a hierarquização da divisão territorial do trabalho, de acordo com as demandas por serviços de alta tecnologia, de saúde, novas profissões e consumo elitizado.

Todavia, quanto mais Campinas foi se distanciando das demandas meramente regionais e ganhando o *status* de grande cidade, intensificava-se o processo de periferização. A região do Campo Belo vai participar do terceiro momento de periferização da cidade, expressando uma *urbanidade de risco*¹¹ (ROLNIK, 1999) cuja situação geográfica é mais específica à dinâmica dos anos 1990, tema desenvolvido no item 1.3 deste trabalho.

Na região sul, os loteamentos aprovados a partir da década de 1950 começam a ser ocupados a partir dos anos 1970, e ganham espessura nos anos 1990, conforme tabela abaixo:

Tabela 1.4: Expansão do nº imóveis da região Sul - macrozonas 6 e7

Décadas	Nº de Imóveis
1951-1960	zero
1961-1970	zero
1971-1980	20
1981-1990	279
1991-2000	746
2001-2004	27

Fonte: [http:// www.campinas.sp.gov.br](http://www.campinas.sp.gov.br)

Segundo os dados da SEHAB – Campinas, o processo de expansão da região sul do município foi alavancado, principalmente, a partir da instalação de determinados fixos que, no nosso entender, promoveram na urbanização de Campinas mais fluidez e fragmentação. São eles:

¹¹ “O risco é antes de mais nada para o morador, o barraco pode deslizar ou inundar com a chuva, a drenagem e o esgoto podem se misturar nas baixadas, a saúde e a vida são assim ameaçadas. No cotidiano, são horas perdidas no transporte, a incerteza quanto o destino daquele lugar, o desconforto da casa e da rua” (ROLNIK, 1999; RIBEIRO, 2006: 12).

- A existência da ferrovia Sorocabana e da estação denominada Descampado.
- A construção da Rodovia Anhanguera (SP 330), que teve início em 1916 e foi concluída em 1921.
- A implantação do Aeroporto Internacional de Viracopos, construído no final da década de 1940;

Com esses novos elementos, a região sofreu profundas alterações através da aprovação e comercialização de inúmeros loteamentos, bem como a instalação de complexos industriais e de outros estabelecimentos – pequenas indústrias, comércios e serviços.

Como nosso objetivo é situar em cada etapa dessa periodização a participação da região sul de Campinas na análise da fragmentação do espaço, admitimos que a Vila Palmeiras e o bairro São Domingos foram os primeiros bairros a se estabelecerem na região do Campo Belo (na década de 1970). Desde o início, a população enfrentou problemas de infra-estrutura e mobilidade: faltava asfaltamento, fornecimento de energia elétrica, escolas, unidades públicas de saúde e de lazer¹².

Em meados de 1964 surgem as primeiras favelas no município. De início, essas novas formas precárias de sobrevivência ocupavam alguns loteamentos das áreas centrais (áreas públicas e de lazer) e também os interstícios dos loteamentos irregulares criados anteriormente.

Conforme vimos, o crescimento populacional no município veio acompanhado do empobrecimento da população, principalmente na área pertencente a região oeste, representando cerca de 11 % do total da população favelada.

O processo de periferização, nos diz E. Almeida (2000:165),

é, de um lado, o resultado de uma organização no uso do território e, de outro, um produto da economia e da política, ambos se completando mutuamente. A subordinação do Estado aos interesses econômicos e, principalmente a renúncia às ações sociais acelera esse processo.

¹² Hoje, o bairro São Domingos, por exemplo, apresenta condições mais dignas de vida, quando o comparamos com os demais bairros que nasceram por “invasão” de terras.

As favelas se caracterizam por ocupar propriedade de terceiros (públicas ou privadas) sobre as quais são construídas habitações precárias; são lugares desprovidos de água encanada, luz elétrica, redes de esgoto e fixos públicos. Esses assentamentos se inserem em uma situação de ilegalidade, de um lado pela condição de acesso à terra que expressa a precariedade dos salários e, de outro, pelo tipo de ocupação (margens de córregos, encostas, áreas destinadas a lazer ou institucionais) (KOWARICK, 1993).

Assim, ponderamos que as novas estruturas de modernização de Campinas mostraram-se conservadoras desde o pós-guerra. Na escala dos municípios, os planos diretores implantados no período militar sofreram influência direta de um conjunto de diretrizes do governo federal para consolidar pólos de desenvolvimento. Estas diretrizes enquadraram a cidade de Campinas como um pólo industrial e de modernos serviços aos moldes de mais uma *utopia tecnocrática*¹³ (VAINER, 2003). É a era dos super-planos e seu conteúdo é muito estatístico. As elites urbanas impõem suas propostas para as demais classes sociais por intermédio do planejamento (VILLAÇA, 1999).

Conforme J. Fiori (1992: 76), com o regime autoritário instalado em 1964 sob a liderança tecnocrático-militar, “o projeto de desenvolvimento nacional capitaneado pelo Estado alcançou sua máxima potenciação, com base em uma teórica liberalizante, mas sob o signo da ideologia da segurança nacional”.

Durante a gestão do Prefeito Orestes Quércia (1969-1973) foi criado o *Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado de Campinas – PPDI*¹⁴. Nessa época, os planos diretores foram financiados por um órgão federal: a SERFHAU - *Serviço Federal de Habitação e Urbanismo*, do Ministério do Interior, que orientava e condicionava a liberação de verbas para a execução de obras em escala municipal.

Esse plano, o PPDI, refletiu os ideais do planejamento militar, compreendendo uma excessiva produção de cenários que apontavam para o milagre brasileiro. Para a sua elaboração foi contratada uma equipe de técnicos formada por um consórcio de firmas de planejamento, entre elas a *Serete Engenharia* e o escritório do Arquiteto *Jorge Wilhelm*. Essa comissão prestava

¹³ Segundo C. Vainer (2003: 27), a utopia tecnocrática se vale do pressuposto mais geral de que os técnicos e especialistas estariam “acima dos interesses particulares, seriam portadores do interesse comum, mesmo que os homens comuns não fossem ouvidos acerca de seus interesses”.

¹⁴ Os estudos foram iniciados no segundo semestre de 1969 e o PPDI foi aprovado pela Lei n. 3960, em 9 de março de 1971.

contas ao Poder Público Municipal, que efetuou o acompanhamento técnico através do *Escritório Municipal de Planejamento*, criado em 1968.

O PPDI apresenta exaustivos estudos e diagnósticos setoriais a partir de aspectos socioeconômicos: saúde, habitação, educação, entre outros. Para o entendimento dessa questão, ponderamos, segundo A. C. R. Moraes (2005), que as *ideologias geográficas* alimentaram as concepções que regiam as políticas territoriais do Estado e a auto-consciência dos grupos sociais. Nos planos urbanos projetavam-se modelos de quantificação da realidade: a população surgia como um conjunto numérico, e a racionalidade formal anulou a noção de processo e de totalidade.

Por suas palavras:

renova-se o arsenal técnico no trato das teorias locacionais. Estas servem mais a legitimação ideológica da intervenção estatal no ordenamento do espaço, dando uma capa de racionalidade técnica ao capitalismo, que à orientação prática desta ação (MORAES, 2005: 139).

As ações públicas em Campinas, daí por diante, tornaram-se setoriais e desconectadas entre si; reforçaram a estruturação de uma cidade *corporativa* (SANTOS, 1990; SOUZA, 2008). Essa hipótese é firmada quando notamos que

o essencial do esforço dos equipamentos é primordialmente feito para serviço das empresas hegemônicas; o que porventura interessa a demais empresas e ao grosso da população é praticamente residual na elaboração dos esforços públicos. Isso obedece à estrita racionalidade capitalista (SANTOS, 1990:95).

O PPDI contemplava basicamente três eixos de intervenção urbana:

- Estratégias de Desenvolvimento
- Plano Preliminar de Estruturas
- Plano de Ação: criado logo após o Geplan (Grupo Executivo do Plano Diretor)

Os diagnósticos indicavam a implantação de novos *eixos viários* que estimulassem o crescimento urbano, tendo em vista a saturação do centro tradicional da cidade, e previa outras ampliações do sistema viário.

Este plano assinalava que o transporte aéreo não desempenhava papel relevante no quadro geral de sistemas de transportes de Campinas (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 1970:49). Por isso acredita-se que este “plano não tenha feito nenhuma proposta jurídico-

urbanística que levasse em consideração o Aeroporto e o entorno, até porque já se vislumbrava a construção do Aeroporto Internacional de Guarulhos” (MIRANDA, 2000).

Posteriormente, verifica-se que o crescimento maior da cidade continuou a ocorrer na região oeste e sudoeste. O próprio município realizou investimentos nessa região, através da implantação do Distrito Industrial de Campinas – DIC em 1974, que desencadeou o provimento de infra-estrutura básica para a região, para o atendimento de loteamentos novos e já existentes.

Segundo A. C. Santos (2001) o Estado adquiriu cada vez mais um perfil perverso, na medida em que se acentua o crescimento horizontal da cidade, sendo que o capital imobiliário privado do centro urbano de Campinas cercou-se de investimentos públicos, “consolidando e deslançando a formação de renda diferencial gerada por uma valorização imobiliária desigual”

Como marca da fragmentação do território urbano, foi reforçada a implantação de unidades habitacionais nos setores sul, sudeste e sudoeste, regiões já marcadas por loteamentos irregulares, sendo abrigo para os trabalhadores urbanos. Como principal estratégia de desenvolvimento urbano, o PPDI (Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado) apontava dois eixos de expansão da mancha urbana: 1) sentido nordeste – condomínios fechados acompanhando a rota de grandes instituições, estabelecimentos de consumo regional e indústrias tecnológicas –2) em direção ao Aeroporto Internacional de Viracopos, no sentido sul, região que viria a se constituir como verdadeiro fragmento, pois é um espaço opaco e viscoso contraditoriamente associado a este ponto luminoso e fluído da globalização, que é hoje o aeroporto internacional ali localizado.

Constatamos que o PPDI estabeleceu importantes rumos à urbanização em Campinas, envolvendo o seguinte feixe de eventos: implantação da avenida Norte-Sul (Av. José de Souza Campos) e implantação das interligações de Campinas com Valinhos, com o Distrito de Sousas e Barão Geraldo; a criação dos distritos industriais (DIC’s); a urbanização do Bairro Taquaral; as construções das vias expressas Aquidabã e Sul Leste; as obras de Urbanização do Córrego Piçarrão e da Bacia do Anhumas, que se concretizaram nos anos 1980, sob financiamento da Caixa Econômica Federal. Todavia, mesmo com a precariedade dos equipamentos sociais na região sudoeste, essa área foi descartada do diagnóstico municipal do PPDI.

Segundo H. Farias (2004), as décadas de 1960 e 1970 foram primordiais para a estruturação das atividades ligadas a alta tecnologia na região de Campinas, muito assentadas na política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico. Na década de 1970 confirmaram-

se algumas parcerias entre a Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), o CPqd (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Telebrás) e as empresas de telecomunicações, base para a instalação futura do Centro de Tecnologia para Informática (CTI).

Em 1970, os contornos da malha urbana já ultrapassavam a Via Anhanguera no vetor Sul, formando bairros longínquos, como *Vila Pompéia, Mimosa e Campos Elíseos*. Ao norte e ao leste, formaram-se grandes vazios ao longo da Rodovia D. Pedro I. A população de baixa renda de Campinas experimenta um agudo fenômeno de periferização, fomentada pela segmentação e precarização das relações de trabalho; com efeito, tornou-se impossível o financiamento da casa própria. Como já vimos, inicialmente essas famílias ocuparam loteamentos de área pública, mais próximas do centro, depois ocuparam áreas públicas mais periféricas e, posteriormente, ocuparam também áreas particulares.

A partir daí, a população favelada só cresce em ritmo acelerado: passou de 36.155 pessoas, em 1980, para 67.474 em 1991; havia um elevado número de crianças e adolescentes em atividades de trabalho e mendicância nas ruas centrais da cidade, assim como um elevado percentual, para os padrões do município, de crianças desnutridas; e um quadro distributivo de renda extremamente negativo (SOUZA & FONSECA, 1995).

Tabela 1.5: Evolução da população favelada no município de Campinas (1971 –1980)

Indicadores	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1979	1980
<i>População Favelada estimada</i>	3090	5150	6.998	9115	10758	14208	22613	41673	44815
<i>População Urbana</i>	353.436	374.024	395.812	418.869	443.268	469.090	496.415	555.593	588.318
<i>População Fav./ Pop. Urbana%</i>	0,87	1,38	1,77	2,18	2,43	3,03	4,55	7,50	7,62
<i>Nº Barracos</i>	600	1000	1.359	1.770	2.089	2.759	4.391	8.092	8.700

Fonte: (BAENINGER,1996: 61).

Conforme notamos, a partir dos anos 1970 o processo de favelização é acentuado e vai ganhando caráter expressivo à custa de lotes precários e irregulares (*segundo tabela 5, em uma década, a população vivendo em favelas aumentou de 3090 para quase 45.000*). Enquanto consolida-se o processo industrial alguns novos vetores de expansão fazem parte da estrutura urbana de Campinas. Outrossim, a fundação da COHAB-Campinas, responsável pela construção

dos conjuntos habitacionais de médio e grande portes como solução de moradia para a população de baixa renda, desponta como importante vetor da estruturação urbana.

Em 1973, a Secretaria da Promoção Social de Campinas fez um levantamento sobre as favelas no município e constatou a existência de 35 favelas, com 1359 famílias vivendo em 1147 barracões independentes e 212 geminados, contabilizando uma população favelada de 6.998 pessoas.

Embora já estivesse previsto no PPDI, a localização do Distrito Industrial, no entorno da Rodovia dos Bandeirantes, foi definida posteriormente pela administração municipal; seguiram-se a ele os conjuntos habitacionais da cidade industrial a partir de 1980, consolidando a ocupação dessa região; foram criados 12 conjuntos com 6000 unidades habitacionais.

Para a análise dos novos rumos dessa urbanização espaiada e perversa em Campinas, discutimos as propostas do PPDI. Como vimos, esse plano direcionou tanto a *expansão norte* do município, favorecendo empreendimentos voltados à população de renda mais alta, quanto a *expansão sudoeste*, reforçando os fatores de valorização imobiliária a partir da década 1980 através da criação do Distrito Industrial.

As constantes ameaças de remoção das famílias¹⁵ e a morosidade na transferência para casas populares na região do DIC – I, onde seria instalado o PROFILURB (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados), culminou na criação da AP (Assembléia do Povo), composta por bairros de periferia, clandestinos e favelas. As manifestações públicas da AP se avolumaram trazendo as reivindicações da periferia, fruto do descontentamento em relação à rarefação dos bens de consumo coletivos, como altos preços do asfalto (determinados pela EMDEC - Empresa de Desenvolvimento de Campinas), do transporte coletivo deficiente, da falta de moradias e das remoções violentas. Atendendo as pressões da Assembléia, a prefeitura multiplicou seus levantamentos, estudos e pesquisas com a intenção de “mapear” melhor essa realidade, que parecia fugir aos controles tradicionais (TAUBE, 1986).

Através de atos públicos nas secretarias do Paço Municipal, no decorrer dos anos 1979 e 1982, muitos benefícios foram conquistados graças à mobilização conjunta, que garantia legitimidade e força aos movimentos populares (idem, 141). Dentre eles, o FUNDAP (Fundo de

¹⁵ “Até 1979, quatro atos públicos já tinham sido realizados no Paço Municipal, reunindo sempre um grande número de participantes. Nestes atos, os favelados denunciavam as ameaças de remoção no São Marcos, no Santa Mônica e Santa Eudóxia, Jardim Londres. (TAUBE, 1986:142-144)

apoio à Sub-habitação Urbana) que foi criado pela Lei 4985/80, a fim de realizar melhorias nas favelas.

Em linhas gerais, as ações do poder público no período estudado oscilavam entre uma possível desfavelização ou a humanização dos núcleos das favelas. Expressamos nesse item o papel dos movimentos reivindicatórios em Campinas no final dos anos 1970. Os “favelados”, freqüentemente estigmatizados pela sociedade como marginais, se posicionaram contra as políticas de promoção social, exigindo a posse definitiva da terra, que é prescrita pela própria Constituição Federal¹⁶.

Por meio de algumas reportagens abaixo (quadro 1.1) podemos dimensionar a espessura dos conflitos urbanos e a manipulação da opinião pública pelos jornais entre anos de 1979 a 1981¹⁷:

¹⁶Segundo os itens XXII, XXIII e XI, respectivamente, é garantido o direito de propriedade; a propriedade atenderá a sua função social; é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

¹⁷A partir da polêmica suscitada pelas reportagens de março de 1981, o prefeito publicou **uma nota de esclarecimento público**. Selecionamos alguns trechos desse texto: “Sem a garantia de concessão de uso, impossível seria desejar que cada um viesse transformar o barraco feito de pedaços de madeira em uma moradia de alvenaria, ainda que modesta [...] O prefeito usou das prerrogativas legais que lhe são deferidas em leis superiores [...] Creio que todos desejem ver esses núcleos todos urbanizados, oferecendo até mesmo um **visual de estética bem próximo de um bairro formado** (TAUBE,1986:161 grifo nosso).

Quadro 1.1: Retrato da resistência dos favelados e do papel da mídia no enquadramento social

03/05/1979 – “A favela está mudando. A força” - Diário do Povo/ Campinas
08/05/1979 – “Amaral está despachando junto com os favelados”- Diário do Povo/ Campinas
08/05/1979 – “A paz no São Marcos” - Diário do Povo/ Campinas
12/05/1979 – “Amaral admite erro: favelas” - Diário do Povo/ Campinas
22/05/1979 – “Periferia vai debater o drama dos favelados”- Diário do Povo/ Campinas
23/05/1979 – “Periferia: novos pedidos ao Prefeito” - Diário do Povo/ Campinas
27/06/1979 – “A periferia cobrou as promessas de Amaral”- Diário do Povo/ Campinas
16/10/1979 – “Casas Populares no Distrito Industrial” - Diário do Povo/ Campinas
01/10/1980 – “Favelados: problema político ou social?” - Diário do Povo/ Campinas
30/03/1980 – “Prefeitura começa a erradicar favelas” - Diário do Povo/ Campinas
08/10/1980 – “Chico promete dar terras aos favelados” – Jornal de Hoje/ Campinas
15/10/1980 – “Favelados pedem a posse da terra”- Diário do Povo/ Campinas
24/02/1981 – “Em primeira discussão Câmara aprova projeto e ouve desabafo de favelada” - Diário do Povo/ Campinas
25/02/1981 – “Projeto sobre favelas passa em primeira votação” – Folha de São Paulo/ SP
31/03/1981 – “Chico dá golpe e consegue ceder terras aos favelados” – Correio Popular/ Campinas
31/03/1981 – “Amaral muda a lei e doa a terra aos favelados” – Diário do Povo/ Campinas
31/03/1981 – “Prefeito baixa decreto e doa terras aos favelados” – Jornal de Hoje/ Campinas

Fonte: (TAUBE, 1986).

Entre as ações que chegaram à imprensa¹⁸, nos chamou muita atenção a remoção do Jardim Santa Mônica, encomendada por um ex-vereador¹⁹, proprietário do terreno em questão.

¹⁸ Diário do Povo, Campinas, 25 de outubro de 1979.

¹⁹ O ex vereador era Honório Chiminazzo. Ele afirmava que a atitude do poder público em relação as favelas “deve-se ao desgaste político do Prefeito que, perdendo o prestígio, tentava se agarrar ao favelado”. Não era a única figura pública que se colocava contra decisões políticas a favor dos pobres. O vereador Sérgio Barreto argumentava contra a tentativa do prefeito em instalar em praças públicas e áreas verdes as favelas da periferia, e dizia que assim oficializava-se “a infeliz existência das favelas”. O vereador Dorival Dória também se opôs a instalação das favelas em áreas públicas, proferindo que era o mesmo que colocar “um câncer num corpo são” (TAUBE, 1986:117-118).

Figura 1.3: Remoção do Jardim Santa Mônica, reportagem intitulada: “Mandaram soterrar a favela com o povo dentro”



“Cansado de tentar tirar as famílias dali para construção de um barracão industrial, agiu por conta própria: inicialmente ofereceu Cr\$5.000,00 para os moradores desocuparem a área, mas encontrando resistência, mandou aterrar dois dos três poços que abasteciam os trinta barracos. Cinco deles ficaram cercados de terra e os moradores impedidos de entrar e sair” (TAUBE, 1986:142).

Produto da mobilização popular que partiu da “periferia da cidade” foi elaborado um projeto prevendo a posse definitiva dos terrenos²⁰. Este projeto foi enviado à Câmara dos Vereadores pelo Prefeito Francisco Amaral, do Partido Popular. No início de 1981, o projeto foi considerado legal e constitucional pelo legislativo; em seguida deveria ser analisado pelas comissões de finanças e obras que não se mostravam favoráveis a ele. Em fevereiro de 1981, depois de sucessivas prorrogações, durante a sessão de votação na Câmara o artigo foi alterado, autorizando a *Concessão de Direito Real de Uso* apenas para os bens de uso particular, o que significou uma derrota para os favelados, pois 80% das áreas invadidas situavam-se em áreas públicas.

Em seguida, uma comissão de favelados apresentou duas reivindicações ao prefeito: a desafetação por decreto, transformando as áreas públicas em patrimoniais, e a promulgação do substitutivo da Câmara, no entanto essas propostas sofreram rejeição pela Câmara.

A partir disso, Magalhães Teixeira, vice de “Chico Amaral²¹”, assume a prefeitura mudando todo secretariado, minando os canais de participação popular estabelecidos no mandato anterior e criando propostas direcionadas à urbanização de favelas. Assim, o governo municipal estabeleceu o controle do Estado sobre o arranjo espacial das favelas e desarticulou a Assembléia

²⁰ Respaldados pela Lei 4.132 de 10/09/1962 e pelo decreto Lei 271 de 28/09/1967. A Lei 4.132 considera de interesse social a manutenção dos posseiros urbanos, sob tolerância expressa ou tácita do proprietário, que tenham construído sua habitação formando núcleos residenciais de mais de 10 famílias. O decreto-lei 271 diz que é instituída a concessão de terrenos públicos ou particulares, remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real, para fins de urbanização ou outra utilização de interesse social (TAUBE, 1986:156)

²¹ Alegando motivos de saúde, no dia 12/05/81 pediu uma licença de 120 dias, sem retornar mais como prefeito.

do Povo. A lentidão no processo de regularização das terras e o volume dos problemas fizeram com que cada associação de moradores buscasse soluções emergenciais e fragmentadas. Ademais, como analisamos através do PPDI, os esforços públicos e privados em Campinas estavam voltados para a modernização territorial. As discussões sobre a Lei de Terras, que nesse momento de efervescência política eram feitas de forma pública e coletiva, passaram a ser dirigidas na forma de seminários, por associações de classe, juristas, vereadores e cientistas, autoridades do *discurso instituído*, de que fala (CHAUÍ, 1982); “os favelados que compareceram sentiam-se distantes do linguajar técnico que, com muita dificuldade, tentavam acompanhar” (TAUBE, 1986:166).

Apesar da consciência dos direitos, muitas relações entre favelados e agentes institucionalizados (igrejas, partidos, instituições políticas) “continuaram permeadas por trocas de favores e assistencialismos, inúmeros benefícios foram obtidos através de favores pessoais, implicando muitas vezes em cooptação política” (idem, 1986:167).

Os movimentos de resistência continuaram a se expressar em Campinas na forma de ocupações organizadas por determinados grupos, valendo-se inclusive da possibilidade de comunicação do período tecnológico atual. É o que sistematizamos no próximo item através do retrato do Jardim Campo Belo. Visando a ampliação do Aeroporto de Viracopos, em 1979, através do Decreto Estadual 14.031, a região do Campo Belo, que corresponde a uma área de 20 km², foi declarada de utilidade pública para fins de desapropriação. Tal declaração atingiu aproximadamente 25 loteamentos, além de glebas não parceladas.

Desde o advento do Decreto Estadual 14.031/79 e em razão dos inúmeros atos que convalidaram a declaração de utilidade pública (Decretos Estaduais nº 18.985/82, 31.910/90, 40.196/95, 45.058/00, 49.763/05), a região deixou de ser contemplada por investimentos em infra-estrutura urbana e equipamentos. Essa desvalorização foi uma informação decisiva para a luta dos mais pobres que, no final dos anos 1990, organizaram-se para ocupar os interstícios de uma cidade corporativa e fragmentada (SANTOS 1990; SOUZA, 2008). Hoje, a região do Jardim Campo Belo participa de um terceiro momento de periferização da cidade.

1.3-Terceiro Momento de periferização: as ocupações organizadas determinando o processo de expansão sul de Campinas (1990-2009)

“Era mais mato do que casa”

(fala do “Zezinho” – Presidente da Associação dos Moradores do Campituba sobre o processo de ocupação em 1997)

Analisando a situação geográfica de Campinas, lócus da expansão do meio técnico científico informacional²², ressaltamos seu papel estratégico ao admitir o desenvolvimento de fluxos mais numerosos. Ajustando-se às redes de transporte e de comunicação cada vez mais densas, a circulação tornou-se também mais fluida. Contudo, como a modernização não ocorreu de forma homogênea no sistema urbano nacional e regional, a riqueza e a pobreza urbana expandiram-se paralelamente em Campinas, o que agravou o quadro de fragmentações.

Elegemos nesta pesquisa a região do Campo Belo para retratar com mais profundidade a reprodução de um espaço esquecido pelo poder público, pela mídia, pelas universidades: aí os inúmeros loteamentos ilegais, o desemprego e a fome crônicos, os níveis de violência são, entre outros, seus elementos constitutivos.

O funcionamento da cidade de Campinas continua atendendo a uma ordem produtivista e politicamente elitista. A reforma dos serviços urbanos e do habitat nessa região de Campinas apenas foi motivada pela ocasião da ampliação do aeroporto de Viracopos nos anos 1990, quando ganhou notoriedade pela questão da desapropriação e remoção das famílias.

Essa região é um retrato do novo momento do processo de periferização que se realiza na cidade. Na foto abaixo, podemos observar aspectos de sua morfologia e a rarefação dos equipamentos públicos em alguns bairros dessa região, dimensionada através do abastecimento de água por carros pipa no Jardim Marisa:

²² Segundo Santos (2002a: 238) “esse período se distingue dos anteriores pela profunda interação entre ciência e técnica que vai se dar sob a égide do mercado. Os objetos técnicos tendem a ser também informacionais, já que graças a extrema intencionalidade de sua produção e localização, eles já surgem como informação”.

Foto 1.1 e 1.2: O entorno vivido dos “pedaços opacos” da periferia de Campinas



Fonte: própria autoria, 13/12/2007.

Consideramos que o Campo Belo e seu entorno se estruturaram como fruto de um terceiro momento de periferização da cidade. Durante os anos 1990 eclodem as ocupações organizadas de

terras urbanas, conduzidas por movimentos sociais engajados que incorporam os vazios urbanos (áreas privadas e de loteamentos irregulares). Como vimos, as favelas já vinham crescendo significativamente desde meados da década de 1970. É nesse quadro que as invasões ganham impulso revelando um grau de organização nas lutas urbanas em Campinas.

As invasões ou ocupações organizadas²³ de terras também surgiram na cidade de São Paulo em meados da década de 1980, marcando um novo quadro da situação habitacional no Brasil, no qual, para os trabalhadores de baixa remuneração, é cada vez mais difícil adquirir um lote periférico e ingressar no processo de autoconstrução. E, ao mesmo tempo em que a opção periférica fica mais distante, “o desemprego e a queda do salário real impossibilitam o dispêndio mensal com o aluguel, levando milhares de pessoas a terem que encontrar uma solução habitacional que não implicasse em nenhum custo monetário” (KOWARICK e BONDUK, 1994: 170).

Tabela 1.6: Total de loteamentos aprovados por décadas no Município de Campinas

Décadas	Loteamentos
1920	24
1930	42
1940	81
1950	322
1960	66
1970	70
1980	121
1990	60

Fonte: P.M.C, Seplama. In: www.campinas.sp.gov.br

²³ É o caso do Parque Oziel em Campinas, “o início da ocupação ocorreu no dia 6 de fevereiro de 1997 por um grupo organizado de sem-tetos (...) essa região somava uma área de aproximadamente 200 hectares, configurando o maior vazio urbano de Campinas”. Depois de várias tentativas de reintegração de posse, a prefeitura declarou como área de utilidade pública (RIBEIRO, 2006:72). Segundo B. Gennari (2006) moravam em 2006 cerca de 30.000 pessoas em mais de 1 milhão de metros quadrados, no qual 65% dessa população residia em Campinas há 10 anos . Este é um exemplo da experiência e coragem dos homens lentos, dos que lutam por seus direitos territoriais, através das lutas por moradia na cidade.

Tabela 1.7: Loteamentos aprovados na região do Campo Belo e entorno a partir da década de 1980

Loteamentos	Aprovação	Área (m²)	Nº lotes de acordo com planta aprovada
<i>Jd. Fernanda I</i>	Dec.6350/80	290.293,07	606
<i>N.R. Vila Nilza</i>	Dec.9387/87	8.250,00	46
<i>Jd. Fernanda -continuação</i>	Dec10654/91	164.122,70	192

Fonte: Dados fornecidos pela SEHAB – Campinas, 2009.

Na década de 1990, verifica-se o crescimento da malha urbana mantendo-se a dinâmica de aprovação de novos loteamentos, uma vez que foram aprovados 60 novos loteamentos (ver tabela 1.6); o último loteamento aprovado na região sul foi o do Jardim Fernanda, conforme tabela 1.7.

Ao implantar grandes conjuntos habitacionais nas grandes cidades, quase sempre nas periferias urbanas, promove-se a valorização de grandes áreas mantidas como reservas de valor, aumentando o preço da terra e permitindo o acesso desta somente pelas classes de renda média e alta, abandonando-se novamente as classes mais pobres.

A carência por unidades habitacionais que já vinha desde o início da década de 1970 foi multiplicada por quatro. Segundo os dados da Prefeitura Municipal de Campinas e da COHAB (2005) a cidade de Campinas revela um déficit habitacional de 40 mil casas, com cerca de 160 mil pessoas vivendo irregularmente em favelas, núcleos e ocupações²⁴, totalizando 15 % da sua população. Essa porcentagem se aproxima da média nacional. Segundo a *Pesquisa Nacional por amostra de domicílios* (PNAD - IBGE) a soma de domicílios improvisados, rústicos que precisam ser repostos perfaz cerca de 13,2 % do total de domicílios brasileiros”²⁵.

De acordo com a Secretaria Municipal de Habitação, a cidade possui, atualmente, 335 loteamentos ilegais (loteamentos clandestinos, irregulares e ocupações em áreas públicas). Grande parte das ocupações ocorreu na década de 1990 atingindo em sua maioria áreas públicas.

²⁴ A prefeitura de Campinas classifica as favelas como ocupações realizadas em áreas públicas e irregulares; as ocupações são invasões efetuadas em áreas particulares; são áreas cujo movimento é planejado. Os núcleos podem ser favelas ou ocupações que foram urbanizadas, alguns moradores podem ter a posse do lote (RIBEIRO, 2006).

²⁵ Segundo E. Maricato²⁵ (2006: 223) sobre o déficit habitacional “outras questões não estão esclarecidas ou ponderadas nesses índices”, afinal a síntese dessa questão não se dá pela soma das partes, como: “inadequação fundiária (5,8 %), adensamento excessivo (7,5%), domicílios sem banheiro (8,6%), domicílios carentes de abastecimento de água e coleta de lixo (32,4%)”.

Tabela 1.8: Registro em (%) das ocupações em Campinas, por décadas:

1960	4%
1970	29%
1980	21%
1990	44%
2000	2%

Fonte: Plano Diretor, 2006. In: Secretaria Municipal de Habitação de Campinas

Na década de 1990, as maiores porcentagens da população favelada se encontram nas regiões sudoeste e sul do município; nas últimas décadas o espraimento da população em Campinas também se deu na região oeste da cidade.

Enfatizamos que a população que vivia em favelas em Campinas permaneceu crescente, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1.9: Evolução da população favelada em Campinas

	População
1991	63.000
1996	88.000
2005	160.000

Fonte: IBGE, 2005.

A ocupação típica da região sudoeste pela população de baixa renda foi fortemente alimentada pela atuação da COHAB, recebendo um grande número de conjuntos residenciais populares, principalmente na década de 1970. Sendo assim, a política habitacional se revela também fortemente segregadora da população pobre (CAIADO, 1997).

A “invisibilidade planejada” da região sul é observável inclusive quando comparamos a divulgação dos dados, pois nem os oficiais são confiáveis. Se optarmos pela somatória da população por Unidades Territoriais Básicas (UTB`s) chegaríamos a 57.914 habitantes atendidos pela Administração Regional 6. No entanto, a direção da Regional opera com a informação de que vivem no lugar cerca de 120.000 pessoas.

O mesmo ocorre com os dados do Jardim Campo Belo e entorno: a SEHAB afirma que a região abriga uma população de aproximadamente 34.000 habitantes, já o CRAS estima, pelo número de atendimentos do Serviço Social, que ali reside uma população superior a 50.000 habitantes. Mas, pelo cálculo feito a partir das (UTB's: 66, 66A e 67)²⁶, teríamos apenas 24.780 habitantes. Seria, pois, importante transformar essas quantidades desconexas em qualidades confiáveis a serviço de um entendimento dos problemas urbanos.

O adiamento sucessivo da efetiva desapropriação das áreas necessárias à ampliação do aeroporto, o abandono dos proprietários e a inexistência de investimentos públicos na região foram fatores determinantes para a ocupação irregular dos imóveis, intensificando, sobremaneira, o adensamento da região com famílias de baixa renda, que vivem em condições extremamente precárias, sem infra-estrutura, equipamentos e serviços públicos. A região exibe os piores índices do Município, segundo a Sehab (2009). Vejamos:

- Taxa de mortalidade infantil (0 a 4 anos) por 10 mil habitantes, segundo a Secretaria Municipal de Saúde (2000 - 2002): 80 a 151,53;
- Estão presentes na região os maiores índices de doenças infecto-contagiosas;
- Taxa de homicídio por 100 mil habitantes (dado de 2002): 85 a 151,06;
- 38,45% da população não possui rendimento;
- 32,2% da população ganha até 1 salário mínimo.

As áreas atingidas pelo projeto de expansão do Aeroporto de Viracopos até meados de 2006 seriam:

²⁶ Ver no Anexo2 (p. 147) a divisão das administrações regionais e no Anexo 6 (p.155),conferir a distribuição da população da região do Jardim Campo Belo por essas UTB's.

Quadro 1.2: Áreas de utilidade pública²⁷ que seriam incorporadas à expansão do Aeroporto de Viracopos até 2006:

<u>JARDIM CAMPO BELO – 1ª Gleba</u>	<u>JARDIM CAMPO BELO – 2ª Gleba</u>
<p>Protocolo nº 3303/52 Área: 230.800,00 m² Nº de Lotes: 446 Aprovação: Lei nº 907 de 12/05/1953 Registro: 3º CRI sob nº 49 Infra-Estrutura existente: rede de água, rede elétrica</p>	<p>Protocolo nº 25244 de 27/11/1952 Área: 499.730,00m² Nº de Lotes: 986 Aprovação: Decreto nº 664 de 13/07/1955 – aprova os planos de arruamento e loteamento Lei de Doação: 1309 de 17/06/1955 – aprova receber doação de áreas. Registro: Obs.: Através do Ofício 096/99 de 03/02/1999 do 3º CRI informa que o loteamento se encontra registrado. Infra-Estrutura existente: (parcial) - rede de água, rede elétrica e iluminação pública</p>
<u>JARDIM CAMPO BELO – 3ª Gleba</u>	
<p>Protocolo nº 21988/56 Área: 197.052,80m² Nº de Lotes: 369 Aprovação: Decreto nº 1134 de 16/07/1957 – aprova os planos do loteamento Lei de doação: 1758 de 20/05/1957 – autoriza receber doação de áreas Registro: Obs. Através do Ofício 096/99 de 03/02/1999 do 3º CRI – o loteamento encontra-se registrado. Infra-Estrutura existente: rede elétrica.</p>	

Fonte: SEHAB - Campinas, 2009.

²⁷ Vide Anexo 5 (p. 153), no mapa dos projetos estruturadores de Campinas encontra-se a área que seria destinada a expansão aeroportuária

Apresentamos abaixo um conjunto de questões que incidiram na mudança das áreas supracitadas, divulgadas em 2006, segundo a Sehab (2009):

- as questões fundiárias incidentes sobre a área de abrangência do Decreto Estadual 14.031/79;
- desapropriação da área necessária à ampliação do aeroporto e indenização aos proprietários (valor dos lotes), aos ocupantes (valor das benfeitorias);
- ausência de recursos para desenvolver projetos habitacionais visando o reassentamento das famílias;
- as dificuldades que vêm sendo enfrentadas pelos moradores da região que vivem sem condições dignas de vida;
- a existência de outras áreas, menos adensadas, para ampliação do complexo aeroportuário”

Conforme observamos por meio do quadro 1.2, a região do Campo Belo foi retratada como uma porção opaca da cidade, caracterizada pela ausência das seguintes infra-estruturas: redes de água e de esgoto, rede de luz, guias, sarjetas, galerias de águas pluviais e pavimentação;

Com exceção das ruas dos loteamentos Jardim São Domingos, Campo Belo I e Jardim Fernanda II, as demais vias não são pavimentadas²⁸. Tais equipamentos são insuficientes para atender a demanda da população, uma vez que 900 crianças estão sem escola e são transportadas com ônibus da prefeitura para escolas dos municípios vizinhos, sem monitoramento de um responsável, fato que preocupa as lideranças dos bairros e a rede de assistência social.

²⁸ Um outro dado do sistema de transporte e circulação da região é atendida basicamente pelas seguintes linhas de ônibus: 192 – Vl Diva, 195 – Jd. Palmeiras, 190 – S. Domingos, 4.21 – J. Fernanda; 4.24 – J. Itaguaçu; 4.25 – V. Palmeiras e 4.29 – J. Fernanda.

Foto 1.3: Cidadania e o direito ao entorno: ônibus responsável pelo transporte das crianças



Fonte: própria autoria, 18/02/2009.

A região sul foi a que mais se expandiu desde a década de 1990 em número de habitantes. Suas principais demandas relatadas expõem as deficiências no acesso à educação básica e às áreas de lazer. No Jardim Campo Belo II, Jd. Itaguaçu, Santa Maria II e Jd. Fernanda II não há escolas; as crianças precisam se deslocar diariamente para outras cidades, como Vinhedo - SP.

Conforme dados levantados junto a Prefeitura Municipal de Campinas e em trabalhos de campo que realizamos, são esses os fixos públicos existentes para atender cerca de 50.000 pessoas:

- 4 EMEI's: Campo Belo II; 2ª gleba; Jardim Fernanda II; Jardim São Domingos;
- 1 CEMEI : Jardim Fernanda 1;
- 1 Centro de Saúde (São Domingos);
- 2 Módulos de Atendimento a Saúde – Jardim Campo Belo 2; Jardim Fernanda 1
- 2 Escolas Municipais: Jardim Palmeiras e São Domingos

- 2 Escolas Estaduais: Jardim Fernanda e Campo Belo II

As áreas consideradas impróprias à habitação, sujeitas à remoção, são:

- Núcleo Residencial Campo Belo, implantado sobre terreno alagadiço e sujeito à inundação;
- Núcleo Residencial Campituba, localizado ao longo do ramal férreo e sobre a Praça do Jardim Marisa, se estende desde o Jardim Palmeiras até o Jardim Itaguaçu 2ª gleba.

A ocupação dos núcleos residenciais Jardim Campo Belo e Jardim Marisa se caracterizam pelo seu isolamento e pela existência de trechos sujeitos à deslizamentos. Estima-se que 600 unidades habitacionais deverão ser removidas das áreas consideradas impróprias.

Atualmente estão sendo construídas 313 unidades da COHAB para abrigar as famílias que viviam em “áreas de risco e verdes”, conforme foto abaixo. Do total de R\$ 11,5 milhões reais investidos, 85% provém do governo federal e o restante do governo municipal. Nos próximos anos, a prefeitura estima estruturar mais dois empreendimentos na região, cada um com 500 unidades por meio do Programa de Arrendamento Residencial (PAR).²⁹

²⁹ Essas informações foram divulgadas no Correio Popular²⁹, no caderno *Cidades* como “*Problema Antigo*”- *Solução à vista*.

Foto 1.4: O Habitat das cidades: moradias populares no Jardim Marisa³⁰



Fonte: Própria Autoria, 18/02/2009.

Segundo a SEHAB, verifica-se a existência de aproximadamente 900 moradias precárias, localizadas de forma esparsa sobre toda a região sul. Estima-se que tais unidades deverão ser reformadas ou ampliadas.

Para sermos precisos, nos últimos quatro anos a prefeitura executou por volta de 5 mil unidades habitacionais, entregues pelo Prefeito Hélio da Costa em 2006, o que significou uma redução de 25% do número de “áreas de risco” totais na cidade e 60% do número de famílias vivendo em situação de deslizamentos e desmoronamentos. Através do Programa de Regularização Fundiária foi entregue cerca de 1.100 títulos de concessão de uso, legalizando uma parcela pequena de antigas ocupações.

³⁰ Destacamos na foto 1.4 a **nave mãe** do Jardim Marisa, que é um centro educacional que atende em média 500 crianças de 4 meses a 6 anos de idade. Atualmente a região sul possui mais uma nave mãe no Jardim Fernanda. Na região sudoeste há mais duas unidades, uma no Satélite Íris II e outra no Vida Nova. Já estão em fase de construção outras cinco “naves mãe” nos bairros Alto Belém, DIC VI, Residencial Cosmos, Vista Alegre e Villa Régio. Ao todo, a prefeitura prevê a construção de 15 **naves mãe** na cidade. Consultar: www.campinas.sp.gov.br.

O prefeito Hélio de Oliveira Santos sancionou no dia 11 de maio deste ano, a lei municipal nº 13.580/2009 que isenta de impostos as empresas que realizarem empreendimentos habitacionais do *Programa Minha, Casa Minha Vida* ³¹.

Das medidas anunciadas por este programa do governo federal, R. Rolnik (2009: 4) antevê impactos semelhantes ao vivido no período do BNH. A proposta atual é utilizar os recursos do FGTS, oriundos dos trabalhadores para financiar a compra de imóveis de até R\$ 600 mil, alterando-se o limite atual que é de R\$ 350 mil. Ora, as famílias cuja renda permite a obtenção de créditos para compra de imóveis correspondem a 0,9% do déficit habitacional brasileiro. A autora acrescenta que metade dos financiamentos obtidos pelas famílias de baixa renda foi para a compra de materiais destinados a autoconstrução em loteamentos precários e favelas. Lembra ainda que desde a criação do BNH (Banco Nacional da Habitação) o uso dos recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) em financiamentos para a produção e comercialização de empreendimentos habitacionais, dinamizou o mercado imobiliário de médio e alto padrão nas cidades brasileiras, provocando grande aumento no preço dos terrenos.³² Ademais, o crédito imobiliário nunca alcançou a faixa de renda familiar mensal entre 0 e 3 salários mínimos, que concentrava e continua concentrando 90% do déficit habitacional, resultando no aumento da favelização.

Em resposta a esse projeto federal, a prefeitura de Campinas pretende construir cerca de 30 mil novas moradias no município. A idéia é isentar de ISSQN e ITBI as empresas que apresentarem empreendimentos para as famílias que ganham até três salários mínimos. A lei apresenta à iniciativa privada áreas passíveis de implantação de projetos habitacionais de interesse social ou que possam entrar numa permuta para aquisição de áreas maiores. Nas áreas públicas a capacidade projetada é de apenas 4 mil moradias populares.

Vale mencionar que, neste contexto, “a construção de casas para os mais pobres ajuda a viabilizar a cidade corporativa” (SANTOS, 1998:47). Por meio dos programas de habitação

³¹O programa *Minha Casa, Minha Vida*, do Governo Federal, tem o objetivo de entregar cerca de 1 milhão de unidades habitacionais em todo país para famílias que ganham até dez salários mínimos mensais. Em Campinas seriam atendidas pessoas na faixa de até três salários mínimos. Acessar: www.campinas.gov.br.

³² Segundo a autora, dos 4,5 milhões de moradias erguidas com Financiamento do Sistema Financeiro de Habitação entre 1964 e 1986, apenas 33% se destinaram à população de baixa renda, sempre em conjuntos localizados nas periferias urbanas, em áreas onde a terra era barata por não haver acesso a infra-estruturas de saneamento básico e transporte coletivo, nem equipamentos comunitários de educação, saúde, lazer e cultura e não apresentar oferta de emprego. (ROLNIK, 2009:4)

popular, a cidade de Campinas aumentou sua superfície total e esse crescimento da área promoveu mais especulação imobiliária. Como vimos, a constituição dessa cidade denuncia a mercantilização da escassez, pois apresenta problemas de transporte, de carência de saneamento básico e de infra-estrutura médica e escolar.

Como vimos, sob a estruturação de vastas superfícies entremeadas de vazios, essa cidade espalhada, garante uma urbanização corporativa, com carência de infra-estruturas, especulação do preço da terra, problemas de transporte e periferização da população (SANTOS, 2005a). “O espaço se torna articulado às relações funcionais e desarticulado quanto ao comando local das ações que nele se exercem” (SANTOS, 2005a:49).

Nosso intuito foi levantar um conjunto de dados para aclarar os conflitos existentes entre as demandas do lugar, as estratégias de modernização aeroportuária e de regularização fundiária e analisar a concepção de planejamento em função desse quadro de escassez estrutural. Indagamos, enfim, quais as capacidades de renovação do planejamento em Campinas segundo a metodologia dos planos diretores pós anos 1990. Em que medida a região do Campo Belo é contemplada pelos diagnósticos e programas?

**CAPÍTULO II: PLANOS DIRETORES: ORIENTAÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA O
ORDENAMENTO TERRITORIAL DA DÉCADA DE 1990 EM CAMPINAS. O QUE
COUBE AO CAMPO BELO?**

2.1 - A presença do velho e do novo: planos diretores, fragmentação urbana e cidadania

O Plano Diretor é definido pelo *Caderno de Subsídios da Prefeitura de Campinas* (2006), como “um instrumento de ordenamento do desenvolvimento do município, que deve assegurar a expansão econômica como condição necessária para possibilitar a formação da riqueza, entendida como bens, serviços, conhecimento e cultura, e o atendimento das reais necessidades da sociedade”.

Segundo R. Rolnik (2008:5) mais de 90% dos municípios com mais de 20 mil habitantes cumpriram com a formulação dos planos diretores no Brasil exigida a partir do Estatuto da Cidade³³. Porém, especula-se qual a força desses planos e de seus instrumentos na produção das cidades. Os programas de financiamento de moradias, por exemplo, ignoram a existência desses planos.

Nesse capítulo faremos uma avaliação cronológica sobre os planos diretores em Campinas, buscando entender em que medida estes seguiram os critérios da Constituição de 1988, uma vez que as *utopias democráticas*³⁴ (VAINER, 2003) começam a ser ensaiadas a partir da década de 1990³⁵.

O Plano Diretor da gestão do Prefeito *Jacó Bittar*³⁶ (1989 -1992) foi elaborado no início dos anos 1990 e buscou estabelecer diretrizes para a maioria das políticas setoriais, tais como: saúde, educação, promoção social, cultura, turismo, esportes e até segurança pública. Ele foi elaborado através da contratação do *Arquiteto Siegbert Zanettini*, incumbido de coordenar os

³³ O Estatuto da Cidade, Lei 10.257, de 10 de julho de 2001; entrou em vigor no dia 10 de outubro de 2001 e regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. A partir dela compete aos municípios elaborar planos diretores participativos, estes deverão definir uma série de instrumentos urbanísticos que controlem a especulação imobiliária.

³⁴ Conforme C. Vainer (2003:30), a utopia democrática é dirigida pela política. “Nela, o conflito, em vez de ser temido, é desejado, pois é visto como elemento fundamental da transformação da cidade. Nela os cidadãos não são vistos nem como espectadores das realizações de um prefeito iluminado, nem como simples consumidores da mercadoria urbana. Seus habitantes são pensados como cidadãos em construção, que, ao se construírem, constroem também a cidade”.

³⁵ Em 1990 foi aprovada a Lei Orgânica Municipal - LOM e, em 1991, a Lei Complementar nº. 02 de 1991 que dispõe sobre o Plano Diretor de Campinas.

³⁶ Ver: <http://www.campinas.sp.gov.br/seplama/publicacoes/planodiretor2006/doc/historico.pdf>

trabalhos técnicos efetuados com a participação de um grupo denominado *Equipe Técnica do Plano Diretor*, constituído aproximadamente por 40 profissionais de diversos setores e órgãos da administração municipal, que se comprometeram em encaminhar o documento num prazo de quatro meses para a elaboração de um projeto de lei e apresentado à sociedade em uma Audiência Pública.

A participação democrática foi letra morta nesse Plano Diretor de 1991, pois não contava com instrumentos que propiciassem a participação mais ampla dos setores organizados da sociedade. Esse plano³⁷ apenas esboçou, de modo geral, algumas diretrizes para uma política urbana mais descentralizada e atenta a função social da propriedade privada³⁸. São eles:

- *Parcelamento ou Edificação Compulsórios*: determina a utilização obrigatória do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação do referido comprometimento.
- *Imposto Progressivo no Tempo sobre Vazios Urbanos*: prevê um aumento progressivo da alíquota de imposto sobre a propriedade predial e territorial, por até cinco anos consecutivos, objetivando fomentar a ocupação de terrenos urbanos não edificados, subutilizados ou não utilizados.
- *Operações Interligadas, Operações Urbanas e o Solo Criado*³⁹, são definições específicas para certa área da cidade que se quer transformar, que prevêm um uso e uma ocupação distintos das regras gerais que incidem sobre a cidade e que podem ser implantadas com a participação dos proprietários, moradores, usuários e investidores privados. Devem apresentar: 1) a delimitação da área a ser atingida; 2) as finalidades da operação; 3) a contrapartida monetária, ou de outra natureza, oferecida pelos proprietários, usuários e investidores privados participantes da operação.

Destes instrumentos, é facultado ao município de Campinas exigir nos termos da Lei Federal (Política Urbana, 1988) a propriedade do solo não edificado, subutilizado ou não utilizado, para promover seu adequado aproveitamento. Segundo *artigo 181* da Lei Orgânica do Município de Campinas, o poder público poderá permitir após o parecer da CDMU, operações

³⁷ Instituído através da Lei Complementar nº. 02 de 26 de Julho de 1991.

³⁸ Ver: www.seade.sp.gov.br

³⁹ Foi retirado do processo de discussão, por força de alguns segmentos sociais.

interligadas com a iniciativa privada⁴⁰. A princípio, a composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CDMU) dar-se-ia pelos seguintes segmentos⁴¹:

- a) *Popular*: associações de moradores, conselhos populares, movimentos populares, com 4 efetivos e 8 suplentes;
- b) *Sindical*: representativo dos trabalhadores, com 1 efetivo e 2 suplentes;
- c) *Ecológico*: entidades de defesa e controle ambiental, com 1 efetivo e 2 suplentes;
- d) *Empresarial*: entidades representativas, com 3 efetivos e 6 suplentes;
- e) *Técnico-Profissional*: integrado pelas entidades profissionais representativas, com 4 efetivos e 8 suplentes;
- f) *Institucional*: pelos Poderes Legislativo e Executivo, com 2 do Poder Legislativo efetivos, 4 suplentes; 2 do Poder Executivo e 4 suplentes;
- g) *Universitário*: representado pelas universidades locais – 1 efetivo da UNICAMP e 2 suplentes, da 1 efetivo da PUCCAMP e 2 suplentes

A Lei do Plano de 1991 conferiu ao CMDU a função de emitir pareceres e administrar o *Fundo de Financiamento e Investimento para Desenvolvimento Urbano e Habitacional*.

Nota-se que essa reestruturação foi extremamente conservadora e hierárquica, pois a prefeitura apenas atribuiu mais funções ao CMDU, adaptando-se ao princípio de participação social **“caso necessário”**.

Nesse plano a “preocupação ambiental” resultou na proposta de divisão do município em *Macrozonas* recortado por bacias hidrográficas, destacando a APA (Área de Proteção Ambiental dos Distritos de Souza e Joaquim Egídio). Sob o discurso ecológico é que surge a concepção do macrozoneamento dos planos subsequentes: os Planos Diretores de 1996 e 2006.

O Plano Diretor de 1991 pôs a cidade de Campinas à frente das negociações com os municípios integrantes da futura Região Metropolitana de Campinas – RMC para a execução de

⁴⁰ Criado em 12 de Abril de 1991, pela Lei nº 6426 pela Câmara Municipal e Prefeito, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CDMU) sofreu alterações em 1993 pela Lei nº 7565 e pela Lei nº 8342 em 1995. De caráter consultivo e fiscalizador, tem o objetivo de promover a participação autônoma e organizada da comunidade, no processo de planejamento e discussão da evolução urbana do Município, nos termos do artigo nº 172 da Lei Orgânica do Município.

⁴¹ Alterado pela Lei nº 8342: As entidades serão eleitas em assembleia pelos respectivos segmentos, as entidades deverão estar inscritas junto a Secretaria do Planejamento, com exceção do segmento universitário que será indicado pelos reitores da UNICAMP e PUCCAMP, não poderão indicar representantes que detenham cargos de confiança.

planos diretores adaptados à realidade regional. Chega a estabelecer, como diretriz, a criação de um Sistema Metropolitano como instância integradora da RMC, assim como a gestão conjunta com os municípios vizinhos das áreas de mananciais hídricos.

Em 1994, no segundo ano da administração do *Prefeito Magalhães Teixeira* (1993-1996), iniciam-se os trabalhos de elaboração do Plano de 1996, apenas três anos após a aprovação do plano anterior; intitulado como “Plano de Revisão” com a proposta buscou-se novamente enfatizar o zoneamento baseado nas leis de uso e ocupação do solo⁴².

O Plano de 1996⁴³ conserva as diretrizes acima descritas do Plano de 1991, estabelecidos pela constituição de 1988 e apresenta políticas setoriais tais como habitação, sistema viário, infraestrutura de saneamento, ainda que negligencie outros setores: educação, saúde, promoção social, cultura e turismo, o que representa, de certa forma, um retorno ao discurso do “*urbanismo tecnicista*” utilizado no PPDII nos anos 1970. A sua elaboração foi subsidiada, sobretudo por uma equipe da *Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente* – Seplama e por outros setores da Prefeitura.

Com relação aos instrumentos urbanísticos comprometidos com a *função social*, o Plano de 1996 adota alguns instrumentos, mas que também não vieram a ser regulamentados. Nota-se que, em 1996, a formulação desses aparatos esbarravam em normas que só foram regulamentadas em 2001, com o *Estatuto da Cidade*.⁴⁴ A participação social durante o processo de elaboração dos Planos de 1991 e de 1996 ocorreu basicamente através da realização de Audiências Públicas esvaziadas e de articulações advindas de representações do CMDU.

⁴² Além disso, os vazios urbanos foram quantificados e publicados no *Caderno de Subsídios do Plano Diretor de 1996*. Mais de treze mil hectares de terras em Campinas eram de glebas não parceladas e mais de seis mil hectares de lotes vagos, o que totalizava mais de vinte mil hectares valorizados, quase metade da área urbana de Campinas. Como medida para conter o crescimento espraiado da cidade, devia-se aproveitar a infra-estrutura já implantada, como forma de contenção de seu crescimento periférico.

⁴³ Instituído pela Lei Complementar nº. 04 de 17 de Janeiro de 1996.

⁴⁴ Apesar das brechas abertas pelo Estatuto da Cidade, citaremos um exemplo de como o poder público em Campinas ainda repudia o debate aberto com outras falas e teme o conflito, que é considerado uma ameaça a ordem capitalista. O Grupo Risco acompanhou em 2007 uma tentativa de ocupação na região oeste de Campinas (intitulada “Frei Tito”). Durante duas semanas, 3000 pessoas sob coordenação do Movimento dos Sem Teto ocupou uma propriedade de solo não utilizado, cujo especulador devia R\$ 2 bilhões de reais de IPTU aos cofres públicos (10 anos de inadimplência). Os manifestantes realizaram 2 marchas até o Paço Municipal para requerer a área em seu favor. Em resposta, a Prefeitura Municipal de Campinas preferiu renegociar a dívida com o proprietário à conceder o direito de uso social da propriedade aos pobres, estes foram expulsos por força bruta da Polícia Militar. Consultar: <http://gruporisco.org/drupal/>.

Destaca-se que a versão promulgada da Lei do Plano de 1996 sofreu mais de uma centena de alterações⁴⁵ - emendas do Poder Legislativo e vetos do Poder Executivo - o que faz desaparecer ainda mais o cidadão, que não foi consultado acerca desses ajustes.

É por isso, que um dos traços característicos do Estado, segundo F. Engels (2002: 139) “é a existência de uma força pública separada da massa do povo”. De forma geral, há que se indagar a quais grupos sociais o chamado “processo de democratização” do país tem servido? Como promover diálogos, dos quais a vigilância popular, a diversidade e o conflito possam fortalecer as lutas urbanas em Campinas?

⁴⁵Dentre elas podemos citar a lei 8.853/96, concedeu-se a implantação de edificações e ou empreendimentos para fins urbanos (bolsões urbanos) nas áreas rurais. Essa abertura de parcelamento da área rural praticamente ampliou o perímetro passível de parcelamento em aproximadamente 130.000.000 m², o que correspondeu a um acréscimo de 33,42 % de área.

2.2 - Diagnósticos sobre a cidade de Campinas: as aparências se sobrepõem ao entendimento dos usos do território

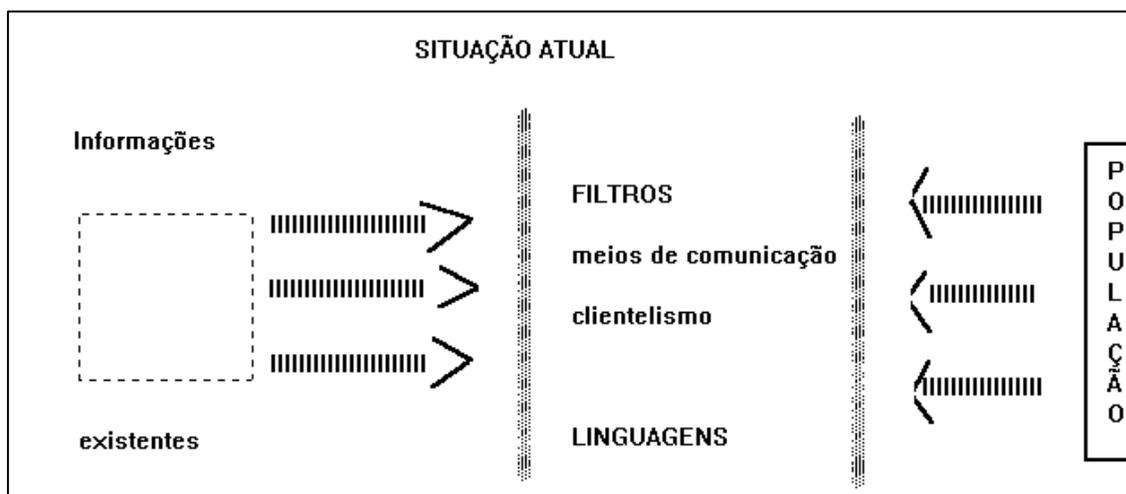
De acordo com “O Estatuto das Cidades”, um plano diretor é basilar para as políticas de desenvolvimento e expansão urbana municipais. São obrigatórios para municípios com mais de 20 mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas, com áreas de especial interesse turístico; situados em áreas de impacto ambiental e de empreendimentos. Os princípios que norteiam os Planos Diretores estão baseados na função social da propriedade e na construção de diagnósticos compartilhados com a sociedade.

No entanto, veremos que os diagnósticos dos Planos Diretores em Campinas se fundam em estratégias territoriais consensuais. Como nos afirma C. Vainer (2000:117), “*o consenso não é o resultado do contraditório, do confronto de interesses, está posto pelo compartimento de uma experiência urbana suposta comum*”.

Assim, afirma A. B. da Silva (2005) que, com frequência, os especialistas do urbano e da cidade privilegiam um enfoque setorial e deixam de abordar a intensidade das inter-relações que definem a urbanização e as metamorfoses das grandes cidades, dos novos espaços habitados.

O diagrama 2.1 abaixo busca retratar os limites e ruídos para a circulação de informações sobre a cidade, segundo M. A. de Souza (2000: 222):

Diagrama 2.1: Informação descendente: os filtros entre o Estado e a sociedade



Fonte: (SOUZA, 2000: 223)

“A falta de comunicação direta, especialmente entre os órgãos públicos e a população, tem como conseqüências: a existência de filtros muito fortes, com interesses particulares que acarretam fortes distorções nos fluxos de informações; geram-se imensas lacunas nos fluxos de informações: reivindicações esporádicas, lutas específicas dos movimentos populares, cujos processos são permanentemente interrompidos e todas as informações obtidas perdidas ou dispersadas; aumenta a sensação de distância entre a população, o cidadão e o poder público; aprofunda-se o processo de criação de uma dificuldade de mútua compreensão” (SOUZA, 2000: 223).

Esse diagrama aponta alguns filtros que impedem a criação de fluxo de informações confiáveis ao exercício da cidadania, pois “os meios de comunicação de massa (a grande imprensa e as cadeias de TV) exercem um forte monopólio sobre a informação no país e as manipulam segundo interesses mercadológicos” (OLIVEIRA, 2005:74), se combinam ainda “aos interesses das classes dominantes, altamente eficazes para bloquear as esferas públicas das ações sociais e da opinião como expressão dos interesses e dos direitos de grupos sociais antagônicos” (CHAUÍ, 2000: 92).

Segundo J. Martins (1994:19-51), três aspectos contribuem para inibir o desenvolvimento da cidadania no Brasil: o patrimonialismo, o clientelismo e a corrupção. O primeiro se dá pelo fato de não se constituir na consciência popular uma distinção clara entre o público e o privado; o segundo ocorre por uma relação de troca de favores por benefícios econômicos em diferentes escalas; e o terceiro, nega quaisquer pressupostos racionais do contrato social, com base na igualdade e na reciprocidade como princípios que regulam e sustentam as relações sociais.

É por isso que debatemos não haver novidades no planejamento em Campinas, pois oficializar a participação popular nos planos, criando canais de consulta pública, não significa combater e eliminar os filtros existentes entre os órgãos públicos e a população campineira, nem tampouco enfrentar suas iniquidades sociais. Conforme discutiremos no próximo item, a região do Campo Belo expressa bem essa análise, pois apesar da opacidade e dos conflitos, os diagnósticos do poder público insistem em valorizar sua fragilidade ambiental, em restringir a urbanização sentido sul, e o mais grave, quando pressionados pela sociedade, lamentam pela carência de dados sobre a região. Desse registro, queremos dizer que o planejamento em Campinas hesita em buscar uma agenda de ações compartilhada com seus habitantes, pois essa “escuta precisa ser acompanhada de uma leitura de gestos” nos diz A. Ribeiro (2005:99). Feita

essa consideração, nos cabe recuperar que “planejar significa fazer fluir uma informação, comprometendo um tempo futuro” (SOUZA, 1992:46).

É muito importante entender que o direito à cidade, segundo D. Harvey (2009: 7)⁴⁶ “não é simplesmente um direito de acesso ao que existe. É um direito de participar da construção e da reconstrução do tecido urbano, das formas mais condizentes com as necessidades da massa da população”. Por isso, a região do Campo Belo é um retrato da densidade comunicacional⁴⁷ que brota daqueles que vivem e não apenas circulam sobre o espaço, pois sua sobrevivência e seu futuro dependem de um estado de vigilância permanente. Os habitantes dessa porção opaca organizam-se em assembléias, encaminham incansavelmente pedidos e cobram da Administração Regional 6 e da Secretaria de Planejamento melhorias na infra-estrutura dos bairros, que cresceram nos anos 1990.

⁴⁶ Entrevista à David Harvey pela revista **Le Monde Diplomatique Brasil** (p.6-7), reportagem intitulada: “Wall Street e o direito à cidade”. Ano 2, nº 20, 2009.

⁴⁷“A comunicação resulta das temporalidades diversas, múltiplas, que marcam a existência de cada um de nós. Quanto mais diversas as temporalidades práticas dos indivíduos, quanto mais diferentes eles forem, tanto maior a riqueza da produção de idéias sobre a vida num lugar” (SANTOS, 2008:21).

2.3 - Território como recurso e regionalizações como ferramenta: os rebatimentos para o Jardim Campo Belo

Neste item propomos refletir sobre as regionalizações criadas pelo poder público de Campinas e discutir os diagnósticos e projetos futuros para Campinas no âmbito do Plano Diretor de 2006.

As regionalizações, “como processo intermediário entre os regionalismos e a afirmação da região, abarcam uma série de ideologias, que precisam de legitimidade ou autonomia para servir de emissoras ou de alvo para políticas específicas” (VAINER, 1995).

É por isso que “regionalizar”, como destaca A. Ribeiro (2004c), não é apenas um ato técnico, envolve uma gama de ações e agentes manifestados historicamente por setores dominantes locais, governos e, hoje, empresas globais.

O conceito de região, segundo R. Corrêa (1991), foi largamente empregado no planejamento: ora para fins de ação e controle, ora como unidades territoriais básicas de desenvolvimento aplicado (regiões de planejamento), ora travestidos por demarcações naturais (bacias hidrográficas).

Isso porque o discurso ambiental surge na metade do século XX como novo paradigma para o planejamento; aparece nos projetos sociais desqualificando os discursos clássicos da questão urbana-regional nos quais a “a natureza clássica, que era também a da modernidade, era hostil se permanecesse natural, útil se fosse submissa” (TOPALOV, 1997:36).

A absorção da questão ambiental nos processos de planejamento embasou a formulação da primeira regionalização do Plano Diretor de Campinas em 1991. São “*regiões no papel*”, coesões identitárias hipotéticas, de que fala C. Vainer (1995).

Como instrumento técnico e político do Estado, essa regionalização assegura projetos hegemônicos, incluindo: a fluidez territorial, a concentração de investimentos e a separação dos melhores e dos “outros” pedaços da cidade.

Podemos constatar na tabela 2.10 abaixo os macrozoneamentos propostos para Campinas:

Tabela 2.10: Macrozoneamentos⁴⁸ – Planos Diretores (1996, 2006)

Plano Diretor 1996 ⁴⁹		Plano Diretor 2006	
<i>MZ1</i>	Área de proteção ambiental	<i>MZ1</i>	Área de proteção ambiental
<i>MZ2</i>	Área com restrição a urbanização	<i>MZ2</i>	Área de controle ambiental
<i>MZ3</i>	Área de urbanização controlada – norte	<i>MZ3</i>	Área de urbanização controlada
<i>MZ4</i>	Área de urbanização consolidada	<i>MZ4</i>	Área de urbanização prioritária
<i>MZ5</i>	Área de recuperação urbana	<i>MZ5</i>	Área prioritária de requalificação
<i>MZ6</i>	Área de urbanização controlada – Sul	<i>MZ6</i>	Área de vocação agrícola
<i>MZ7</i>	Área imprópria à urbanização	<i>MZ7</i>	Área de influência aeroportuária
		<i>MZ8</i>	Área de urbanização específica
		<i>MZ9</i>	Área de integração noroeste

Fonte: PMU, 2006

No mapa 2.1 da página adiante, o principal traçado das rodovias encontra-se em vermelho, a demarcação do perímetro urbano de Campinas em linha pontilhada preta e a demarcação das zonas (que estão baseadas no traçado de estradas e córregos) em linhas tracejadas de cor azul.

⁴⁸Segundo Art. 48 do Plano Diretor de 1996, “O macrozoneamento de Planejamento tem por finalidade propor o ordenamento, definir orientações e estratégias de planejamento em áreas diferenciadas do território municipal, visando o equacionamento de sua problemática ambiental, urbanística e socioeconômica”.

⁴⁹ Vide anexo 7 (p.156-169) onde estão os mapas referentes a cada macrozona.

Mapa 2.1: Macrozoneamento do Plano Diretor de 2006

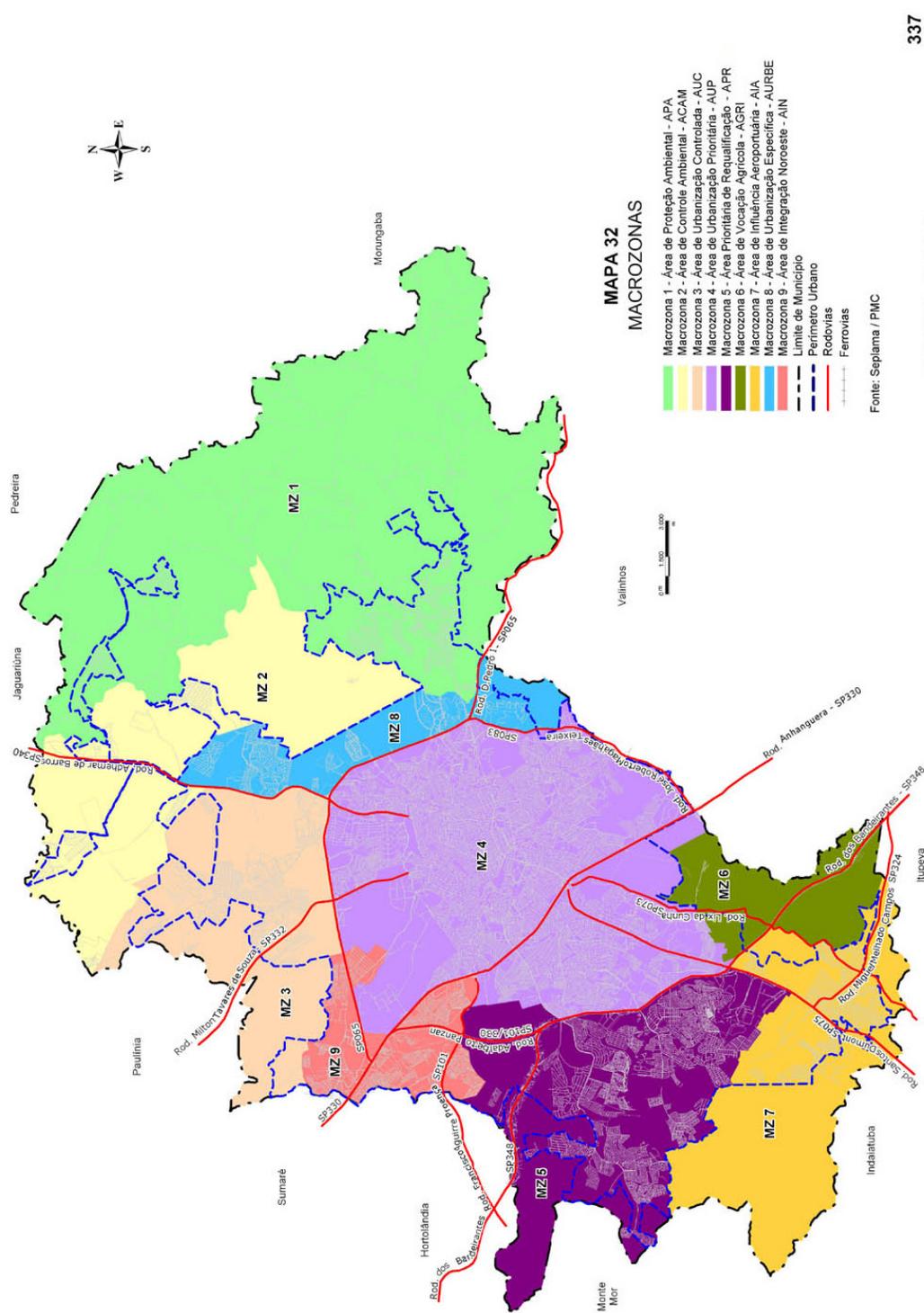
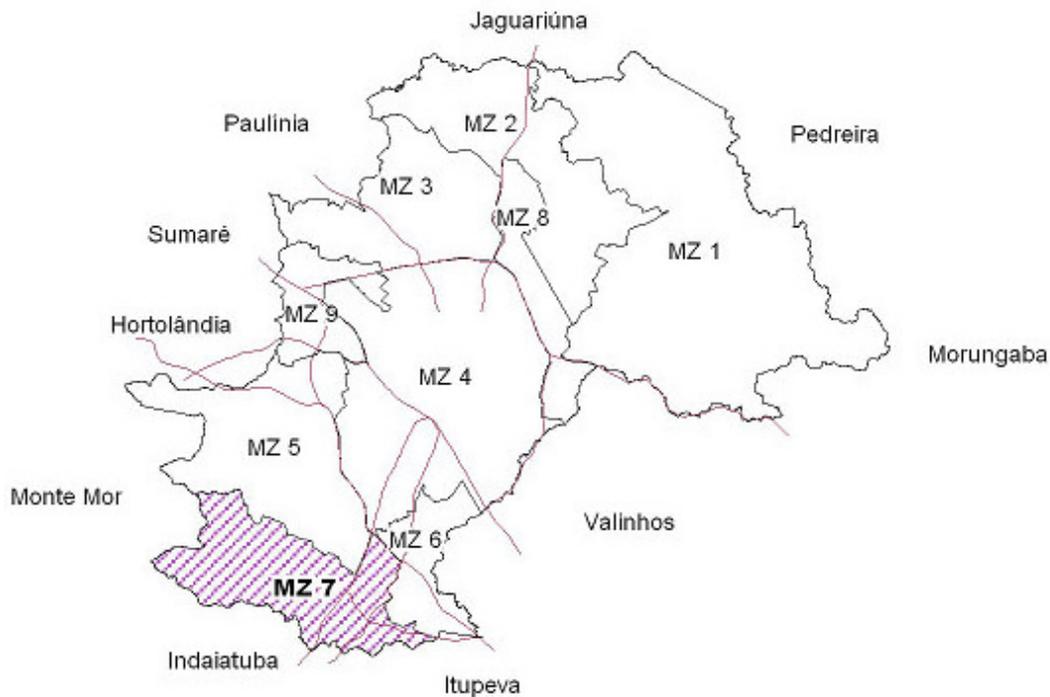


Figura 2.4: Macrozona 7 – Área de Influência Aeroportuária - AIA



Fonte: Plano Diretor (2006)

A região do Campo Belo pertence a Mz 7 - Área de influência aeroportuária. Segundo o zoneamento, a Mz7 comporta:

- Área do aeroporto Internacional de Viracopos, além dos bairros do seu entorno;
- Está sujeita aos impactos das operações urbanas;
- Apresenta parte rural produtiva;
- Possui um sistema viário escasso e descontínuo;
- Apresenta uma infra-estrutura urbana precária (baixo potencial de expansão do abastecimento de água);
- Há restrições ambientais: dificuldade de captação e esgotamento na bacia do Rio Capivari – Mirim;
- Apresenta fragilidade do solo e remanescentes de vegetação nativa.

Figura 2.5: Fragmento do mapa de referência de bairros - Campinas



Fonte: Adaptado Melgaço (2005).

Questionamos porque o conteúdo periférico dessa região não está visível nesse documento. De forma geral, esse macrozoneamento está condicionado ao discurso ambiental e à matriz de transportes, conforme pudemos constatar também na tabela descritiva do macrozoneamento (item diretrizes gerais do quadro 2.3 abaixo).

Quadro 2.3: Alguns dados sobre o Macrozoneamento (2006)⁵⁰

Mz	Área do município	Usos	Densidade de ocupação	Loteamentos	Diretrizes Gerais	Investimentos municipais
1	27%	APA, Agrícola: café e cana, pecuária	Corresponde a 2,8% da população do município Pop. Rural: 16%	Condomínios fechados, Chácaras de recreio, moradia permanente	Políticas de contenção, proibições de indústrias, estímulo ao turismo; conservação	34.056.167,80 milhões
2	11%	Agrícola: cana, flores, turismo, pecuária	Corresponde a 0,59% da população do município Pop. Rural: 52%	Fazendas, chácaras de recreio,	Políticas de preservação ambiental e regularização fundiária	38.908.134,91 milhões
3	8,7%	Interesse Ecológico: Mata Santa Genebra, Residencial, institucional, hospitalar, comércio atacadista, empreendimentos de pesquisa e alta tecnologia	Corresponde a 3,32% da população do município Pop. Rural: 3,32%	Regulares, condomínios fechados, chácaras de recreio(atual)	Melhorias no sistema viário, recuperação ambiental, controle da urbanização	Não revelado
4	19,79%	Comércio, serviços, residencial	Corresponde a 61,89% da população do município Pop. Rural: -	Maior número de lotes vagos, a leste: classe média e alta	Regulamentação da implantação de atividades terciárias de grande porte, recuperação e urbanização de favelas (áreas de risco)	167.017.352,33 milhões
5	11,60%	Residencial,	Corresponde	Distrito	Fomentar a	Não revelado

⁵⁰ Nessa nova regionalização de 2006 foram mantidas integralmente as Mz1 e Mz2. Foram criadas as Mz6, Mz8 e Mz9 através de subdivisões da Mz3, Mz5 e Mz7. A Mz4 absorveu pequena parte da Mz3 e grande parte da antiga Mz6, assim como a Mz5 absorveu pequena parte da Mz4.

		industrial, maior concentração da população de baixa renda de Campinas, carência de infraestruturas viária e emprego	a 20,26% da população do município Pop. Rural: 2,3%	industrial, Conjuntos habitacionais (DICs - COHAB) Significativo grau de informalidade fundiária	criação de subcentralidades, transferir população das áreas de inundação, equacionar os problemas ambientais, revisar adensamento	
6	4,15%	Agrícola: fruticultura (figo, uva, goiaba)	Corresponde a 0,43% da população do município Pop. rural: 78%	Fazendas, sítios.	Impedir a urbanização, adequação do sistema viário, preservar matas e mananciais	Não revelado
7	8,85%	Residencial, comércio e serviços muito incipientes, infraestrutura precária: abastecimento de água por cisternas da SANASA	Corresponde a 2,63% da população do município Pop. Rural: 4,62%	Bairros populares pouco consolidados, assentamentos irregulares	Controle da expansão e do adensamento, priorização do transporte coletivo, preservação dos mananciais	78.420.000,00 milhões
8	3,91%	Industrial, comercial e residencial	Corresponde a 0,98% da população do município Pop. Rural: -	Maior área em glebas não parceladas dentro do perímetro urbano: 3.534 lotes vagos, loteamentos de renda média baixa e de condomínios	Permissão de usos comerciais e industriais, estruturação viária, preservação de córregos	Não revelado
9	5%	Industrial, comercial serviços, institucional residencial: ocorrência de inundações em “áreas de risco” ocupadas por favelas	Corresponde a 7,81% da população do município Pop. Rural: -	Residencial de baixa renda, industrial e comercial de grande porte	Priorização do transporte coletivo, remoção da população na área de inundação, incentivo a formação de sub-centros,	49.935.852,86 Milhões

					ligação da Rod. Anhanguera com transporte intermodal de cargas	
--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Organização da autora (2008), baseado no Plano Diretor (2006)

Para a macrozona 4 estão previstos projetos⁵¹ de *revitalização* da área central, relacionados ao *Complexo Fepasa* e obras de caráter metropolitano como a estruturação do corredor Noroeste, que conectará Campinas à Hortolândia e Sumaré. Além destes, estão previstos projetos de urbanização e regularização de áreas próximas ao Córrego Piçarrão e a operação urbana do Parque Linear do Capivari, na região do Jardim Ouro Verde (macrozona 5 do Plano Diretor de 2006).

As megaobras viárias estão concentradas na região central (área urbana consolidada). Dos investimentos municipais previstos, a macrozona 4 será o “pedaço mais caro da cidade”, em favor das variáveis *fluidez territorial* e *preservação ambiental*, ainda que concentre a maior parte da população favelada vivendo em “áreas de risco” (ver quadro 2.4).

Das diretrizes específicas à Política Habitacional, pretende-se implementar políticas de regularização fundiária e regularização urbanística em áreas de favelas, loteamentos irregulares e clandestinos, através da delimitação dessas áreas como ZEHIS (Zonas Especiais de Habitação de Interesse Social). No entanto não consta no mapa das ZEHIS, a região do Campo Belo. Ela não aparece como uma área a ser regularizada (tal como ela é), mas como uma *área de restrição aeroportuária*.

⁵¹ Estes são investimentos “Estruturadores,” segundo o Plano Diretor (2006). Com a abertura do segundo túnel de interligação na região da Vila Industrial, o fluxo de veículos particulares será diminuído, possibilitando o desvio de ônibus rodoviários através da criação de pequenos terminais de carga. Outro interesse enfatizado é o de compatibilizar o projeto de abertura do II túnel que fará a interligação com o projeto de revitalização do centro e com a modernização do aeroporto de Viracopos.

Quadro 2.4: Distribuição das favelas em Campinas

Macrozonas (2006)	Favelização
4	43,7 % da população favelada do município, que corresponde a 55.781 habitantes vivendo nas proximidades do Ribeirão Anhumas, dos bairros Jd. Flamboyant, Vila Brandina, Jd. São Fernando, Vila Georgina e ao longo das rodovias Anhanguera, Bandeirantes e Santos Dumont.
5	35,61% da população favelada do município, que corresponde a 46.354 habitantes vivendo na região do Jardim Ouro Verde e no antigo aterro da Pirelli.
7	6,96% da população favelada do município, corresponde a 8.865 habitantes vivendo no Jardim Campo Belo I e II, Descampado e Jd. Fernanda.
9	13,04% da população favelada do município, que corresponde a 16.645 habitantes vivendo na região do São Marcos; Santa Mônica

Fonte: Organização da Autora (2008), baseado no Plano Diretor (2006)

Além disso, dos elementos já dispostos que competem a análise sobre a região do Campo Belo, há um outro dado empírico, publicado no *Correio Popular*⁵², que nos **chama atenção**:

O conselho Tutelar em maio de 2007 fez uma denúncia à Comissão de Direitos humanos e Cidadania da Câmara de Campinas, protestando quanto à ausência de políticas públicas, que tem levado crianças e adolescentes a se vincularem ao crime organizado e a prostituição.

Em resposta, o juiz *Richard Pae Kim* afirma que “*apesar de não haver registros de envolvimento de crianças e adolescentes com tráfico de drogas e prostituição, é necessário um estudo aprofundado*”.

Já a secretaria municipal de cidadania, trabalho e inclusão social divulgou que “*os dados não estão organizados devido à dificuldade de acesso às informações e à complexidade do fenômeno*”.

⁵² Ver: Correio Popular. Caderno Cidades: Precariedade põe infância em risco no Campo Belo, publicada em 06/05/07. Disponível em: www.cpopular.com.br

Foto 2.5: Barracos de prostituição – *Rodovia Miguel Melhado Campos* (Vinhedo – Viracopos)



Fonte: Própria autoria, 13/12/2007.

Logo abaixo conferimos a fala do presidente⁵³ da *Associação de moradores dos Jardim Campo Belo, Itaguaçu, São João e Cidade Singer*, como resposta vinculada a essa notícia:

“O problema da nossa região é social. Faltam escolas, não há médicos nos postos de saúde e não há empregos para nossos jovens”.

A partir dessas falas, intuímos e problematizamos que o modelo de regionalização adotado em Campinas é instrumental às ações hegemônicas, é uma “*regionalização como ferramenta*” (RIBEIRO, 2004c), para tais interesses. Segundo a autora, para a ação empresarial a regionalização significa a criação de nichos de mercado e a possibilidade de determinação de regras para a organização do trabalho e do consumo.

⁵³ Edson Santana

A atuação dos especuladores imobiliários em Campinas nos revela uma apropriação do espaço hegemônica, Z. Miranda (2002: 5-6) nos auxilia a essa discussão, afirmando que as atuações desses agentes em Campinas ocorrem a partir:

- da existência de fortes relações entre a dinâmica da “máquina de crescimento urbano” e redes de “poder local”;
- da existência de práticas clientelistas na gestão do território, aliada ao funcionamento de um circuito imobiliário especulativo;
- da existência de processos de gestão do espaço que privilegiam uma visão físico-territorial e suas relações mercantilistas;
- da existência de um “enfoque ambientalista” restrito aos atributos “naturais” do lugar, tendo como uma de suas conseqüências uma visão elitista de pertencimento a esse patrimônio;
- do predomínio de uma visão do espaço como um “campo de atuação exclusivo das elites” e, portanto, pouco permeável a uma participação plural e democrática da sociedade.

Do *processo de planejamento*, na seção II do atual Plano Diretor, a sociedade organizada, os movimentos sociais e as associações de bairros podem se manifestar por meio dos *Planos Locais de Gestão*, que se substancializam através de reuniões estabelecidas em cada macrozona (previamente delimitada). Para o ordenamento territorial, as 09 (nove) Macrozonas são divididas em 34 (trinta e quatro) Áreas de Planejamento – APs, e 77 (setenta e sete) Unidades Territoriais Básicas (UTBs), constituindo recortes espaciais delimitados em “função da dinâmica de estruturação territorial” (vide Anexo 3 na p. 149). Essa parece uma combinação que restringe o diálogo entre os pares da periferia de Campinas. A população do Parque Oziel, por exemplo, participa das reuniões do Plano Local de Gestão da Macrozona 4, por isso não consegue se articular com as reuniões da Macrozona 7, do Campo Belo, embora apresentem um conjunto de interesses afins, relativos a regularização de favelas e obras de infra-estrutura.

Segundo M. L. de Souza (2006:242),

a natureza da malha territorial adotada para fins de implementação do processo de participação popular no planejamento e/ou na gestão deve ser vista como um dos mais importantes indicadores de consistência participativa. A esse respeito, a primeira pergunta à qual cabe responder é: a territorialidade do processo, é, ela própria participativa? Ou seja: os cidadãos tomaram e tomam parte das decisões sobre a definição das unidades territoriais que servirão de referência para sua participação?

C. Vainer (1995:31) é enfático ao assinalar que:

certamente ainda tateamos na identificação do que poderiam ser os novos regionalismos, enquanto o paroquialismo mundializado aponta para um projeto internalizado com poucas interações em escala nacional, o novo regionalismo parece não poder realizar o seu projeto e as suas pautas reivindicatórias senão no âmbito de um projeto nacional que subverta profundamente a lógica territorial passada e emergente do capital e do estado em seus diferentes níveis.

As finalidades dos Planos Locais de gestão, segundo o Plano Diretor de 2006 são:

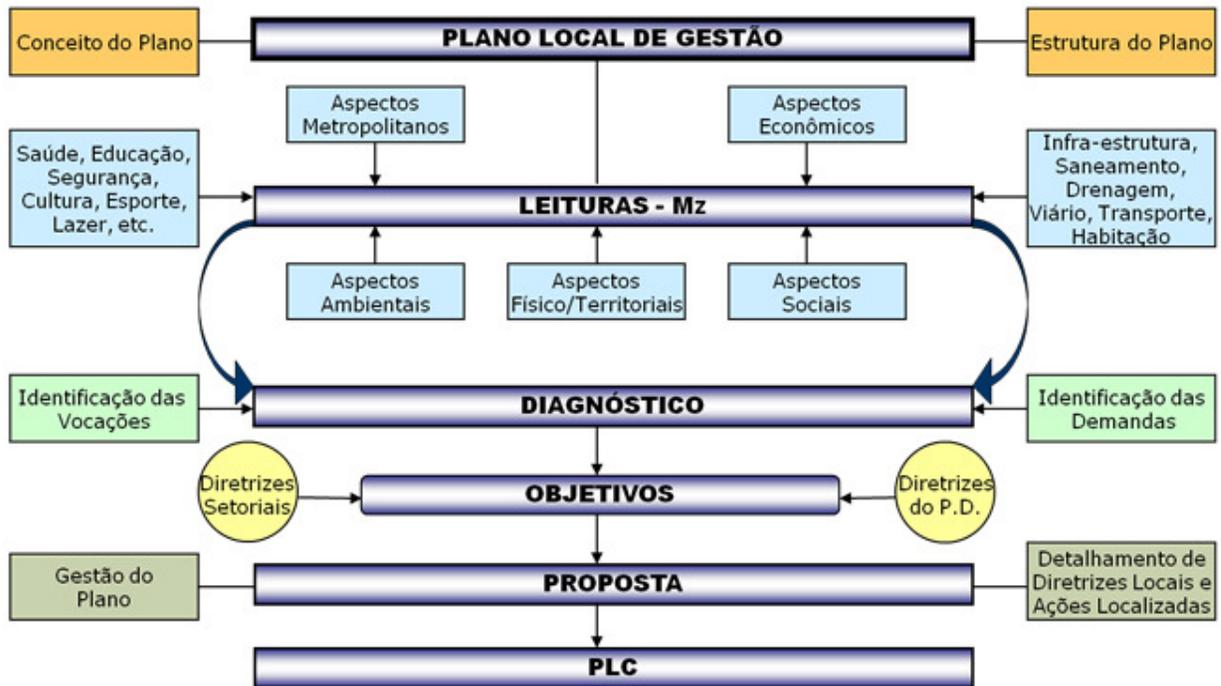
I – adequar os parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo às condições ambientais, urbanísticas e sócio–econômicas;

II – detalhar as políticas setoriais, com a participação direta dos órgãos ligados à sua execução, de modo a garantir políticas e intervenções adequadas e compatíveis com o desenvolvimento integral do Município;

III – definir as diretrizes viárias e de preservação e recuperação ambiental.

Essa regionalização por macrozonas condiciona os diagnósticos sobre a cidade de Campinas. Os Planos Locais de Gestão estão subordinados a uma pauta das reuniões que é decidida (de cima para baixo), o calendário é organizado pelo poder público e os bairros onde ocorrem essas reuniões estão agregados segundo variável (ambiental), que não revela os diferentes usos de Campinas. Verificamos através do organograma abaixo, a estrutura dos Planos Locais de Gestão:

Organograma 2.1: Medir para refletir? O funcionamento dos Planos Locais de Gestão - PLG



Fonte: PMC, 2009

Além dos recortes territoriais, preocupa-nos a redução da complexidade nos estudos urbanos ligados às políticas públicas (as relações de causa e efeito) e o cientificismo, à serviço de métodos que beneficiam interesses seletivos. Ora, o que não é quantificável também deve ser relevante nos diagnósticos; significa dizer que durante a coleta e classificação das semelhanças e dos contrastes do tecido urbano não se perca de vista a totalidade.

Além disso, para contrapor esses modelos reducionistas e tecnocráticos, M. A. de Souza (1992: 45) afirma que “cada cidadão deve ter uma concepção dos planos diretores, é inadmissível um cidadão elaborar o plano do outro”. Acerca disso, o desafio é de criar uma *regionalização democrática*, baseada no conflito, no exercício da política.

a regionalização representa para os atores sociais uma indispensável informação nas relações sócio-espaciais diárias, na medida em que os atos cotidianos reiteram ou questionam a configuração dos lugares, uma condição estratégica na resistência à forma social dominante, na construção de alianças políticas e em lutas por recursos territorializados (RIBEIRO 2004c:202)

Para M. Santos (2003c), o conceito de região se aproxima analiticamente do conceito de lugar, como o espaço do *acontecer solidário*, síntese das atividades da *nação ativa* e da *nação passiva*.

Difunde-se a idéia de que

“a nação ativa é aquela que tem seu modelo conduzido pelas burguesias internacionais e pelas burguesias nacionais associadas [...], aparece como fluida e veloz. Enquanto a nação passiva é constituída pelo grosso da população, é estatisticamente lenta, colada as rugosidades do seu entorno e participa de modo residual ao mercado global [...]. No entanto, sua experiência na escassez lhe confere um dinamismo próprio, voltado aos interesses da nação”(SANTOS, 2002b: 93-97).

A partir disso, M. Santos (2002b) propõe a inversão: *a chamada nação passiva é na verdade a nação ativa!* Para o reconhecimento de tal inversão, faz-se necessário potencializar o *homem lento*. Ao mesmo tempo, investigar as forças que restringem a inserção da verdadeira *nação ativa* no planejamento das cidades, o que nos ajuda a entender melhor o que somos e o que queremos ser.

Nessa descoberta, afastemos a influência da geografia pragmática no planejamento, em que “os planos prevêem que o Estado e o próprio planejador são os sujeitos e o espaço de intervenção é o objeto” (MORAES, 2005:148).

O quadro 2.5 abaixo, tenta aclarar os elementos discutidos até agora, acerca do “**planejamento tal como ele é**”, uma informação *sobre a cidade*, impositiva e verticalizada. Como inspiração para a discussão dos conceitos deste quadro, podemos citar M. Dantas (2003: 29) quando o autor afirma que “o controle da informação pode causar uma desigualdade na capacidade de ação de todos, impedindo a alocação “ótima” dos investimentos e dos gastos de consumo”.

Quadro 2.5: Política urbana: informação pública (sobre a cidade)

“O Planejamento tal como ele é”

Cidade	CONSENSO: Empresa, pátria e mercadoria, “pensamento único” (VAINER, 2000)
Ordenamento territorial	humanismo abstrato, intervenções burocráticas, hierárquicas, verticalidades
Integração sócio-territorial	perversa, subalterna, território como recurso (GOTTMAN, 1975), (SANTOS, 1997), segregação e fragmentações
Planos	retratos setoriais, interesses particulares
Projetos	utopia modernista (VAINER, 2003)
Regionalizações	reduções estratégicas, instrumental, eficaz
Regionalismos	“paroquialismo mundializado” (VAINER, 1995)
Região	re-naturalização, logística, econômica, acontecer hierárquico

Fonte: Organização da autora, (2008).

A regionalização da cidade de Campinas é negociada em favor da *nação passiva*, segundo a inversão de M. Santos (2002b), pois seus critérios são econômicos e naturalizados⁵⁴. No entanto, entendemos ser necessário aclarar alguns conceitos e desfazer visões ultrapassadas que alimentam estratégias territoriais isolacionistas sobre a cidade, começando pelo conceito de espaço banal em contraposição ao de espaço reticulado, instrumental apenas para um punhado de

⁵⁴ Segundo Artigo 7º do **Plano Diretor 2006**: A Macrozona 7 - Área de Influência Aeroportuária – (AIA) é delimitada pelo seguinte perímetro:

Partindo do trevo do cruzamento entre as rodovias SP 75 (Rodovia Santos Dumont) e a SP 348 (Rodovia dos Bandeirantes), segue pela rodovia SP 348 até encontrar com a Rodovia SP 73 (Rodovia Lix da Cunha); deflete à direita e segue por esta rodovia até a divisa do Perímetro Urbano, Lei 8161 de 16/12/1994; deflete à direita e segue por esta linha do perímetro até encontrar a rodovia SP 324 (Rodovia Miguel Melhado Campos); deflete à esquerda e segue por esta rodovia SP 324 até a divisa intermunicipal Campinas-Itupeva; deflete à direita e segue por esta divisa até a divisa intermunicipal Campinas-Indaiatuba; segue por esta divisa até a divisa intermunicipal Campinas-Monte-Mor; deflete à direita e segue por esta divisa até encontrar o leito do Rio Capivari no cruzamento com o caminho municipal CAM 050 e a linha do Perímetro Urbano, Lei 8161 de 16/12/1994; deflete à direita e segue por esta linha do perímetro até encontrar a divisa do loteamento Jardim Esplanada; segue contornando esta divisa até a Rua 18 do mesmo loteamento; deflete à direita e segue em linha reta por aproximadamente 850,00m até encontrar o caminho particular que margeia o lado direito da pista do Aeroporto de Viracopos; segue por este caminho até a cabeceira da pista do aeroporto e segue numa linha do seu prolongamento natural até encontrar a rodovia SP 75 (Rodovia Santos Dumont); deflete à esquerda e segue por esta rodovia até encontrar o trevo com a rodovia SP 348 (Rodovia dos Bandeirantes), ponto inicial desta descrição.

empresas. M. Santos (1998) afirma que “vivemos demasiadamente o presente para podermos realizar nele o futuro”, essa assertiva nos instiga a questionarmos então: o que há de novo no plano diretor de Campinas?

Segundo expressão usada pela ex-prefeita de São Paulo L. Erundina (2008:09)⁵⁵ “*o novo é o povo quem cria!, não são os políticos, nem os partidos*”.

Essa convicção das novidades surpreendentes “*é ativamente cultivada hoje por interesses sociais bem definidos dotados de legitimidades culturais fortes: o mundo da mídia, perpétuo criador de acontecimentos*” (TOPALOV, 1997: 24).

É importante que as “prefeituras disponham de Sistemas Municipais de Planejamento em que a comunidade seja motivada e convocada permanentemente através das suas organizações representativas ou de representantes legitimamente eleitos, a conhecer sua cidade, a realidade urbana” (SOUZA, 1992: 45)

Em 2006, a Plataforma de Reforma do Sistema Político Brasileiro, elaborada por várias organizações e redes sociais, apresentou algumas demandas importantes para a *radicalização* da democracia participativa. A. Teixeira (2008: 7) destaca duas delas:

- Criação de mecanismos de participação, deliberação e controle social das políticas econômicas e de desenvolvimento;
- Acesso universal às informações, especialmente as orçamentária, nos âmbitos da união, estados e municípios.

Para isso é necessário sobretudo pensar critérios para que a **comunicação** ocorra:

1. Deve haver um emissor;	2. uma mensagem;
3. um canal;	4. um receptor;
5. atenção por parte do receptor;	6. uma linguagem comum;
7. Tempo para que o processo ocorra;	8. uma ou mais finalidades a serem cumpridas.

Fonte: SANTOS, (2003a: 50)⁵⁶

⁵⁵ Entrevista à Luiza Erundina feita pela revista Le Monde Diplomatique Brasil (p.8-9), reportagem intitulada: “Precisamos plantar a semente da mudança”. Agosto de 2009, ano 2, nº13.

⁵⁶ Inspirado em: MEYER, R. L. *A Communication theory of urban growth*. Cambridge, Mass.Mit Press, 1965, p. 8

Lembra M. Santos (2003a) que “o emissor só conseguirá seu objetivo de atingir o receptor se sua informação selecionada (mensagem) for expressa em termos compreensíveis, isto é uma linguagem comum, além de necessário manter o interesse de um receptor em potencial” (SANTOS, 2003a: 50).

Nos dizeres de A. C. da Silva (2000: 10) “comunicar a informação é ir além do ver. Implica em modificar o significante e o significado. A comunicação apreendida é a comunicação da qual se fez a leitura que mobiliza a abstração em direção à idéia nova”.

A. Teixeira (2008: 6) faz um balanço dos vinte anos da democracia participativa brasileira e admite que houve um aumento do debate público e que sua agenda foi alargada pelos conselhos e conferências, no entanto enfatiza que a lista de desafios é enorme: há que se ampliar a representação às organizações que não se estruturam nacionalmente, suprimir as identidades corporativas de entidades e igrejas, vencer os vínculos partidários e eleitoreiros que trazem sua identidade, promover reformas do estado, além de disponibilizar a *informação*. Esse é um debate a ser esmiuçado acerca dos conflitos entre a região do Campo Belo e o poder público em Campinas. Como vimos, no zoneamento atual⁵⁷ esse pedaço *opaco* da cidade encontra-se encoberto como *zona de regulação aeroportuária*, justamente em uma cartografia que se propõe revelar a localização das favelas, núcleos e ocupações de Campinas (ver anexo 1, p. 145).

Acoberta-se a condição periférica da região sul, restringindo novos usos que não estejam vinculados ao Aeroporto Internacional de Viracopos. Pela leitura do mapa, imagina-se que o poder público não dispõe de dados sobre a região, o que não é verdade, pois a ata da reunião pública do “Plano Local de Gestão” (PLG) da macrozona 7 registra suas principais carências, (ver Anexo 4 p.151-152), há postos de saúde que detêm informações sobre o quadro clínico de seus pacientes, e, há uma unidade de assistência social recém ajustada às dependências do módulo de saúde Campo Belo, que precisa de um mapeamento da pobreza para encaminhar as famílias aos Programas de Transferência e Renda e demais projetos sociais.

Estamos diante de uma invisibilidade planejada, que interfere na compreensão dos diferentes usos do território e na busca pela cidadania. Como Nos diz M. Santos (2008: 20), “o território é certamente um dos elementos fundamentais do entendimento da pobreza e do entendimento da economia urbana”.

⁵⁷ Apresenta as ZEIS (Plano Diretor –2006).

M. de Oliveira (2005) ressalta que o controle e manipulação da informação é um complicador para a construção da cidadania no Brasil. Para debater essa questão, o autor se inspira na afirmação do geógrafo Y. Lacoste⁵⁸ (1974): “quanto o mais conhecimento e informação sobre o território dispuser uma população”, através de cartas e mapas geográficos, mais democrática será esta nação”.

A cartografia, diz C. Rafestin (1993) modela o comportamento do poder. Historicamente somos um país onde as informações sobre o território são em geral escassas ou encontram-se sob o controle do Estado e manipuladas por ele.

Segundo M. de Oliveira (2005:73) as cartas e mapas, quando produzidas pelo poder local, são de pouca acessibilidade a população e aos movimentos sociais, sendo muito mais instrumentos de planejamento e gestão política local de gabinete técnico.

Um levantamento realizado através de alguns *sites* governamentais, durante o ano de 2001, constatou que “2/3 das capitais e 7% dos municípios brasileiros ofereciam serviços *on-line*, todavia a maioria deles apenas divulgava informações geralmente voltadas para a cobrança e recebimento de impostos” (LIMONAD e RANDOLPH, 2002:55).

Segundo R. Rolnik (2008:10) as favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos estão presentes na maior parte da rede urbana brasileira, mas ainda sim são áreas ausentes nos mapas, nos cadastros de prefeituras, nas concessionárias de serviços públicos e nos cartórios. “A ilegalidade é regra, sua consolidação é progressiva, mas sempre incompleta e dependente da ação discricionária do poder público”.

Acerca disso, a periodicidade das reuniões dos PLG em Campinas seriam meios suficientes para comunicar e divulgar as *informações para a cidade?* Vale lembrar que as dificuldades de comunicação e da formação de uma consciência política começam pelas carências do ensino público da região do Campo Belo.

A. Teixeira (2008) defende, por exemplo, “a criação de fóruns autônomos para aumentar a representatividade, a capacidade de mobilização e o poder de pressão política da sociedade”.

É preciso ressaltar que “somente o espaço permite apreender o futuro, através do presente e também do passado, pela incorporação de todas as dimensões do real concreto” (SANTOS,

⁵⁸ Ver: LACOSTE, Y. Geografia. In: CHÂTELET, F. **A Filosofia das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

2005a: 130). Essa experiência pode ser enriquecida pelo diálogo aberto com outras falas, que possam envolver escolas, igrejas, universidades, cooperativas populares, etc.

No próximo e último capítulo pretendemos discutir a influência dos novos processos de modernização da região sul sobre as formas espaciais herdadas. As mudanças atreladas a expansão do aeroporto revelam uma *universalização perversa* (SANTOS, 2002a), uma vez que não atinge a todos os agentes e faz aumentar de um lado a riqueza e o poder de alguns e de outro a pobreza e a fragilidade da imensa maioria. Por isso, insistimos em desmanchar consensos fabricados pela mídia e desmistificar a competitividade, que se coloca como lei nos discursos da administração pública em Campinas.

A região do Campo Belo apesar de revelar-se produto de uma escassez planejada, coloca-se recentemente como um obstáculo à expansão aeroportuária. Mesmo que a reorganização desse subespaço sofra a influência de vetores externos, esse fato não anula o papel que o Estado exerce no conjunto das alterações espaciais previstas, pelo contrário, suas opções confirmam uma simbiose com as empresas.

**CAPÍTULO III: TENDÊNCIAS E CONFLITOS DA REGIÃO SUL DE CAMPINAS: A
INFORMAÇÃO COMO UM ELEMENTO DA CIDADANIA TERRITORIAL**

3.1- Temporalidades divergentes: os novos arranjos espaciais da região sul de Campinas

É notável ao longo da aceleração da urbanização de Campinas, a importância que o complexo aeroportuário vai assumindo. O Aeroporto Internacional de Viracopos foi fundado na década de 1930 e homologado oficialmente em 1960. Em 1957, teve início a construção da base territorial necessária para um aeroporto internacional, tais como a ampliação da pista de pouso. Ao longo dos anos, várias reformas foram realizadas no aeroporto para que pudesse acompanhar a evolução da aviação (CAPPA, 2005), transformando-se hoje num macro sistema técnico.

A partir de 1978, a INFRAERO (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária) começou a administrar o terminal de cargas e, em 1980, recebeu do DAESP (Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo), a administração geral do Aeroporto Internacional de Viracopos. Na década de 1990, o aeroporto começou a especializar-se no segmento de carga aérea internacional.

A primeira expansão do Aeroporto foi confirmada em 1975 e impactou pela primeira vez na urbanização da região sul, pois essa norma paralisou a comercialização de lotes aprovados nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Muitos loteamentos não saíram do papel em decorrência da intenção da INFRAERO em desapropriar alguns terrenos para a ampliação do Aeroporto Internacional. Com a desistência desse projeto no ano de 2006, a prefeitura tem agora que promover a regularização da região do Campo Belo. A desvalorização e, também mais recentemente, as indenizações previstas pelo Plano Diretor de Viracopos, condicionaram novos e múltiplos usos. Discutimos a apropriação desse espaço pelos mais pobres, que acrescentaram na paisagem da região sul mais habitantes, edificações improvisadas, comércios populares, colados às precárias infra-estruturas públicas.

Veremos porque uma “ordem corporativa é criadora de desordem para o poder público e para toda a sociedade” (SILVEIRA, 2005:161). O abandono da questão social ou simplesmente a negação das lutas de apropriação do espaço, como nos fala A. Ribeiro (2005:99), “significa aumentar os custos sociais e a irracionalidade cotidiana”. A região do Campo Belo representa uma *invisibilidade planejada*, tanto do ponto de vista dos diagnósticos, quanto da morosidade na implantação dos bens de uso coletivo.

O Projeto *Vip Viracopos*, surge (em junho de 2006) para compensar uma parte da pobreza acumulada por décadas em Campinas. Hoje é considerado pela prefeitura como “o maior projeto de inclusão social do interior do estado de São Paulo”. Em 2007, foi orçado em R\$ 74 milhões. O projeto *Vip Viracopos* busca minimizar o esgarçamento do tecido social; abrange uma área de cerca de 8 milhões de metros quadrados, no qual estão previstos projetos de reurbanização e regularização fundiária, que buscam atender as demandas por saneamento básico, iluminação pública, equipamentos de saúde, de educação e de lazer e moradias populares. Os recursos são oriundos do Governo Federal e da Prefeitura Municipal de Campinas.

Foto 3.6: Placa instalada nas imediações do bairro: região Vip Viracopos!



Fonte: Própria Autoria

Para mensurar as demandas da cidade “ilegal”, a Administração Regional 6, (que cuida de 119 bairros da região Sul de Campinas) atende cerca de 30 “invasões”⁵⁹; o trabalho é bastante sobrecarregado, pois grande parte dos bairros possuem pouca ou nenhuma infra-estrutura. São setenta bairros com ruas de terra e vinte funcionários para cuidar da manutenção de 72 fixos públicos. No último levantamento anual, a administração 6 atendeu 487 solicitações ao “156”(Central de Atendimento e informações pelo telefone) das mais variadas: operação tapa-buracos, remoção de lixo e de entulhos, recuperação de guias e sarjetas; os outros 340 pedidos ainda se encontram na programação dos serviços”.⁶⁰

Apesar disso, as diretrizes do Plano Diretor (2006) insistem em acumular mais modernizações. Os novos investimentos em Campinas julgam promover “integração entre as regiões a partir da diversificação e ampliação dos setores da indústria, transporte e logística, turismo, comércio e serviços técnicos especializados” através dos eixos de desenvolvimento, que privilegiam os seguintes setores:

I – *Tecnológico e Científico*: através dos Parques Tecnológicos CIATEC I e II e demais Centros e Institutos de Pesquisa;

II – *Terciário*: através das atividades de comércio e serviços objetivando a requalificação e revitalização do Centro Urbano e de seu entorno;

III – *Logística e Transportes*: através do Aeroporto Internacional de Viracopos e do Terminal Intermodal de Cargas, inclusive com incentivo a atividades industriais;

IV – *Desenvolvimento econômico e social*: promovendo a requalificação e integração das regiões mais carentes;

V – *Lazer e Esportes*: através dos parques públicos e centros de excelência esportiva;

⁵⁹ Segundo lista atualizada da Administração Regional 6, sobre as invasões: Monte Cristo, Parque Oziel, Gleba B, Jardim Fernanda, São Domingos (parte), Jd Dom Gilberto, Jd Canaã, Campo Belo, Campituba, Jardim Marisa, Ilha do Lago, Centenário, Viela I, Jardim Sigrist, área próxima ao Jardim Marisa, área atrás do Jardim Bandeira I Jardim do Lago (continuação), Vila Marta, Bairro 16 de Janeiro, Vila Lourdes, Jardim Colúmbia, PUCCAMP, Itaguaçu, N. S. de Lourdes, Viela Sempre Vivas, Caminho (Bandeiras II), Residencial da Paz, Núcleo Jardim Sigrist.

⁶⁰ Se fizermos um levantamento de outras porções opacas de Campinas, poderíamos citar a região do Campo Grande e do Ouro Verde, localizadas à **noroeste do Jardim Campo Belo**. Concentra 35,61% da população favelada de Campinas. São 15 mil famílias aproximadamente residentes em favelas, cerca de 3000 estão na macrozona 5. Existem 13 mil lotes que precisam ser regularizados: das 187 zonas especiais de interesse social (áreas que precisam ser regularizadas segundo o Plano Diretor 2006), 68 zonas estão inscritas nessa área.

VI – *Ambiental*: pela preservação ambiental, requalificação de áreas degradadas e construção de parques públicos e eixos verdes.

Como regra, privilegia-se áreas desenvolvidas e setores modernos. Haverá concessão de incentivos fiscais para empresas de base tecnológica instaladas ou que venham a se instalar, por exemplo, na área industrial do Aeroporto Internacional de Viracopos⁶¹; estas terão “um tratamento diferenciado”. As empresas enquadradas nessa natureza mais tecnológica poderão ter redução no valor do *ISSQN* (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), *IPTU* (Imposto Predial e Territorial Urbano), *ITBI* (Imposto de Transmissão de Bens Inter Vivos) e isenção de taxas (<http://www.ciatec.org.br>). Veja a propaganda em torno da ampliação do aeroporto de Viracopos:

Figura 3.6: Propaganda da expansão corporativa em Campinas

Sua empresa tem tudo para decolar em Campinas.

Além de Viracopos, você conta com vários incentivos:

50%	33%	60%	20%
do ISSQN regularmente recolhido pelo incremento dos serviços prestados pelo projeto	do ISSQN recolhido relativo ao incremento das comoras de serviços contratados de empresas estabelecidas em Campinas	do incremento da cota-parte do ICMS repassada para Campinas que for produzida pelo projeto	do incremento da cota-parte decorrente das compras efetuadas pela empresa beneficiária dirigidas a fornecedor local

Com a Lei Compre Campinas, as empresas que se instalarem na cidade e aquelas em funcionamento que investirem em ampliação, vão receber o maior pacote de benefícios e incentivos fiscais já oferecidos pelo município.

Lei Compre Campinas
 - O 1º maior polo industrial do país - Um aeroporto internacional - Viracopos - Um centro de desenvolvimento tecnológico - A maior rodovia por capita do país
 - O avanço das 4 maiores estradas do São Paulo - Buscadas de vida do maior em Campinas - Lei de Incentivo Fiscal para Interior das empresas

Fonte: Diário Oficial de Campinas nº 9395, ano XXXVIII, 24/04/2008.

⁶¹ Para estas empresas não serão exigidos o cumprimento de alguns requisitos como nível de escolaridade do quadro de pessoal da empresa, recebimento de recursos de instituições de pesquisa, entre outros.

As aspirações publicitárias em torno do tema da ampliação do aeroporto produzem um discurso único e um novo comando sobre o tempo:

“A constituição do complexo aeroportuário paulista, tendo Viracopos como centro cargueiro, projetará Campinas como porta de conexão para o comércio internacional no Brasil” (CAPPA, 2005:11).

“A exportação de produtos acabados e a importação de insumos acontecem preferencialmente pelo modal aéreo. E nesse cenário o aeroporto de Campinas é um equipamento fundamental na logística” por Seydell (PUC-CAMPINAS).⁶²

“Com a ampliação de Viracopos, nos próximos 10 anos, Campinas se transformará em uma outra cidade” por Hélio de Oliveira Santos⁶³ (prefeito de Campinas).

“Paralelamente a concessão do Aeroporto à iniciativa privada, o governador José Serra vai propor a transformação da Infraero numa espécie de Petrobrás Aeroportuária, ou seja fazer da estatal uma empresa de economia mista” (Correio Popular)⁶⁴.

“Fazer concessão de um único aeroporto seria inovador” por Juan Quirós (Vice Presidente da Fiesp).⁶⁵

⁶² Correio Popular, 29 de outubro de 2007.

⁶³ Correio Popular, 22 de fevereiro de 2007.

⁶⁴ Reportagem intitulada: ‘Concessão de Viracopos ganha força’, 11 de março de 2008.

⁶⁵ Correio Popular, 09 de janeiro de 2008.

Quadro 3.6: Reportagens sobre a refuncionalização da região de Viracopos

03/ago/2007 – “Hélio quer mais espaço para Viracopos” – Correio Popular
05/ago/2007 – “Entorno de Viracopos está à venda” – Correio Popular
11/mar/2008 – “Concessão de Viracopos ganha força” – Correio Popular
26/jul/2008 – “Viracopos recebe sinal verde para desapropriações” – Correio Popular
26/ago/2008 – “Infraero inicia desapropriação para Viracopos” – Correio Popular
26/ago/2008 – “Finalmente decolou! Infraero começa a fechar os primeiros acordos de pagamento por áreas desapropriadas” – Diário do Povo
19/set/2008 – “Cinco empresas disputam a privatização de Viracopos” – Cosmo
29/nov/2008 – “Ministra coloca Viracopos e trem como prioridades” – Cosmo
25/jan/2009 – “Ampliação de Viracopos vai gerar até 8,2 mil empregos” – Cosmo
08/fev/2009 – “Viracopos tem dois projetos distintos de privatização” – Cosmo
06/março/2009 – “Governo congela idéia de privatização de Viracopos” – Cosmo

Fonte: organização da autora

Quadro 3.7: Empresas interessadas na privatização de Viracopos:

- a A-port (resultado da associação internacional da Camargo Correa Investimentos e Infra-Estrutura S.A. com a holding suíça Unique (Flughafen Zurich AG) e o grupo chileno Gestión e Ingeniería IDC S.A;
- A Odebrecht;
- A TAM e a Azul Linhas Aéreas;
- O Advent International (fundo de investimentos).

Fonte: organização da autora

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) analisa dois modelos de concessão⁶⁶ para repassar à iniciativa privada a exploração dos principais aeroportos do país em 2010, dentre eles, Viracopos, em Campinas. Mais uma vez não enxergamos oposição entre os interesses do Estado e das corporações. Os objetivos do Plano Diretor do Aeroporto Internacional de Viracopos é de ampliar o fluxo de passageiros e garantir sua especialização cargueira. Atualmente são menos de 3 pousos/ decolagens por hora, o que significa 1 avião a cada 22 minutos. Depois da ampliação serão em média 55 pousos/ decolagens por hora e será 1 avião a cada minuto e 15 segundos.

Tabela 3.11: Refuncionalização da região: ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos

Capacidade Operante do Aeroporto	
<i>Dados anuais</i>	<i>Dados Diários</i>
700.000 passageiros	1.917 passageiros
25.000 pousos/ decolagens	66 pousos/decolagens
195.439 toneladas de carga	536 toneladas de carga
Previsão da Capacidade do Aeroporto pós-ampliação	
<i>Dados anuais</i>	<i>Dados Diários</i>
55.000.000 passageiros	151.000 passageiros
470.000 pousos/ decolagens	1288 pousos/decolagens
720.000 toneladas de carga	1973 toneladas de carga

Fonte: www.discutaviracopos.com.br

Os terminais de logística terão capacidade de processar até 720 mil toneladas de carga aérea por ano. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e a Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX) articulam, junto ao Palácio do Planalto, ao

⁶⁶ Em reportagem do Correio Popular do dia 15 de junho de 2009, intitulada: “Aéreas não poderão disputar a concessão de Viracopos” fala-se dos modelos de concessão. No primeiro modelo de concessão, leva quem pagar mais para a exploração e, no segundo, quem tem a preferência dos técnicos. Ganha a concessão quem cobrar a menor tarifa de serviços aeroportuários. A Anac está coordenando os estudos e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é responsável pela formatação do edital. Ainda não está definido se as concessões serão autorizadas e se ocorrerá individualmente por aeroporto ou em bloco” (Cosmo, 08/02/2009), conforme reportagens **destacadas** no quadro 3.6. O que se sabe é que recentemente a Anac afirmou que “as companhias aéreas não poderão disputar pela concessão de Viracopos”.

Ministério da Fazenda e à INFRAERO, a implantação do projeto *Aeroporto Industrial* em Viracopos.

Na primeira fase do Plano Diretor, a INFRAERO investiu R\$ 87 milhões em obras de readequação e modernização do Aeroporto de Viracopos. Tais obras estão divididas em etapas. A primeira fase foi inaugurada em 2004, na qual foram entregues salas de embarque e desembarque doméstico e internacional além de concessões comerciais. O terminal de cargas e de passageiros, o edifício administrativo, a passarela, a estação de tratamento de água, as obras viárias do setor de cargas e até o estacionamento apresentaram improbidades administrativas⁶⁷. Na próxima etapa, a INFRAERO investirá R\$ 201 milhões em obras, deste montante disponibilizará R\$ 58 milhões para o processo de desapropriação. Os gastos do Governo Federal e da Prefeitura Municipal de Campinas com a região do Campo Belo, Parque Oziel e Monte Cristo, correspondem apenas aos investimentos da primeira fase das obras da INFRAERO.

Questionamos, portanto, o que há de novo nos eixos de desenvolvimento apresentados pelo atual Plano Diretor de Campinas? Ao que parece, o resultado disso será danoso: diante da dependência tecnológica, as atividades mais territorializadas tenderão a segmentar-se e os pobres colocarão em risco seu trabalho, sua renda, enfim sua sobrevivência. Deste modo, altera-se o conteúdo das regiões, pois as áreas escolhidas em Campinas que aportam os novos objetos técnicos são cada vez mais comandadas pelas leis do mercado global.

Nesse jogo de forças, são subjugados os usos que garantem a sobrevivência e reprodução da maioria de seus habitantes. Alheios mais uma vez às demandas de uma nação subdesenvolvida, o Estado acirrará o quadro das fragmentações. Por conseguinte, concluímos que não há uma ausência de planejamento, há excesso de proposições superficiais e setorizadas, porque atendem à demandas egoísticas. As regras de zoneamento, por exemplo, casam-se perfeitamente aos tais eixos de desenvolvimento do município: a Macrozona 7, que foi recortada para atender rigorosamente os interesses da expansão aeroportuária.

⁶⁷ Ver: Correio Popular, 13 de agosto de 2007: “Esquemas tomaram Viracopos” No período de 2000 e 2004 o aeroporto foi loteado por supostos esquemas fraudulentos, cujo rombo foi de 4 milhões, envolvendo suspeita de direcionamento de licitações e superfaturamento na compra de materiais para reforma e ampliação de toda a estrutura.. As investigações foram feitas pelos procuradores da república: José Ricardo Meirelles e Paulo Roberto Galvão de Carvalho, recentemente convocados pela CPI do Apagão Aéreo do Senado Federal. Estão sendo investigadas a *Talude Comercial e Construtora*, *as empresas PEM Engenharia*, *Sidarta Engenharia*, *Comércio e Industria LTDA*, *Gutierrez Empreendimentos*, *Estacionamento Do Carmo*, entre outras.

Sob tensão permanente entre localidade e globalidade é que Campinas avança como um *espaço da globalização*. O aumento populacional na região do Campo Belo retardou a expansão do terminal de cargas e de passageiros de Viracopos, pois as capacidades previstas dependiam da desapropriação dessa área. Fato este que foi determinante para a administração municipal de Campinas, os Governos Federal e Estadual expandirem o complexo aeroportuário em uma área menos adensada da região Sul. Segundo publicação do Decreto Estadual 50.767/06, que revogou o Decreto Estadual 14.031/79 e à publicação dos Decretos Municipais 15.378/06 e 15.503/06 os imóveis situados a oeste do Aeroporto foram declarados de utilidade pública para a ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos.

Figura 3.7: Bairros atingidos pelo atual projeto de desapropriação de Viracopos (de 1 a 9)



Legenda:

- 1: Jardim Novo Itaguçu
- 2: Haras
- 3: Jardim Cruzeiro do Sul
- 4: Jardim Cidade Universitária
- 5: Fogueteiro/ Viracopos
- 6: Estiva
- 7: Estiva II
- 8: Friburgo
- 9: Friburgo II

- Antiga área de desapropriação que permanece no atual projeto de ampliação aeroportuária
- Área de desapropriação atual

Fonte: www.discuta.viracopos.com.br

Situados próximos ao sul da nova área destinada à desapropriação pela INFRAERO e pela prefeitura, encontram-se bairros que deverão ser completa ou parcialmente alienados. A Presidente da Associação de Amigos do Bairro dessa área, a *Sra. Dinorá Pires*, que tem sob sua assistência os bairros *Chácaras Pouso Alegre, Chácaras Vista Alegre, Parque Internacional de Viracopos, Bairro Dois Riachos e Parque Central de Viracopos*, explica que há nessa extensão territorial plantações de tomate, café, hortaliças variadas e criação de gado. Essa comunidade tem participação agrícola direta com o CEASA (Centrais de Abastecimento de Campinas S.A.) e pequenos mercados. Contrários a desapropriação, afirmam:

“A gente tem uma comunidade aqui. A nossa associação faz reuniões constantes com os moradores, cuida de seus interesses como saúde, educação, vida social, faz discussões com os moradores sobre todos os assuntos”.

“Nenhum valor que fosse estipulado pelas autoridades pagaria o sentimento que os habitantes têm pelo lugar. São todos loteamentos registrados em cartório”.

Fonte: www.discutaviracopos.com.br⁶⁸

Paralelamente ao uso aeroportuário desta região, encontramos outros usos e obsolescências, indispensáveis aos seus habitantes. Além de estar encrustrada em uma localização estratégica do ponto de vista do modal rodoviário (situa-se as margens da Rodovia Santos Dumont, que liga os municípios de Campinas e Indaiatuba), a região do Campo Belo é a que mais cresce na cidade, apesar de sua precariedade. A área recebeu mais de 46 mil novos moradores na última década do século XX; apresenta população superior à de Cosmópolis/SP.

⁶⁸“Esse site foi criado pela Associação de moradores em conjunto com pessoas que atuam na defesa da causa. A manutenção do site é feita por parceiros, muitas delas são pesquisas de mestrado e pesquisas em loco, notícias da própria Infraero e atualizadas a medida que as Audiências Públicas e outras intervenções estão sendo feitas. Temos na Câmara de vereadores o grupo CEE de Viracopos que tem atuado no sentido de entender essa Ampliação. Temos a ajuda de estudantes e alguns TCC que foram utilizados na confecção do site, Maio de 2009”, conforme carta de resposta acerca da procedência desse site.

Conforme foto 3.7, encontramos na paisagem sistemas arcaicos de mobilidade, além de ruas de terra batida e cercas de madeira.

Foto 3.7: Diferentes usos e temporalidades: complexo aeroportuário x bairros do entorno



Fonte: Correio Popular, 2004.

Nessa Campinas paupérrima, onde os tempos são lentos, em diversos bairros, como Cidade Singer, não há rede coletora de esgoto. Sem calçadas, o mato se espalha e toma parte das ruas de terra, a enxurrada dos temporais que se concentram nos meses iniciais do ano abre crateras que impedem a passagem de veículos particulares e do transporte público. Os portões de ripa de madeira amarradas com arame e boa parte dos barracos de madeira e as casas modestas de alvenaria, conforme as fotos 3.8 e 3.9 não são encontradas nos cadastros da prefeitura, pois boa parte nasce em áreas invadidas.

Foto 3.8 e 3.9: Periferia e circulação: Acesso precário às ruas de terra na região do Campo Belo



Fonte: própria autoria, 18/02/2009.

Desse crescimento, contribuem como atrativo populacional o baixo custo de terrenos e a proximidade com o distrito industrial. A esperança da população se apóia nas igrejas evangélicas e pentecostais dos mais variados segmentos, que ocupam dezenas de terrenos. Os depoimentos

dos habitantes e das lideranças locais sobre suas lutas cotidianas misturam conformismo e resistência. No levantamento previsto para a desapropriação para ampliação do aeroporto, uma parcela da população do Campo Belo I e II se recusou a participar do cadastramento encomendado pelo GPP (Grupo de Planejamento e Pesquisa) e por funcionários da COHAB - Campinas⁶⁹, criticou-se inclusive o dispêndio de verbas públicas para tal levantamento.

Os recursos nesse momento aplicados na região do Campo Belo, segundo a SEHAB, foram levantados através do Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários - Orçamento Geral da União (OGU) de 2006. A verba será de R\$ 20 milhões, sendo que a Prefeitura Municipal de Campinas e a SANASA investirão R\$11 milhões, o restante virá do Governo Federal. Estão em andamento as obras de canalização de água, de esgoto e a construção de unidades habitacionais no Jardim Marisa para o reassentamento de famílias moradoras em áreas de risco.

Através das verbas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁷⁰ são essas as alterações urbanas:

Quadro 3.8: Investimentos previstos para a região sul

Etapa 1- Parque Oziel, Monte Cristo e Gleba B	
→ Esgotamento Sanitário (SANASA)	R\$ 11.330.265,28
→ Pavimentação e Drenagem itinerário de ônibus: Fase 1 (PMC/SMI)	R\$ 6.649.109,15
→ Construção de Unidades Habitacionais (PMC/SEHAB)	R\$3.140.000,00

⁶⁹ Segundo reportagem intitulada: “Campo Belo II rejeita levantamento” no Correio Popular, 22 de julho de 2001.

⁷⁰ Inclui também o Parque Oziel e Gleba B

Etapa 2 – Entorno de Viracopos

→ Esgotamento Sanitário (SANASA)

R\$ 23.407.750,77

→ Pavimentação e Drenagem itinerário de ônibus: Fase 1 (PMC)

R\$ 6.877.221,95

→ Produção de Unidades Habitacionais (PMC/SEHAB)

R\$2.669.000,00

Etapa 3 - Entorno de Viracopos

→ Estação Tratamento de Esgoto (SANASA): R\$ 7.078.957,86

Etapa 4 – Equipamentos Comunitários

→ Centro de Saúde Jardim Fernanda

→ Centro de Saúde Jardim Campo Belo

→ Centro Cultural Esportivo Jd. Marisa

→ Centro Comunitário e Profissionalizante Jd. São Domingos

→ Estação de Transferência Jd. Campo Belo (EMDEC)

R\$ 9.749.608,21

Etapa 5 – Regularização Fundiária e trabalho social

R\$ 1.266.286,78

Etapa 6- Pavimentação e Drenagem do itinerário de ônibus: (Pq. Oziel/Monte Cristo/ Gleba B) (PMC)

R\$ 1.756.000,00

Etapa 7- Pavimentação e Drenagem do itinerário de ônibus: (entorno Viracopos) (PMC):

R\$ 2.632.000,00

Fonte: SEHAB – Campinas, 2009.

De início algumas unidades habitacionais foram removidas para abertura, adaptação do sistema viário ou por estarem localizadas em “*áreas de risco*”. Visando a remoção de parte das unidades situadas nessas condições a PMC, através do Decreto 15504/06, declarou de interesse

social algumas quadras do loteamento Jardim Marisa (entorno do Jardim Campo Belo) a fim de desenvolver as unidades habitacionais, conforme já vimos.

De modo geral, a regularização dos loteamentos implicará na definição da questão da propriedade (aquisição dos lotes, usucapião ou desapropriação). Na última reunião do *Governo Itinerante*, o Prefeito entregou simbolicamente o título de concessão de direito real de uso ao Núcleo Residencial Santa Rita de Cássia, que servirá para a regularização fundiária de aproximadamente 202 famílias.

O aeroporto de Viracopos é hoje um dos mais expressivos centros de investimento da INFRAERO. Sua expansão, como estratégia de conexão planetária, alarga a complexidade da região. Vimos que acolhimento dos vetores externos demanda enormes investimentos nos lugares, todavia, os esforços públicos e privados para satisfazerem as necessidades das atividades hegemônicas geram tensões, pois suas ações não buscam contemplar a cidade de Campinas como um todo.

As novas infra-estruturas possibilitarão que as empresas aéreas ampliem suas rotas a partir de Viracopos, atualmente concentradas nos Aeroportos Internacionais de Guarulhos e de Congonhas, o que conseqüentemente pode descentralizar o tráfego aéreo no estado de São Paulo com repercussões importantes para todo o país. A região do Campo Belo, ao que tudo indica, vai enfrentar questões relativas à saúde pública, ao aumento do tráfego terrestre e periculosidade associada às áreas de sobrevôo.

No próximo item, vamos refletir sobre o desafio do planejamento em produzir um conhecimento socialmente responsável, o que significa dizer autônomo. Como que as diferentes temporalidades do Jardim Campo Belo podem ser reconhecidas pelas políticas urbanas em Campinas?

3.11- Planejando a pobreza: o Jardim Campo Belo como uma opacidade do espaço urbano de Campinas

Sobre o presente e o futuro da região sul de Campinas, questionamos se o *Plano Vip Viracopos* será capaz de estruturá-la. De acordo com os dados da COHAB-Campinas, doze dos dezenove bairros da região apresentam 80% dos imóveis em situação irregular. As tentativas de regularização fundiária, a construção de escolas, creches e módulos de saúde previstos, favorecerão os habitantes que lá residem hoje? A posse de um teto é uma solução para a pobreza? “Diminuir o déficit habitacional é também uma questão de emprego e de renda”, nos diz L. Erundina (2008: 8)⁷¹. Por isso, “não basta urbanizar, regularizar e construir casas populares: se a renda da população não melhorar, muitos pobres não conseguirão arcar com o ônus da regularização e terão que repassar seus imóveis para terceiros” (SOUZA, 2005:134).

Com a valorização do espaço, quanto tempo as populações mais carentes poderão habitar essa região? Quais serão as novas fronteiras da pobreza urbana em Campinas?

Atualmente, em entrevista com uma moradora da região sobre a comercialização de terrenos, soubemos que não há mais terrenos por R\$ 500 reais, agora só acima de R\$ 5 mil, e encontramos aluguéis acima de R\$ 200 reais, conforme foto abaixo:

⁷¹ Entrevista à Luiza Erundina pela revista *Le Monde Diplomatique Brasil* (p.8-9), reportagem intitulada: “Precisamos plantar a semente da mudança”. Agosto de 2009, ano 2, nº13.

Foto 3.10: Casa de aluguel (R\$ 250,00): produto da valorização imobiliária recente



Fonte: própria autoria, 18/02/2009

Apesar da valorização dos terrenos e aluguéis, o saneamento básico e a mobilidade em toda a região, como vimos, são bastante precários, sendo que os equipamentos públicos de ordem básica se difundem lentamente na região, tais como asfaltamento e postos de saúde.

A renda familiar é em alguns casos garantida pelas mulheres, ainda que 38% das famílias sobrevivam subsidiadas pelo governo através de programas especiais de renda, tais como: 1) Renda Mínima⁷², 2) Bolsa Família⁷³ e 3) Ação Jovem⁷⁴.

⁷² A formulação do programa e seu lançamento ocorreram em janeiro de 1995. Foi criado pela Lei no 8.261 de 06/01/1995 e regulamentado pelo Decreto no 11.471 de 03/03/1995. A legislação estabelece como potenciais beneficiários as famílias que tenham crianças – filhos e não-filhos – entre 0 e 14 anos e/ou maiores, desde que deficientes; residam em Campinas há, no mínimo, dois anos, na data da publicação da Lei; tenham uma renda inferior a R\$ 35,00 per capita, considerada somente a renda dos pais e/ou responsáveis. Preenchidas estas condições, os responsáveis pelas famílias devem assinar um Termo de Responsabilidade e Compromisso, que tem como finalidade comprometê-los a garantir a frequência das crianças e adolescentes às escolas, o atendimento regular à sua saúde e seu afastamento das ruas. Além disso, comprometem - se a participar de uma reunião mensal. Ver: (SOUZA & FONSECA, 1997).

⁷³ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o

Decreto nº 5.749, de 11 de abril de 2006. Ver: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e.

⁷⁴ De iniciativa do governo estadual, o *Ação Jovem* é um programa que incentiva os jovens entre 15 e 24 anos de idade a voltarem para a escola. O objetivo é criar oportunidades para que eles tenham condições para o retorno e/ou permanência na escola. Para isso, é concedida uma bolsa no valor de R\$ 60 mensais para os alunos selecionados, que devem se matricular no ensino regular de educação básica ou Ensino de Jovens e Adultos - EJA, ou participar de cursos. Ver: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social/servicos/criancas_adolescentes/0002.

A baixa escolaridade, os casos de gravidez precoce e de prostituição são também conteúdos sócio-espaciais dessa periferia. Do levantamento feito em Campinas, de forma geral, mais de 80% do programa municipal de renda mínima (PMRM) subsidia as necessidades básicas da população mais pobre⁷⁵. Vide tabela 3.12.

Tabela 3.12: Utilização do programa *Renda Mínima* (%) em Campinas - 1995

Alimentação	86,6
Habitação	38,6
Saúde	27,7
Material Escolar	22,9
Vestuário	56,0
Compra de Móveis	20,8
Eletrodomésticos	38,6
Pagamento de Dívidas Atrasadas	33,4

Fonte: SOUZA & FONSECA (1997:31)

Segundo esse balanço,

cinquenta e seis por cento dos recursos foram destinados, em dezembro de 1995, às famílias de estrato mais baixo de renda (renda zero), que representavam 42,3% das famílias; as famílias monoparentais – que, em geral, concentram as piores condições de pobreza – tinham alta participação no universo total de famílias; nas famílias de renda zero, o programa alcançava mais as biparentais porque eram menos numerosas nessa faixa de renda e concentravam maior número de filhos (SOUZA & FONSECA, 1997:31).

Além disso, em 2004, foi criado o CRAS em Campinas (Centro de Referência de Assistência Social), que funciona como o principal serviço público de Proteção Básica. Segundo

⁷⁵ Dos 11 milhões de beneficiados pelo Programa Bolsa Família, a maioria são mulheres (94%), negra ou parda (64%) e está na faixa de 15 e 49 anos. (85%). A escolaridade é um problema entre os titulares, 81% sabem ler e escrever, destes, 56% deles estudaram até o ensino fundamental. Trinta e nove por cento deles, possui pelo menos 1 pessoa com doença crônica. São freqüentes os relatos de problemas mentais dependência de medicamentos. 43% tem acesso ao saneamento básico”. (MENEZES; SANTARELLI, 2008:20).

a PNAS (Política Nacional de Assistência Social), o CRAS é uma unidade pública estatal instalada em áreas de “vulnerabilidade social” do município e acolhe um total de até 5.000 famílias por ano.

Quadro 3.9: Equipe e distribuição dos CRAS em Campinas em 2007

DAS/ Região	Nome do CRAS	Equipe			Espaço	Atua em outro local	Ano de criação
		Municipal	Ent. Parceira	Total			
Norte	Vila Réggio	2 Assist. Sociais	1 Assist. Social 2 Psicólogos	5	Público	-	2006
	Espaço Esperança	3 Assist. Sociais 1 Psicólogo	1 Assist. Social 2 Psicólogos	7	Público	-	2006
Noroeste	Satélite Íris	2 Assist. Sociais 1 Psicólogo	1 Assist. Social 1 Pedagogo	5	Público	Sim	2004
	Nova Esperança (São Luis)	2 Assist. Sociais 1 Psicólogo	2 Assist. Sociais 1 Psicólogo	6	Alugado	-	2006
Sudoeste	Campos Elíseos	3 Assist. Sociais	2 Psicólogos	5	Público	Sim	2006
	Vida Nova*	2 Assist. Sociais	(1 Assist. Social) (1 Psicólogo)	(4)	Público	-	2006
	Profilurb	2 Assist. Sociais 1 Psicólogo	1 Assist. Social 1 Psicólogo	5	Público	Sim	2006
	Campo Belo	2 Assist. Sociais 2 Psicólogos	1 Assist. Social 1 Psicólogo	6	Público	-	2005
Sul	Bandeiras	2 Assist. Sociais 1 Psicólogo	1 Assist. Social 1 Psicólogo	5	Alugado	-	2006
Leste	Nilópolis	1 Assist. Social 1 Psicólogo	2 Assist. Sociais 1 Psicólogo	5	Público	-	2004
	Flamboyant	2 Assist. Sociais 1 Psicólogo	1 Psicólogo	4	Alugado	-	2005

Fonte: http://www.campinas.sp.gov.br/trabalho/perfil_cras/⁷⁶

Conforme o quadro acima, a região do Campo Belo possui uma unidade (CRAS) que abriga uma pluralidade de funções. Segundo a Prefeitura Municipal de Campinas, o sistema CRAS visa “empreender e articular a rede sócio-assistencial do município”; a unidade do Campo Belo intitula-se “Cooperativa Realidade de um Sonho – Artesanato”.

⁷⁶ Ver: Relatório Final da Prefeitura Municipal de Campinas/ Secretaria Municipal de linha de base para famílias atendidas pelo CRAS, intitulado. “Estabelecimento de linha de base para famílias atendidas pelos centros de referência da Assistência Social de Campinas”, agosto de 2008.

Quadro 3.10: Assistência Social – CRAS – Campo Belo

Atendimentos / mês	44 mil pessoas (Marisa I e II, Fernanda I e II, Cidade Singer)
Centros de Saúde	Campo Belo I, São Domingos e Jd. Fernanda.
Primeira consulta	200 a 300/ mês
Grupos	PAIF: 200 famílias Equipe: 45 crianças semanalmente
Modalidades	Grupo de Orientação a pais e responsáveis Grupo Gestante Grupo Renda Cidadã Bolsa Família Grupo Ação Jovem Grupo de Mães Adolescentes Ação Jovem (PTR) e Renda Mínima
Outros Projetos/ Oficinas	Programa Prato Cheio (cestas básicas) Projeto Metamorfose: oficina de orientação sexual Oficina de Artesanato (2 funcionando no núcleo Jerônimo Mendonça, 1 na Associação dos Moradores do Campituba) Oficina de Informática (parceira com a PAIF) Oficina de Dança e Expressão Corporal
Números de Transferência de Renda Assistência Social	Renda Cidadã (gov. Federal): 56 famílias Renda Mínima (região Sul): 700 famílias Ação Jovem: 200 jovens Bolsa Família: 1650 famílias.

Fonte: CRAS – Campo Belo. Organização da autora, dados coletados em trabalho de Campo (realizado em 20/02/2009).

Além disso, a AMIC – Associação Amigos da Criança de Campinas - criada em 1990, atua na região do Campo Belo⁷⁷ fornecendo em média mais de 400 cestas de alimentos (legumes e frutas) e está construindo um educandário que atenderá 100 crianças, distribuindo metade em cada período (manhã e tarde). Esses alimentos provêm de campanhas de arrecadação, e são encaminhados para o “Banco de Alimentos” nas centrais de Abastecimento de Campinas (CEASA). Além disso, são distribuídos todos os dias cerca de 400 litros de sopa.

As informações disponibilizadas pelo CRAS nos confirmaram a grave condição periférica da região do Campo Belo. Para além disso, os dados retratados acima nos permitem compreender melhor as demandas criadas por uma pobreza que é planejada. A rede assistencial recém instalada

⁷⁷ Além do Campo Belo, a AMIC também oferece assistência ao Village, Monte Cristo e Parque Oziel.

na região do Campo Belo trabalha para remediar as conseqüências do terceiro momento de periferização da cidade de Campinas, angariando apoio político das populações mais pobres através da beneficência de projetos considerados *Vip* e dos Programas de Transferência de Renda.

Como instrumento político do Estado, as políticas urbanas asseguram a expansão corporativa, atendendo as necessidades das grandes empresas e das elites locais associadas; por isso, longe de enfrentar as desigualdades, apresentam freqüentemente arremedos de soluções.

3.2 - O Planejamento como possibilidade: o Jardim Campo Belo e a face ativa do território?

Como procuramos evidenciar, as políticas urbanas em Campinas refletem uma “setorialização” muito acentuada das demandas, pois não obedecem a uma lógica de conjunto. Seus instrumentos de gestão se apóiam no formalismo, no mecanicismo⁷⁸ e na tecnocracia.

A partir de Campinas, polemizamos que os planos diretores no Brasil não devam se tornar cartilhas, manuais de uso para resolução dos problemas urbanos. Concordamos quando L. Erundina (2008:8) afirma que os “planos diretores, em geral, estão preocupados com um projeto de gestão, não de cidade”. Constatações como essa nos fazem pensar e buscar um novo modelo de cidade e de planejamento. Segundo D. Harvey (2004) a dimensão espacial deverá ser incorporada ao pensamento utópico, por meio de alternativas que contraponham à lógica destrutiva inerente ao processo de globalização contemporânea.

Nesse sentido, “a cidade é e será o que seus habitantes fizerem dela” nos diz S. Bava (2008:3). Considerar o acesso à informação no processo de planejamento significaria mudar a forma de fazer política e de governar.

B. Santos (2002:77-78) conjectura três teses para o fortalecimento da democracia participativa. A primeira delas supõe ampliação e adensamento da participação popular, do que chamou de *fortalecimento da demodiversidade*. Na sua segunda tese, o autor afirma que novas experiências democráticas contra o modelo hegemônico viriam do *fortalecimento da articulação contra-hegemônica entre o local e o global*⁷⁹. Sua terceira tese pressupõe *ampliação do experimentalismo democrático*, a partir de múltiplos experimentos em todas as direções.

⁷⁸ Vejamos: o setor de *Planos Urbanísticos* em Campinas pertence a **Coordenadoria de Planejamento Sócio-Econômico**, por sua vez o setor de *Planejamento* está ligado a outra coordenação: a de **Planejamento Físico Territorial**, estes pertencem ao Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Já o setor de *zoneamento e de cartografia, desenho técnico* (ferramentas do Plano Diretor) estão subordinados a outro Departamento, intitulado: Informação, Documentação e Cadastro.

⁷⁹ Lembramos que “uma solução isolada só pode ser efetiva quando considerada como um elemento de uma estratégia total, e nunca uma solução autônoma” (SANTOS, 2003a:81).

Estaríamos na aurora de um *Período Popular da História*, nos propõe M. Santos (2003).

“A história atual é em si mesma uma matriz de novidades [...], graças a presença de um grande número de pobres que rejeitam o modelo hegemônico, as cidades, sobretudo as mais populosas realizam uma espécie de revanche da cultura popular à cultura de massa” (SANTOS, 2002:115-117).

Em oposição a noção hegemônica de mercado, A. Ribeiro (2005), fundamentada nesse período demográfico, discute a importância de um outro agente denominado *mercado socialmente necessário*, gestado por solidariedades insurgentes, que corporificam na situação de escassez uma nova concepção das trocas e dos laços sociais.

É por isso que, segundo S. Gertel (2003: 110) “a força da informação está ainda por ser reconhecida, está em seu poder paradigmático, no sentido da liberdade. A força que permitirá ao território humano estabelecer a fluidez dos lugares, dos indivíduos, da comunidade humana”. Assim, vislumbramos **“como o planejamento poderia ser”**:

Quadro 3.11: Política Urbana: informação pública (para a cidade)

“Como o Planejamento poderia ser”

Cidade	CONFLITO: democracia de “alta intensidade” (SANTOS, 2007), contradição concreta
Ordenamento territorial	humanismo concreto ⁸⁰ , movimentos sociais, ordens locais horizontalizadas (RIBEIRO,2005)
Integração sócio-territorial	virtuosa, território como abrigo (GOTTMAN, 1975); (SANTOS, 1997)
Planos	Espaço banal, totalidade social (SANTOS, 2002)
Projetos	Utopia democrática (VAINER, 2003)
Regionalizações	Pactuada junto à sociedade, envolve conflitos sociais
Regionalismos	Popular, democrático
Região	Extenso de uma forma social, síntese da solidariedade orgânica e organizacional, espaço do acontecer solidário (SANTOS, 2003b)

Fonte: Organização da autora, (2008).

Conforme M. Santos (1994b: 118) “A partir de uma economia política da cidade podemos entender como a cidade se organiza, e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade”. Ousamos propor, através do quadro 3.11, discutir uma concepção de cidade compartilhada, que direcione Campinas para o futuro.

Os planos de ordenamento territorial devem ser entendidos como um “recorte técnico resultante de um complexo processo político e de informações que traduzam da maneira mais clara, objetiva e real possível, os anseios da comunidade **permanentemente**”, como nos coloca M. A de Souza (1992: 42, grifo nosso).

⁸⁰ Segundo Ribeiro, (2005:94) neste humanismo, “o trabalho morto impõe as regras do território normado, ao mesmo tempo em que oferecem aos vivos a interlocução necessária à realização dos seus desígnios. Portanto a ação é sempre interação, ao contrário do que indicam os discursos do humanismo abstrato”.

Abarcamos nessa proposição que além das variáveis clássicas⁸¹ que expõem a fragmentação e a pobreza urbana, tais como: habitação precária e distante, rarefação dos equipamentos coletivos e mobilidade social deficiente, a variável informação é um aspecto do desnudamento da periferia. A difusão das informações *fabricadas* pela mídia e pelo Estado se baseia em uma relação hierárquica, descendente. Com efeito, estar na periferia significa dispor de menos meios efetivos para atingir as fontes, os agentes de poder e ainda de se fazer ouvir (SANTOS, 1998).

De fato, além de todos esses elementos típicos das porções opacas, a comercialização de jornais, como o do Correio Popular na região do Campo Belo em Campinas, é realizada apenas aos fins de semana, com uma vendagem média de 15 exemplares, em uma banca de revistas improvisada junto a loja de *Petshop*, conforme retratamos pela foto abaixo. A venda de *Revistas Já* é feita pela banca, pelas drogarias, mercados e durante o trajeto dos ônibus.

Foto 3.11: Perversidade e rarefação: Banca de revistas improvisada



Fonte: própria autoria, 18/02/2009

⁸¹ Conforme Lojkin, (1997:222)

Abaixo, estão as notícias que selecionamos na Hemeroteca e no jornal digital Cosmo pertencentes a Rede Anhanguera de Comunicação⁸² sobre a expansão aeroportuária e o cotidiano do Jardim Campo Belo e entorno, seus conflitos e dilemas.

Quadro 3.12: Território como recurso: “A ampliação do Aeroporto de Viracopos”

25/jun/2006 – “Vip Viracopos receberá verba de R\$ 74 milhões” – Correio Popular
16/mar/2007 – “Vip Viracopos: famílias deixarão área de risco” – Correio Popular
24/ago/2007 – “Viracopos: frente prioriza desapropriações e 2ª pista” – Correio Popular
23/out/2007 – “Alfândega arrecada alto em Viracopos” – Correio Popular
22/fev/2008 – “Convênio consolida Super Viracopos/ Temerosos, donos de terras aguardam decisão” – Correio Popular
26/ago/2008 – “Infraero inicia desapropriação para Viracopos” – Correio Popular
26/ago/2008 – “Finalmente decolou! Infraero começa a fechar os primeiros acordos de pagamento por áreas desapropriadas” – Diário do Povo
26/ago/2008 – “Infraero dá a largada nas indenizações em Viracopos” – Cosmo
05/set/2008 – “Concessão de Viracopos tem sinal verde” – Correio Popular
19/set/2008 – “Cinco empresas disputam a privatização de Viracopos” – Cosmo
04/dez/2008 – “José Serra quer agilizar concessão de Viracopos” – Cosmo
03/jan/2009 – “Relatório revela impactos ambientais com ampliação” – Cosmo
25/jan/2009 – “Ampliação de Viracopos vai gerar até 8,2 mil empregos” – Cosmo

Fonte: Organização da autora

Destacamos a importância atribuída à ampliação de Viracopos, elemento da fluidez, do discurso globalizante em Campinas. As reportagens listadas oferecem a seus habitantes uma leitura da globalização como fábula⁸³. Selecionando idéias de prosperidade e riqueza, produz-se

⁸² Estas notícias foram selecionadas desde 12/09/08 até março de 2009. A pesquisa e a organização dos dados foi feita em parceria com a Helena Fonseca, também aluna do grupo de Pesquisa *Círculos de Informações, Urbanização e Território*, sob orientação da Profª Drª Adriana M. Bernardes da Silva, com projeto de Iniciação Científica/ CNPq em andamento, intitulado: “Produção e Difusão de Informações: Formas de Controle e Resistência”.

⁸³ “A informação sobre o que acontece não vem da interação entre as pessoas, mas do que é veiculado pela mídia, pela interpretação interessada, senão interesseira dos fatos (SANTOS: 2003a: 41). Segundo o autor, esse mundo como fábula é alimentado, dentre outros mitos, pela morte do Estado, pelo desfalecimento das fronteiras, pela contração espaço-temporal.

uma espetacularização de certos temas, que corresponde, segundo G. Debord (1997: 24), a uma “fabricação concreta da alienação”, pois conduzem uma visão embaralhada, reforçando as tendências a aceitação de uma existência instrumentalizada (SANTOS, 2002b:151).

Vejamos agora quais os elementos do cotidiano do Jardim Campo Belo que são escolhidos pela mídia no quadro 3.13 abaixo:

Quadro 3.13: Território como abrigo: “Jardim Campo Belo às avessas”?

28/jan/1997 – “Sem-teto invadem terreno no Campo Belo” – Correio Popular
26/out/1997 – “Estrada é fronteira, na linha da miséria” – Correio Popular
09/jul/1997 – “Sem-teto sobrecarregam sistema elétrico” – Correio Popular
18/jul/1997 – “Sem-teto bloqueiam estrada por duas horas” – Correio Popular
22/jul/2001 – “Campo Belo II rejeita levantamento” – Diário do Povo
23/fev/2004 – “Região do Campo Belo é a que mais cresce” – Correio Popular
25/fev/2006 – “Sehac pede a moradores ajuda contra invasões” – Correio Popular
11/abr/2006 – “Perigo no quintal/Mulher cai em fossa de 5 metros – Diário do Povo
06/maio/2007 – “Precariedade põe infância em risco no Campo Belo” – Correio Popular
28/maio/2007 – “Infraero começa a pagar indenizações em julho” – Correio Popular
03/jun/2007 – “Itaguaçu, mais um nó em Viracopos” – Correio Popular
05/ago/2007 – “Invasão limitou Cumbica e Congonhas” – Correio Popular
07/ago/2007 – “Blitz desafia funk no Campo Belo” – Diário do Povo
17/out/2008 – “Surdo-mudo tenta furtar carro, mas acaba preso” – Cosmo
02/nov/2008 – “PM prende rapaz com 89 microtubos com cocaína” – Cosmo
09/nov/2008 – “Cerca de 40% dos habitantes vivem em áreas irregulares” – Cosmo
10/nov/2008 – “Veículo que caiu com família em córrego é retirado” – Cosmo
21/nov/2008 – “Tiroteio em bar deixa 3 feridos” – Cosmo
22/nov/2008 – “Homem é assassinado a tiros no bairro Campituba” – Cosmo
21/dez/2008 – “Feira na periferia ajuda a fechar as contas de fim de ano” – Cosmo
23/dez/2008 – “Homem é atingido por bala perdida no Campo Belo” – Cosmo
09/jan/2009 – “Bairros de Campinas sofrem com período de seca e chuva” – Cosmo
10/jan/2009 – “Saúde reforça ações contra a dengue” – Cosmo
11/jan/2009 – “Bairros ainda são os que mais precisam” – Correio Popular
15/jan/2009 – “Moradores reclamam de buracos na VI. Palmeiras” – Cosmo
09/jan/2009 – “Bairros de Campinas sofrem com período de seca e chuva”. Cosmo
22/mar/2009 – “Invasores de região em Viracopos sairão até 3ª” – Cosmo

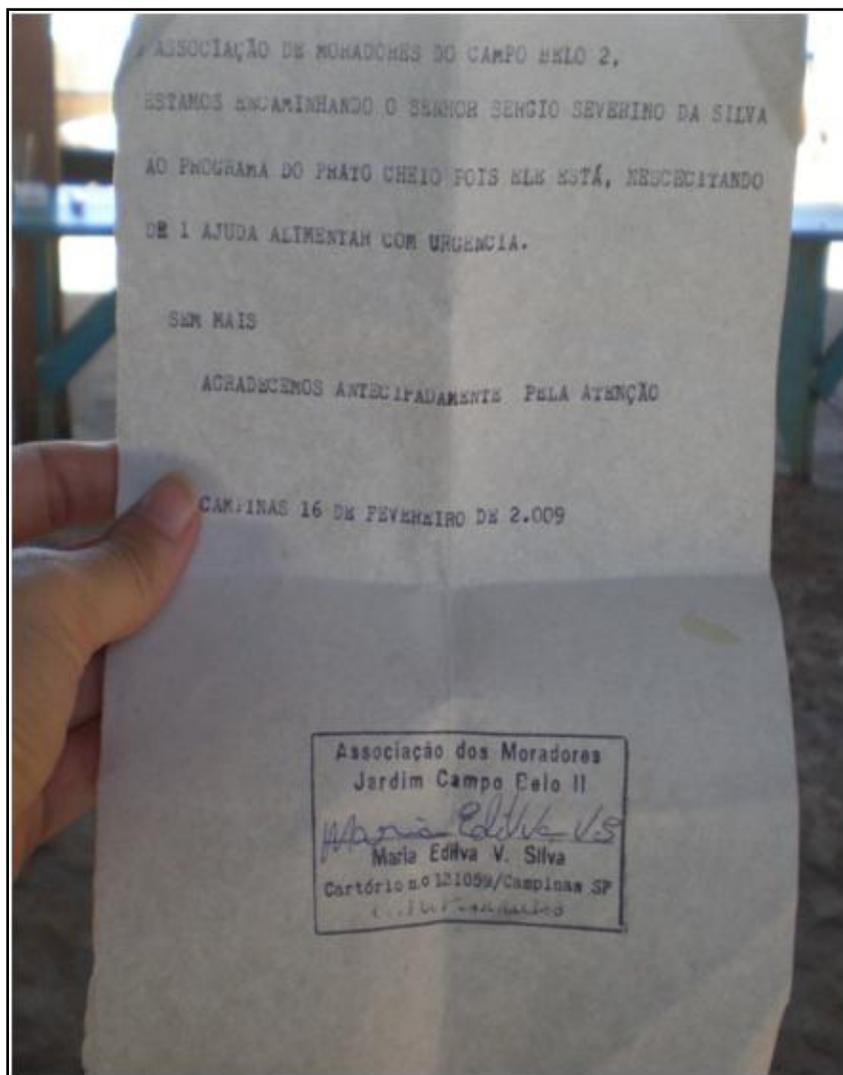
Fonte: Organização da autora

Sobre o *território como abrigo* para os pobres, os argumentos do jornal Correio Popular oferecem sempre um tom de desmoralização da ocupação de terras. Constrói-se uma vinculação direta entre pobreza e violência. Dessa maneira, o jornal ajuda a naturalizar a pobreza e torná-la inelutável ao espelhar a idéia equivocada de *nação passiva*, desvalorizando as densidades comunicacionais e as formas alternativas de existência.

Sabemos que durante a ocupação do Campo Belo, em 1997, a informação se difundiu por meio de rádios e panfletos, com bastante repercussão em Indaiatuba. Os participantes dessa ocupação vieram de Itu, Monte Mor e Hortolândia, e alguns deles optaram por essa região pelo preço e pela proximidade com o centro de Campinas (RIBEIRO, 2006:56).

Junto com a busca pela sobrevivência, notamos que a mobilização popular confere um sentido maior para a contigüidade do Jardim Campo Belo, pois fortalece seus vínculos sociais. Conforme foto abaixo, registramos a mediação das associações populares no cotidiano da população.

Foto 3.12: Associação de moradores do Campo Belo II- carta que encaminha pedido de ajuda alimentar ao “*Programa Prato Cheio*” com urgência à Prefeitura de Campinas em fevereiro de 2009.



Fonte: própria autoria, 18/02/2009

Mas, como o jornal não tem interesse em revelar o cotidiano da periferia por esse prisma, reduz-se o complexo processo de urbanização em Campinas. As notícias supracitadas escondem uma pregação do capitalismo, de discursos competentes. O que nos revela a urgência de discursos cívicos e de um planejamento ancorado na realidade dos lugares.

A partir da leitura do território orientada pela compreensão das lutas de apropriação, emerge o rico universo de relações que tem origem nos códigos de conduta e, entre a concepção dominante da ordem social e os numerosos outros ordenamentos das práticas sociais que se opõem e resistem a esta concepção (RIBEIRO, 2005:95).

É importante assinalar que quando valorizamos a leitura dos lugares no processo de planejamento, não estamos a favor das políticas de desenvolvimento local, pois compreendemos que, apesar da descentralização do poder pós Constituição de 1988, o município não tem autonomia para governar sozinho⁸⁴, seus projetos estão condicionados as normas do Estado brasileiro. Além disso, há também condicionantes quantitativos e qualitativos do território de cada município que impõe uma lógica para o seu funcionamento, ora mais obediente às ordens externas, ora mais resistentes. Logo, a formação sócio-espacial (SANTOS, 1977) se impõe como mediação necessária para análise do planejamento, que é uma ação transescalar (VAINER, 2002).

Segundo o atual Plano Diretor de Campinas, os recursos financeiros do município são oriundos de verbas federais, através do PMAT - *Programa Federal direcionado à Modernização da Administração Tributária dos municípios*, do apoio do BID - através do *Programa Nacional de Administração Financeira dos Municípios de Convênios com órgãos federais como o Ministério das Cidades e o da Educação*. Além desses instrumentos, as políticas urbanas dependem das concessões de incentivos fiscais e de propostas vinculadas à participação da administração municipal no *Fórum Permanente de Secretários de Finanças da Região Metropolitana de Campinas*.

Sobre isso, M. Davis (2006) afirma que a globalização neoliberal impôs aos países periféricos, além da abertura comercial, o enxugamento do Estado através das privatizações de suas estatais, o que reafirmou a instalação de uma *cidadania atrofiada* (SANTOS 1998).

Essa cidadania incompleta deve ser reconhecida pelas lutas que emergem nos lugares, pois são os depositários finais dos novos contornos da globalização. Como lembra C. A. Silva e D. Freire (2007:9) os lugares “tornam-se fundamentais na análise, porque permitem o reconhecimento da identidade e da cultura como elementos importantes como símbolo de

⁸⁴ Porque o “papel de cada subespaço deve-se tanto as necessidades próprias do país como aos tipos de relações que se mantém com o sistema internacional. Nenhum subespaço pode ser interpretado de maneira isolada, ele deve ser compreendido tal como ele é: uma parte de um todo” (SANTOS, 2003a:117).

pertencimento”. E o planejamento deve intervir na escala do lugar reconhecendo as experiências do espaço vivido e compartilhado. O fundamental é como codificar e difundir em termos didáticos o presente e o futuro da cidade, e ao mesmo tempo tentar através dessa transformação “fazer falar o território”.

O Planejamento *tal como ele é* seria capaz de produzir, organizar e disseminar *informações para a cidade*? Dos novos mecanismos de participação popular em Campinas, além dos Planos Locais de Gestão, podemos citar o Programa “Prefeitura Itinerante”, do governo Hélio de Oliveira Santos, criado para substituir o Orçamento Participativo, que era deliberativo e passa a ser consultivo desde o seu primeiro mandato. Em tese, esse programa propõe “aproximar⁸⁵ a administração municipal (secretários) e a comunidade”. Neste ano, na primeira edição do programa, esse encontro aconteceu no Jardim Fernanda 2, bairro da região do entorno do Campo Belo, pertencente também a Administração Regional 6. A população da região Sul novamente questionou as melhorias sociais junto às secretarias.

Apesar de concordar com M. A. de Souza (1992) quando diz que consultar a população depois que o plano diretor foi aprovado, não é democratizá-lo, arriscamos dizer que o *Governo Itinerante* e os *Planos Locais de Gestão* em Campinas, fomentem *novas gramáticas sociais* entre o Estado e a sociedade. Todavia, está longe de aprender com o surgimento de novas táticas de luta que surgem em Campinas.

Dessas novas expressões da organização da vida coletiva sob a escassez, reconhecemos na região do Campo Belo a formação de um pequeno comércio, de estabelecimentos mal-instalados, mal-equipados, que vendem em pequenas quantidades e de atividades ligadas ao *circuito inferior da economia urbana*⁸⁶(SANTOS, 1979), cuja organização é popular. Vejamos:

⁸⁵ Essa reunião contou com a programação de serviços: corte de cabelo e atendimento médico, os moradores tiveram acesso a distribuição de senhas para o cadastramento no programa "Minha casa, Minha vida"; central de informações da Sanasa; Guichê de solicitações de serviços públicos; Posto de informações do Banco Popular da Mulher; Serviço de orientação da Coordenadoria da Mulher e da Coordenadoria da Promoção da Igualdade Racial. Outros serviços foram oferecidos como atendimentos relacionados à Coordenadoria da Juventude; Programa Bolsa Família; Benefício de Prestação Continuada; Programa Ação Jovem; Central de informações no Programa Jovem.com; Serviços de informação sobre planejamento familiar e prevenção de DST; Centro de Formação para o Trabalho e Cidadania, Procon-Campinas e do Programa de Arrendamento Residencial. (www.campinas.gov.br/ arquivo de notícias, 16-05-2009, reportagem digital intitulada: “Prefeitura Itinerante movimentou o Jardim Fernanda 2 neste sábado”).

⁸⁶ O *circuito inferior* frequentemente utiliza tecnologia local, adaptada ou recriada, é composto pelas atividades exercidas pelos pobres na cidade – o pequeno varejo, a oficina de pequenos reparos, as empresas familiares destituídas de capital financeiro – geralmente instaladas em periferias urbanas e nas áreas centrais das grandes cidades (SANTOS, 1979). Vale lembrar que essas atividades não ocorrem pontualmente no território brasileiro. Articulam-se aos sistemas mundiais, economias não-hegemônicas a partir de segmentos e redes sociais. Segundo

- a Feira do Rolo ou Feira do Tem –de- tudo no Campo Belo, que acontece há dois anos todos os fins de semana;
- o correio comunitário: (cartas e correspondências são encaminhadas para o endereço da *nave mãe* (creche) ou para farmácias e mercearias);
- a formação de cursos voluntários nas associações de Bairros: especialização de atividades como bordado, tricô, bijuterias; esses “bicos” vão compor o orçamento doméstico de muitas famílias.

Foto 3.13: As feiras do Jardim Campo Belo



*“São cinquenta centavos a
peça, sapato, roupa qualquer
coisa”*

(fala de uma moradora).

Fonte: Jornal Cosmo, 2008.

Ribeiro (2009: 8), há uma participação massiva de pessoas pobres. “A globalização popular oferece acesso a fluxos de riqueza global que de outra maneira jamais chegariam as classes mais vulneráveis de qualquer sociedade” (SANTOS: 2008:8).

Foto 3.14 e 3.15: Mini-mercado e bicicletaria improvisada



Fonte: própria autoria, 13/12/2007.

Por isso, a cidade de Campinas revela através de usos não hegemônicos, a força de uma verdadeira flexibilidade tropical⁸⁷ (SANTOS, 1994b:73) como manifestação territorial a ser ainda “decifrada” e “conectada” ao planejamento territorial.

⁸⁷ Entendida como “metamorfoses do trabalho dos pobres nas grandes cidades. Há uma infinidade de ofícios, uma multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de uma grande capacidade de adaptação sustentadas no seu próprio meio geográfico” (SANTOS, 2002a:324).

Considerações Finais

“Só alcançaremos êxito se tivermos os olhos abertos para a nossa realidade, dentro da realidade de um mundo que nos é indiferente ou hostil; se tivermos o coração aceso para as dores da pobreza dos homens e mulheres de nossa terra; se fizermos nossas as suas mal-fundadas esperanças de felicidade” (Darcy Ribeiro, 1995).

Campinas: contornos de um espaço da globalização?

Campinas situa-se na encruzilhada de diversas redes, constituídas no passado e aprimoradas no presente. É hoje densamente conectada a uma ordem arrastada pelos *impulsos globais* (RIBEIRO & SILVA, 2004a). Tais impulsos são precedidos pela difusão de crenças e seguidos de investimentos que multiplicam seus efeitos; são regidos por agentes articuladores de eventos da atual vaga de modernização. Poder-se-ia dizer que Campinas é hoje um *espaço da globalização* (SANTOS, 2005b). O fato é que hoje a globalização autoriza a produção de uma mais valia global e, nesse sentido, a cidade de Campinas torna-se uma concreção espaço-temporal dessa nova modernidade planetária.

Recentemente, as propostas de ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos reafirmam sua condição de espaço da fluidez globalizada. O alargamento dessa forma luminosa coloca restrições aos usos da região do Jardim Campo Belo. Esse subespaço é um retrato recente dos vigorosos processos de periferação em Campinas, que não correspondem apenas a uma pobreza marginal ou remediada, mas verdadeiramente estrutural.

A rarefação dos objetos técnicos públicos, a dificuldade de trabalho, a educação e lazer deficitários, os problemas de fome crônicos, a carência de acesso à informação sobre a cidade resultam de um processo de *urbanização corporativo* (SANTOS, 1990), que torna escasso, bens de uso coletivo; fundamentais aos habitantes do Jardim Campo Belo. A atração de novas

empresas e serviços novíssimos ligados ao Aeroporto de Viracopos só vem reforçar as contradições existentes na cidade.

A população do Jardim Campo Belo encontra-se em um dos interstícios da cidade mais disputados hoje pelas empresas e pelo Estado, o que nos permite intuir que a cidade de Campinas não tende a se homogeneizar. Convivem na cidade pontos luminosos que atendem as necessidades corporativas e manchas opacas que permitem a reprodução de divisões do trabalho de “baixo”, onde os tempos são lentos e a materialidade é incompleta (SANTOS, 1994b).

Problematizamos que os novos planos urbanos dessa cidade espriada e fragmentada, continuam atrelados às estratégias corporativas, reforçando círculos de cooperação hierárquicos nos lugares. As regionalizações por macrozonas (ferramenta dos recentes planos diretores) representam visões do espaço urbano setoriais a serviço de minorias, que se contrapõem às espoliações vividas pelos pobres em Campinas. Esse instrumento técnico também transmite através de sua cartografia, *informações descendentes* (SANTOS, 2003b).

Nossa análise sobre os rebatimentos do atual Plano Diretor na região do Campo Belo, revela a intenção do Estado em atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e informação. Por isso, questionamos as novidades nos seus instrumentos. Os Planos Locais de Gestão (PLG) como meios recém criados para fazer circular, de baixo para cima, as informações na escala intra-urbana de Campinas esbarram nos filtros criados para manipular as *informações ascendentes* (SANTOS, 2003b), além do mais são insuficientes para mudar a concepção tecnocrática dos planos, porque o futuro de Campinas está preso ao ideário da modernização.

Entendemos que os desafios para construção de “diagnósticos” e políticas territoriais mais justas sobre a cidade de Campinas passem pela compreensão das contradições urbanas, dos agentes que lutam por um espaço mais humano e, especialmente, pela criação de canais de comunicação, que reconheçam o sentido de outras falas e que amplifiquem o exercício da cidadania plena entre os homens. Para isso, um novo modelo de cidade deverá surgir, atrelado a um projeto de Nação que leve em consideração as especificidades do mundo subdesenvolvido e o espaço banal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Mariana Vercesi de. **Espaço alienado e solidariedades geográficas: a região metropolitana de Campinas.** Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Departamento de Geografia do Instituto de Geografia da Unicamp. Campinas, 2002.

ALMEIDA, Eliza Pereira de. **A metropolização-periferização brasileira no período técnico científico-informacional.** (Dissertação de Mestrado), Universidade de São Paulo Dep.de Geografia FFLCH/USP. São Paulo, 2000.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: NOVAIS, Fernando e SEVCENKO, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil –República da Belle Époque à era do Rádio.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (v. 3).

ANT, Clara e KOWARICK, Lúcio. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio (coord). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

ANTOGIOVANNI, Lúcia. Território e informação. A publicidade como elemento constitutivo do meio técnico científico e informacional. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (orgs). **Território Brasileiro: usos e abusos.** Campinas: Territorial, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

ARANTES, Otília et al. **A cidade do pensamento único.** Petrópolis: Vozes, 2000.

ARROYO, Mônica. A economia invisível dos pequenos. In: **Le Monde Diplomatique Brasil.** Ano 2, nº 15, 2008.

AVRITZER, Leonardo. A relevância política da participação popular. In: **Le Monde Diplomatique Brasil.** Ano 2, nº 20, 2009.

BADARÓ, Ricardo. **Campinas, o despontar da modernidade.** Campinas: Unicamp; CMU, 1996.

BAENINGER, Rosana. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista.** Campinas, SP: UNICAMP; CMU, 1992.

BAVA, Sílvio. Quem pode fazer? In: **Le Monde Diplomatique Brasil.** , Ano 2, nº13, 2008.

BERNARDI, Andreza. **A produção do espaço no município de Campinas: uma análise da urbanização e da expansão imobiliária.** Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp. Campinas, 2007.

BONDUK, Nabil. Crise da habitação e luta pela moradia no pós-guerra.. In: ANT, Clara. et al; KOWARICK, Lúcio (coord). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CAIADO, Maria Célia Silva. **Padrão de urbanização brasileiro e a segregação espacial da população na região de Campinas: o papel dos instrumentos de gestão urbana.** XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Campinas, 1997.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira et al. (org.). **São Paulo, 1975 – crescimento e pobreza.** São Paulo, Ed. Loyola, 1976.

CAMPOS, André et.al. **Atlas da exclusão social no Brasil. Dinâmicas e manifestação territorial.** São Paulo: Cortez, 2003.

CANO, Wilson & BRANDÃO, Carlos. **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, meio ambiente e economia.** Campinas: UNICAMP – IE, 2002 (Vols 1 e 2).

CAPPA, Josmar. Viracopos e novas influências do município de campinas sobre a região metropolitana de campinas durante o século XXI. In: **Cadernos da FACECA,** Campinas, v. 14, nº 2, 2005.

CARPINTEIRO, Antonio Carlos Cabral. **Momento de Ruptura: as transformações no centro de Campinas na década de 1950.** Campinas: Unicamp, 1996.

CASTILLO, Ricardo Abid. Tecnologias da Informação e organização do território. In: SOUZA, M. A. de (orgs). **Território Brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003.

CATAIA, Márcio. Crise nas cidades: alienações e resistências. In: SOUZA, M. A. de (org). **A Metrópole e o futuro: refletindo sobre Campinas**. Campinas: Territorial, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1982.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1991.

CORREA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2000.

DANTAS, Marcos. **Informação e trabalho no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Lua Nova, 2003.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

EGLER, Tamara Tânia Cohen. Integração social no espaço urbano: encontros ou confrontos? In: **Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

ENGELS Friedrich. **A Origem da família da propriedade privada e do Estado** (1884). São Paulo: Centauro: 2002.

FARIAS, Hélio Caetano. **Circuitos espaciais e círculos de cooperação da produção de alta tecnologia de Campinas: reflexões sobre o planejamento territorial**. Monografia de

Conclusão de Curso apresentada ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp. Campinas, 2004.

FIORI, José Luís. Para repensar o papel do Estado sem ser um liberal. In: **Revista de Economia Política**. Ano 45, n° 1, vol. 12, 1992.

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão**. São Paulo: Boitempo, 2005.

FONSECA, Helena. **Produção e difusão de informações: formas de controle e resistência**. Relatório de Iniciação Científica/ CNPq. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009.

FONSECA, Rinaldo Barcia et al. (orgs). **Livro verde para a Região Metropolitana de Campinas**. Campinas, SP: Unicamp IE. 2002.

FURTADO, Celso. O fator político na formação nacional. In: **Estudos Avançados**, Ano 40, n°14, 2000.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas, 1963.

GENNARI, Bárbara da Aldea. **O Parque Oziel: uma construção cotidiana na metrópole de Campinas**. Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp. Campinas, 2006.

GERTEL, Sérgio. Reconhecendo o território: A informação e o espaço geográfico. In: SOUZA, Maria A. de (orgs). **Território Brasileiro: Usos e Abusos**. Campinas: Territorial, 2003.

GOTTMAN, Jean. The evolution of the concept of territory. In: **Social Scientific Information**. Ano III/IV, n° 14, 1975.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

HARVEY, David. **Espaços da esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HOGAN Daniel et al. **Migrações e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: NEPO/ UNICAMP, 2001.

ISNARD, Hildebert. **O espaço geográfico**. Coimbra: Almedina, 1982.

KOWARICK, Lúcio. **Espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

KOWARICK, Lúcio. As lutas sociais e a cidade: repensando um objeto de estudo. In: ANT, Clara. et al; KOWARICK, Lúcio. (coord). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KOWARICK, Lúcio e BONDUK, Nabil. Espaço Urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: ANT, Clara. et al; KOWARICK, Lúcio. (coord). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LEFEBVRE. Henri. **O Direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LENCIONI, Sandra. **Reestruturação urbano – industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada**. In: SANTOS, M. et all. Território Globalização e Fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1996.

LIMONAD, Ester & RANDOLPH, Rainer. Considerações sobre a interação Sociedade-Estado. In: **GEOgraphia** (UFF), Niterói, v. I, n. 7, p. 53-42, 2002. Disponível em: port@l.eletrônico.gov.

LOJKINE, Jean. **A Revolução Informacional**. São Paulo: Cortez: 1995.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. (1981). São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: HUCITEC. 1996.

MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: qual planejamento urbano? In: **Cadernos IPPUR/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional**. Ano XI, n.1 e 2. Rio de Janeiro:UFRJ/ IPPUR,1997.

MARINS, Paulo César. Habitação e Vizinhança: Limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: In: NOVAIS, Fernando; SEVCENKO, Nicolau (org). **História da Vida Privada no Brasil –República da Belle Époque à era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (v. 3).

MARQUETT, Adalmir. Até onde vão os efeitos redistributivos do Orçamento Participativo? In: **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ano 2, nº 13, 2008.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MARTINS, Valter. Um nó na trama urbana. Tensões cotidianas em torno ao largo do mercado. Campinas, século XIX, publicado nos anais do **XIX Encontro de História, Poder, Violência e Exclusão**. São Paulo, 2008.

MELGAÇO, Lucas de Melo. **A geografia do atrito: dialética espacial e violência em Campinas** (Dissertação de Mestrado), Universidade de São Paulo Dep. de Geografia FFLCH/USP. São Paulo, 2005.

MENEZES, Francisco; SANTARELLI, Mariana. O bolsa família funciona? In: **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ano 2, nº 13, 2008.

MESTRE, Ana Paula e SILVA, Adriana Bernardes. Globalização e Fragmentação Urbana: uma análise do processo de periferização na cidade de Campinas – SP. Publicado no **XV Encontro Nacional de Geógrafos**. São Paulo, 2008.

MIRANDA, Zoraide. **A incorporação de áreas rurais às cidades: um estudo de Campinas**, S.P. (Tese de doutoramento). Universidade Estadual de Campinas, IE: Campinas, 2002.

MONTEIRO, Circe Maria Gama. O Planejamento: algumas considerações. **Revista Eletrônica de ciências Sociais Aplicadas**. Ano 2, nº 1, 2007. Disponível *on line*: <http://www.uff.br/> etc.

MONTENEGRO, Marina. Regitz. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da Globalização.** (Dissertação de Mestrado), Universidade de São Paulo Dep. de Geografia FFLCH/USP. São Paulo, 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio ambiente construído e ciências humanas.** São Paulo: Hucitec, 1994.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil.** (1969). São Paulo: Anablume, 2005.

MOURA, Rosa. Metrôpoles em reestruturação: A lógica da desordem. In: LAGO, Luciana Correa do et al. **Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e os conflitos.** São Paulo: Perseu Abramo, RJ: Fase, 2004.

NAKANO, Kazuo; ROLNIK, Raquel. As armadilhas do pacote habitacional. In: **Le Monde Diplomatique Brasil.** , Ano 2, nº 20, 2009.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. A utopia do direito à cidade: possibilidades de superação da dicotomia favela-bairro no Rio de Janeiro. In: **GEOgraphia** (UFF), Niterói, v. VII, nº 14, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Plano Preliminar Desenvolvimento Integrado de Campinas.** Campinas, SP: Escritório Municipal de Planejamento /PMC, 1970.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Subsídios para discussão do Plano Diretor.** Campinas, SP: PMC, 1991.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Subsídios para discussão do plano diretor.** Campinas, SP: PMC, 1996. Disponível *on line*: www.campinas.sp.gov.br/seplama/planodiretor

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Subsídios para discussão do plano diretor.** Campinas, SP: PMC, 2006. Disponível *on line*: www.campinas.sp.gov.br/seplama/planodiretor.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. A metrópole de Campinas diante da megalópole do sudeste do Brasil: um olhar dialético–espacial. In: In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org). **A Metrópole e o futuro: refletindo sobre Campinas**. Campinas: Territorial, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Urbanidade e vida metropolitana**. Rio de Janeiro: Jobran, 1996.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Faces ativas do urbano: mutações num contexto de imobilismos. In: **Repensando a Experiência Urbana da América Latina: Questões, Conceitos e Valores**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

RIBEIRO, Ana Clara Torres e SILVA, Cátia Antonia. Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). **El rostro urbano de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2004a

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Lugares dos saberes: diálogos abertos. In: BRANDÃO, Carlos (org.) **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004b.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Regionalização: Fato e Ferramenta. In: LIMONAD, Ester. HAESBERT, Rogério; MOREIRA, Rui. **Brasil século XXI: Por uma nova regionalização?Agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Limonad/CNPq, 2004c

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, Cátia Antonia da et al. **Formas em Crise: utopias necessárias**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

RIBEIRO, Cláudia Maria. **Ou é casa ou é nada: um estudo sobre a lógica de ocupação dos espaços construídos à margem da legislação no município de Campinas** (Dissertação de Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Campinas, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **Os brasileiros**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

RIBEIRO, Darcy. **O Brasil como problema**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

RIBEIRO, Luis César. Reforma urbana na cidade da crise: balanço teórico e desafios. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves. A. **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

RIBEIRO, Luis Henrique Leandro. **O comércio na cidade de Campinas: os casos do centro e do Eixo D. Pedro I**. Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp. Campinas, 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins. De Guangdonj a Caruaru. In: **Le Monde Diplomatique Brasil.**, Ano 2, nº 20, 2009.

RICUPERO, Rubens. **Integração externa, sinônimo de desintegração interna?** In: **Estudos Avançados**. Ano 40, nº 14, 2000.

ROCHA, Henderson Rodrigues. **A circulação em Campinas: a viabilização do território como recurso através da expansão do Aeroporto de Viracopos**. Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp. Campinas, 2006.

ROLNIK, Raquel. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: ANT, C. et al; **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei - legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 1997.

ROLNIK, Raquel. São Paulo, um século de regulação urbanística: para quem, para quê? In: **Cadernos IPPUR/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional**. Ano XI, n.1 e 2. Rio de Janeiro:UFRJ/ IPPUR,1998.

ROLNIK, Raquel. (Org.) Regulação urbanística e exclusão territorial. In: **Revista Pólis**. São Paulo: Instituto Pólis, 1999.

ROLNIK, Raquel. A lógica da desordem. In: **Le Monde Diplomatique Brasil.** , Ano 2, nº 13, 2008.

SANTOS, Antonio da Costa. **Campinas, das Origens ao Futuro: Compra e Venda de Terra e Água e um Tombamento na Primeira Sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992).** Campinas: Unicamp, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. In: **Estudos Avançados,** Ano 2, nº 2, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa.** RJ: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** SP: Boitempo, 2007.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação sócio espacial como teoria e como método. In: **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo, FFLCH, nº 54, 1977.

SANTOS, Milton. **O Espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: S. A, 1979.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo.** São Paulo: Nobel, 1990.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade. O caso de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, Educ, 1994a

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo.** São Paulo: Hucitec, 1994b.

SANTOS, Milton. Da política dos estados à política das empresas. In: **Cadernos da Escola do Legislativo.** n.6, 1997.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** (1987). São Paulo: Nobel, 1998.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. In: **Cadernos IPPUR**, R. J. Ano XIII, nº 2, 1999.

SANTOS, Milton. et al. **O papel ativo do território. Um manifesto.** Laboplan, Dep. de Geografia, FFLCH, USP. Apresentado no XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** (1996). São Paulo: Edusp, 2002a.

SANTOS, Milton. **O país distorcido. O Brasil, a globalização e a cidadania.** São Paulo: Publifolha, 2002b.

SANTOS, Milton. **Economia espacial.** (1979). São Paulo: Edusp, 2003a

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** (2000) Rio de Janeiro: Record, 2003b.

SANTOS, Milton. Região: globalização e identidade. In: LIMA. Luiz. Cruz. **Conhecimento e reconhecimento: uma homenagem ao geógrafo cidadão do mundo.** Fortaleza: Educe, 2003c.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** (1980). São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira.** (1994). São Paulo: Edusp, 2005 a.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp: 2005 b.

SANTOS. Milton. O futuro das megacidades: dualidade entre o poder e a pobreza. In: **Cadernos Metrôpole**, nº19, 2008.

SANTOS, Milton. & SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil, território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEMEGHINI, Ulisses. **Do café à indústria. Uma cidade e seu tempo,** Campinas: Unicamp, 1991.

SILVA, Adriana Bernardes. **A contemporaneidade de São Paulo. Produção de informações e reorganização do território brasileiro.** (Tese de Doutorado), Universidade de São Paulo Dep. de Geografia FFLCH/USP. São Paulo, 2001.

SILVA, Adriana Bernardes. As grandes cidades e o período popular da história. In: **Encontro com o pensamento de Milton Santos.** Salvador: Empresa Gráfica da Bahia; Rio de Janeiro: Campus, 2005.

SILVA. Armando Correa da. **De quem é o pedaço?** São Paulo: Hucitec, 1986.

SILVA, Armando Correa da. A aparência, o ser e a forma (geografia e método). In: **GEOgraphia** (UFF), Niterói, Ano II, n. 3, 2000.

SILVA, Cátia Antonia da. Crise da modernidade e trabalho em contextos metropolitanos. In: **Formas em Crise: Utopias Necessárias.** Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

SILVA, Cátia Antonia da & FREIRE, Desiree Guichrad. **“Participação social, gestão urbana e contribuições da geografia em busca do humanismo concreto”**, publicado no IX Colóquio Internacional de Geocrítica, Porto Alegre, 2007.

SILVA, Marcelo K.; BAIOCCHI, Gianpaolo. Limites intrínsecos do orçamento participativo In: **Le Monde Diplomatique Brasil.** , Ano 2, nº 20, 2009.

SILVEIRA, Maria Laura. Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil? In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. (org). **Que País é esse? Pensando o Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Globo, 2005.

SILVEIRA, Maria Laura. Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os circuitos da economia urbana. In: **X Simpósio Nacional de Geografia Urbana.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

SOUZA, Arnaldo Machado de & FONSECA, Ana Maria. O debate sobre renda mínima: a experiência de Campinas. In: **São Paulo em Perspectiva.** Ano 4, nº 11, 1997.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Governo urbano**. São Paulo: Nobel, 1985.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. de Sobre planos diretores: em busca da urbanidade. In: **Boletim Amazonense de Geografia**. Manaus: AGB/ Manaus, 1992.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Pedagogia cidadã e tecnologia da informação: um projeto piloto para a periferia Sul da cidade de São Paulo. In: **Repensando a Experiência Urbana da América Latina: Questões, Conceitos e Valores**. Clacso - Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, Buenos Aires, 2000.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. A. de A dinâmica dos lugares e o período popular da história. In: SOUZA, M. Adélia de (org). **A Metrópole e o Futuro: Refletindo sobre Campinas**. Campinas: Territorial, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Clima de guerra civil? In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. (org). **Que país é esse? Pensando o Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Globo, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A Prisão e a ágora**. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SPOSATI, Aldaíza. **Cidade em pedaços**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação. **O Chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. Tese de Livre Docência. Faculdade de Ciência e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente: UNESP, 2005.

TAUBE, Maria José de Matos. **De migrantes a favelados: um estudo de um processo migratório**. Campinas: UNICAMP, 1986.

TEIXEIRA, Ana Cláudia. C. Até onde vai a participação cidadã? In: **Le Monde Diplomatique Brasil**, Ano 2, nº 7, 2008.

TOPALOV, Christian. Do Planejamento à ecologia: nascimento de um novo paradigma da ação sobre a cidade e o habitat? In: **Cadernos IPPUR/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional**. Ano XI, n.1 e 2. Rio de Janeiro:UFRJ/ IPPUR,1997.

TREVISAN, Fernanda Lodi. **Segregação sócio-espacial na APA de Souza e Joaquim Egídio: Os condomínios fechados e o consumo de paisagens naturais**. Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp. Campinas, 2006.

VAINER, Carlos Bernardo. Regionalismos contemporâneos. In: AFFONSO, R. de B. A., SILVA, P. L. B. **A federação em perspectivas: ensaios selecionados**. São Paulo: Fundap, 1995.

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O. et al. **A cidade do pensamento único: desmanchando Consensos**. Petrópolis, Vozes, 2000.

VAINER, Carlos Bernardo. **As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local**. In: Cadernos IPPUR/UFRJ, ano XV, n°2, 2002.

VAINER, Carlos Bernardo. **Utopias urbanas e o desafio democrático**. In: Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n° 105, 2003.

VALLADARES, Lícia; PRETECEILLE, Edmond. (coord). **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo: NOBEL, IUPERJ, 1990.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEÁK, Csaba. e SCHIFFER, Sueli Ramos. (orgs). O processo de urbanização no Brasil , São Paulo: Fupam, Edusp, 1999.

Sítios Consultados:

[http:// www.polis.org.br](http://www.polis.org.br)

<http://web.observatoriodasmetropoles.net>

[http:// www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)

[http:// www.campinas.sp.gov.br](http://www.campinas.sp.gov.br)

[http:// www.clacso.org.ar](http://www.clacso.org.ar)

[http:// www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)

[http:// www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br)

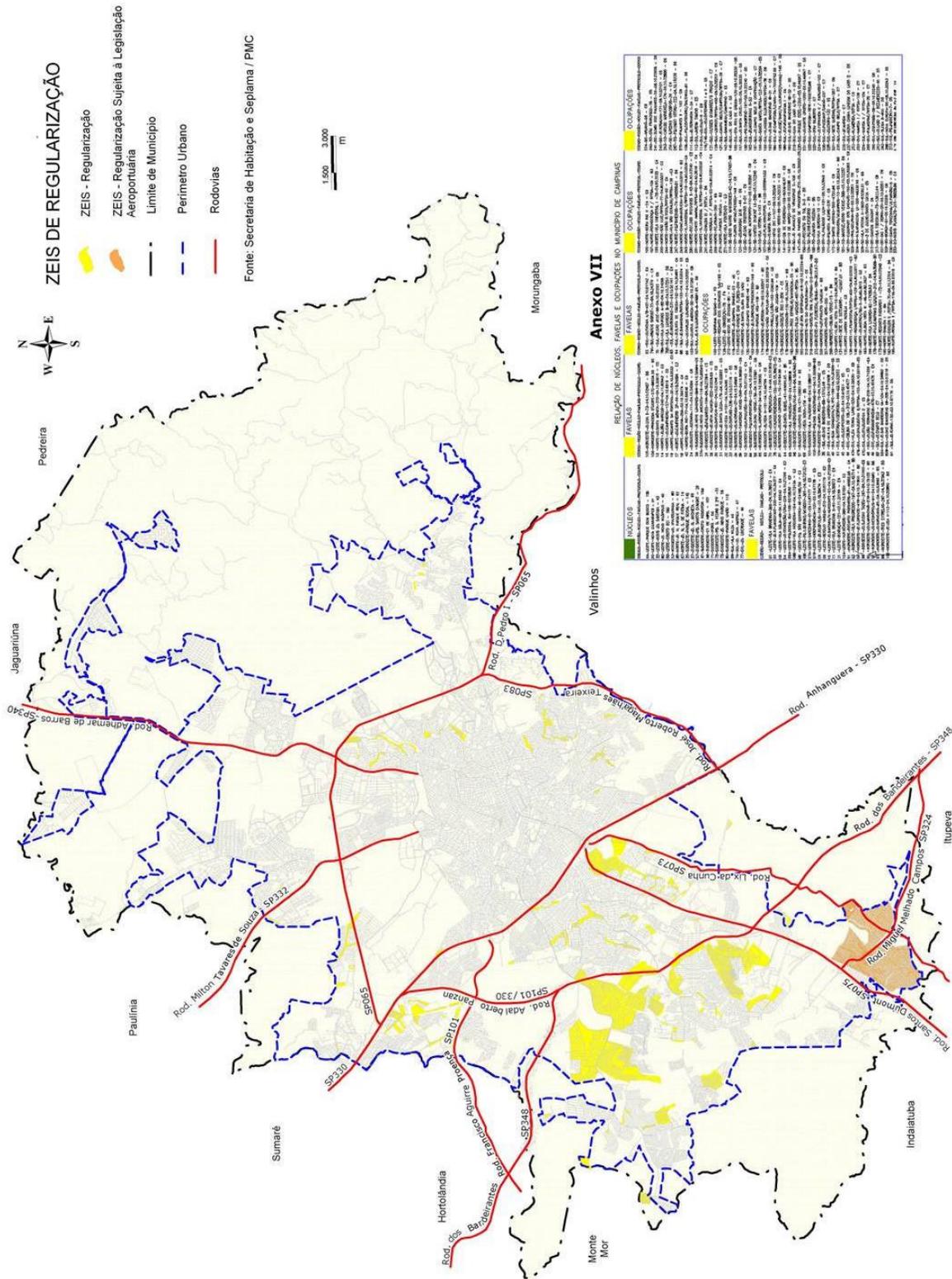
[http:// www.cpopular.com.br](http://www.cpopular.com.br)

<http://www.plenarinho.gov.br>

[http:// www. discutaviracopos.com.br](http://www.discutaviracopos.com.br)

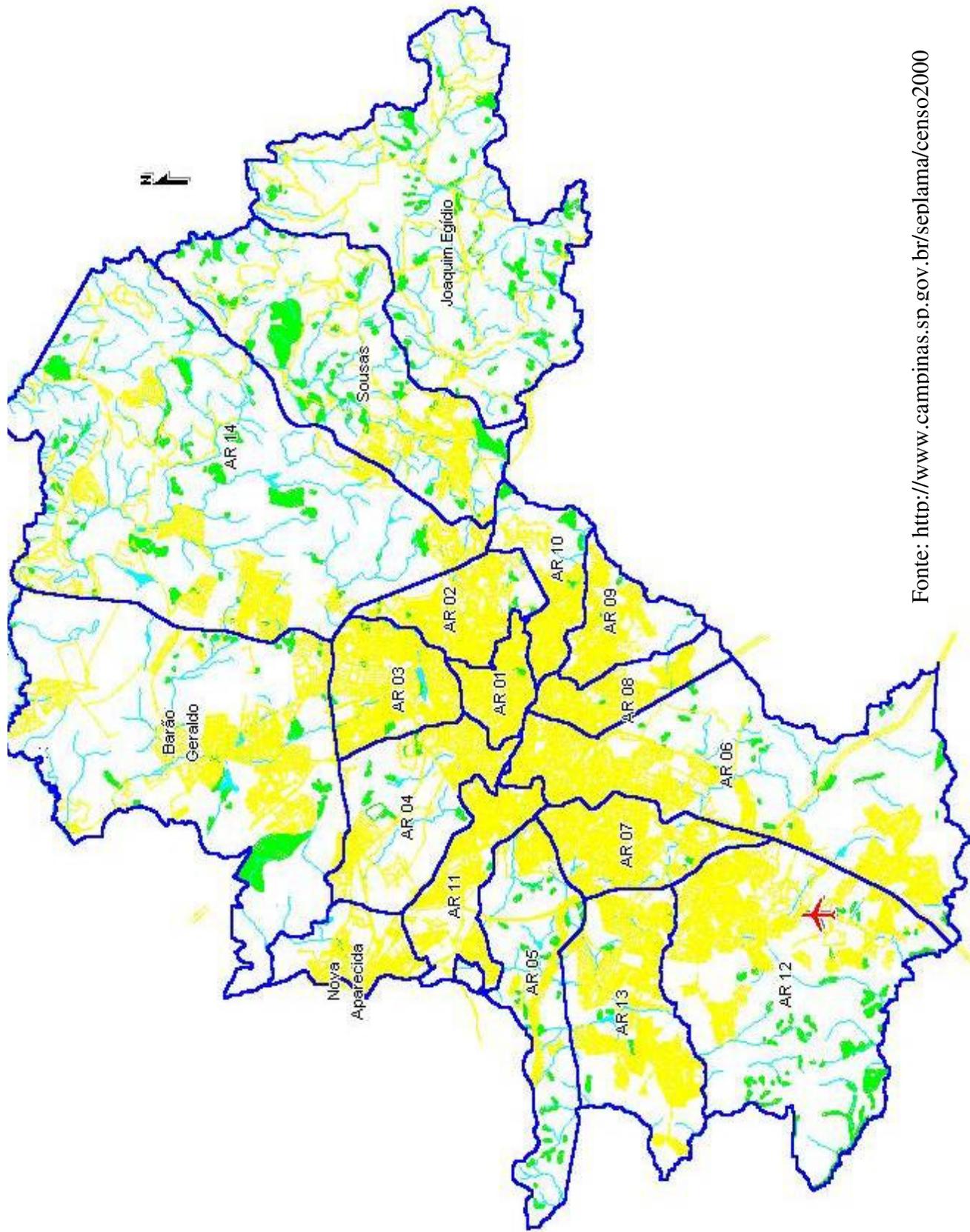
ANEXOS

ANEXO 1: ZEIS DE REGULARIZAÇÃO (Plano Diretor de 2006)



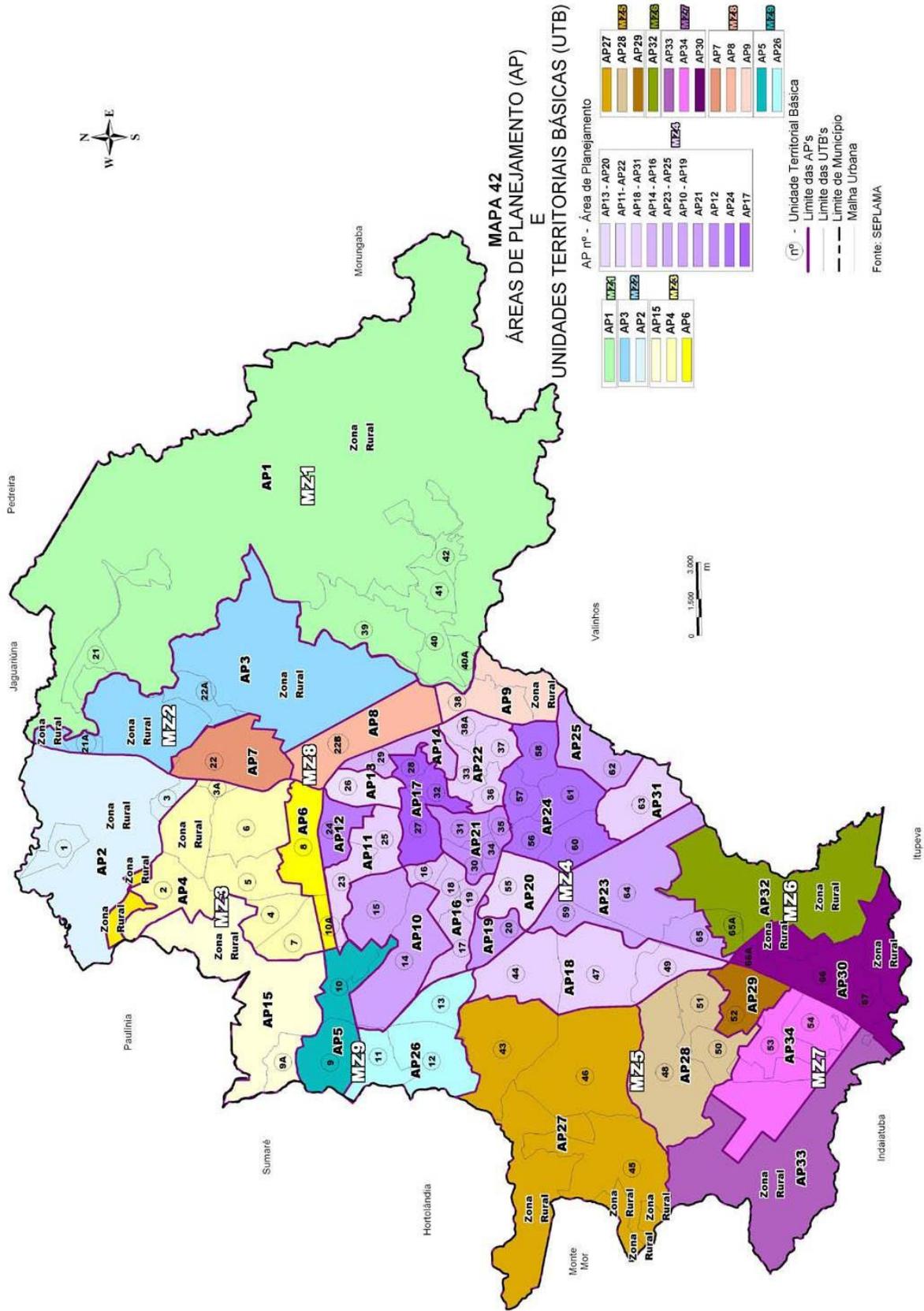
Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/seplama>

ANEXO 2: Administrações Regionais em Campinas



Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/seplama/censo2000>

ANEXO 3: ÁREAS DE PLANEJAMENTO E UTB'S



Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/seplama/censo2000>

Anexo 4

PLANOS LOCAIS DE GESTÃO SEMINÁRIO MACROZONA 7

DATA - 10/11/2007 – DAS 13H00 ÀS 17H00
LOCAL – RUA ADEMIR CUBERO RUANO, S/Nº - JD. CAMPO BELO I

DESENVOLVIMENTO

- Loteamento Fortunato, propõe Empresas não poluentes;
- Área para desenvolvimento do comércio para gerar empregos;
- Bairro Santa Maria II – precisa de infraestrutura para desenvolver comércio;
- Bairros Califórnia e Vera Cruz. não tem ruas (pagam IPTU) precisa de definição, se é área rural ou urbana;
- Bairros Columbia e São Jorge estão na área de desapropriação, como fica?

REA RURAL E MEIO AMBIENTE

- Preservação da área verde e dos mananciais;
- Agricultores propõe cinturão verde;
- Poços e fossas, o solo não agüenta mais;
- Córrego da bacia do Capivari – propõe fazer um bosque;
- Investimentos no meio ambiente;
- Como ficam os mananciais com a expansão do Aeroporto?;
- Valorização da agricultura na região. incentivos com investimentos;
- Bairro São João, recuperação da praça (após a remoção das famílias)

ABASTECIMENTO

- Em toda a região é bastante precário, precisa de investimentos;
- Jd. Marisa II não tem água, (pagam imposto);
- Cobrar da Sanasa, obras prometidas para novembro/2007.

EDUCAÇÃO/ESCOLAS

- Campo Belo II, Jd. Itaguaçu, Santa Maria II e Jd. Fernanda II não tem área para escola, as crianças vão para Vinhedo;
- Pedem urgência escolas para do 1ª a 8ª série.

TRANSPORTE E ACESSIBILIDADE

- Criação de estação de transferência;
- Estrada Velha de Indaiatuba – melhorar acesso
- Construção de passarela e duplicação da Rodovia Campinas/Vinhedo;
- Terminar o anel viário;
- Integração viária Aeroporto/Campo Grande;
- Jardim Fernanda II. acesso precário;
- Jardim Novo Itaguaçu, não tem acesso;
- Qual o projeto que o governo tem em relação à acessibilidade?

MORADIA

- Campo Belo II e Bairro São João – preocupação com a retirada das famílias em áreas de nascentes e terreno encharcado, para onde irão?
- Qual o planejamento para construção de moradias?

SAÚDE

- Reivindicam um Pronto Socorro na região;
- Bairro Santa Maria II não tem área para construção de Posto de Saúde;

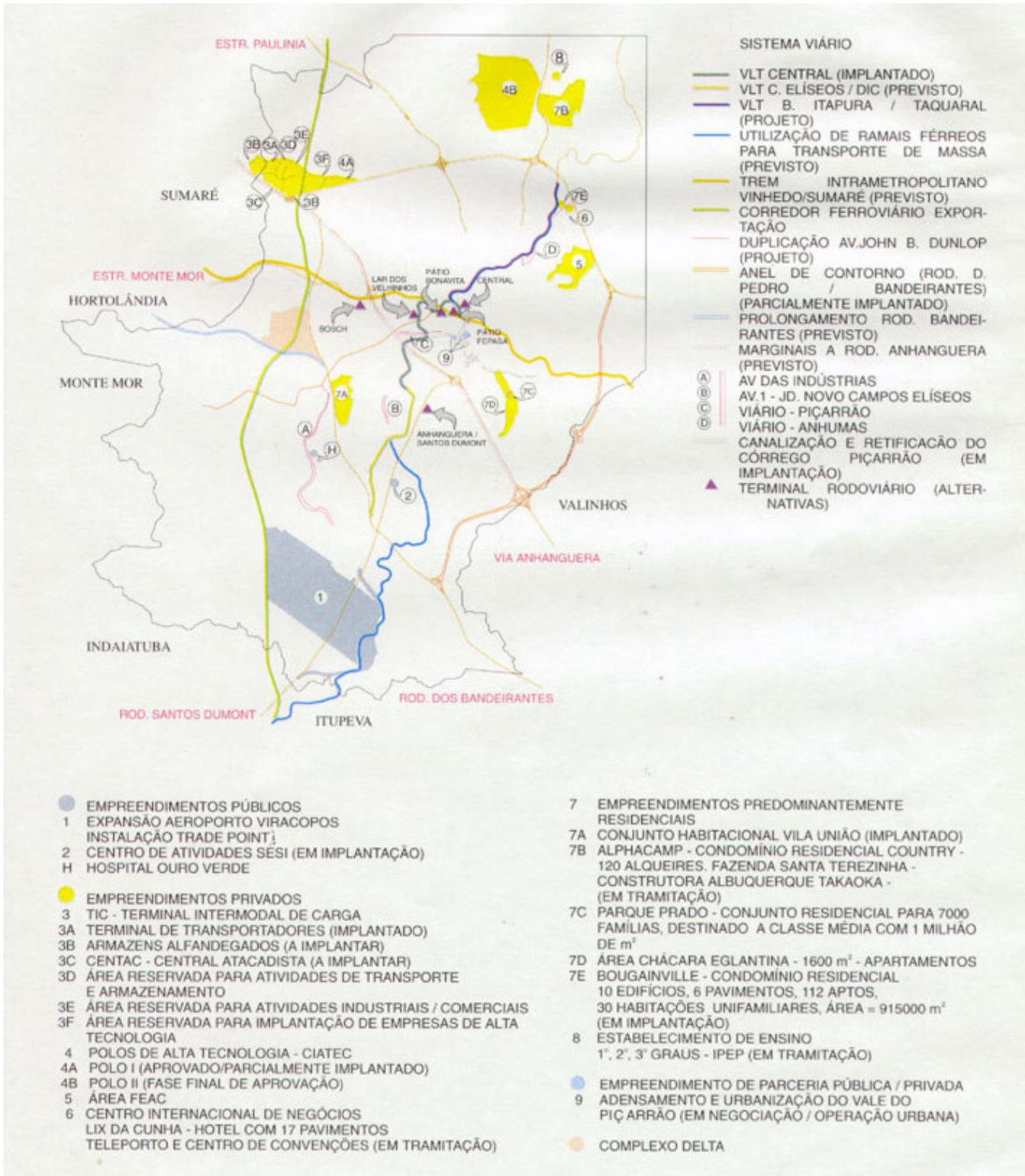
LAZER

- Jd. Marisa não tem área de lazer, propõe construir pista de Skate;
- Campituba – existe área vazia, propõe construção de praça de esportes e lazer;

ZONEAMENTO

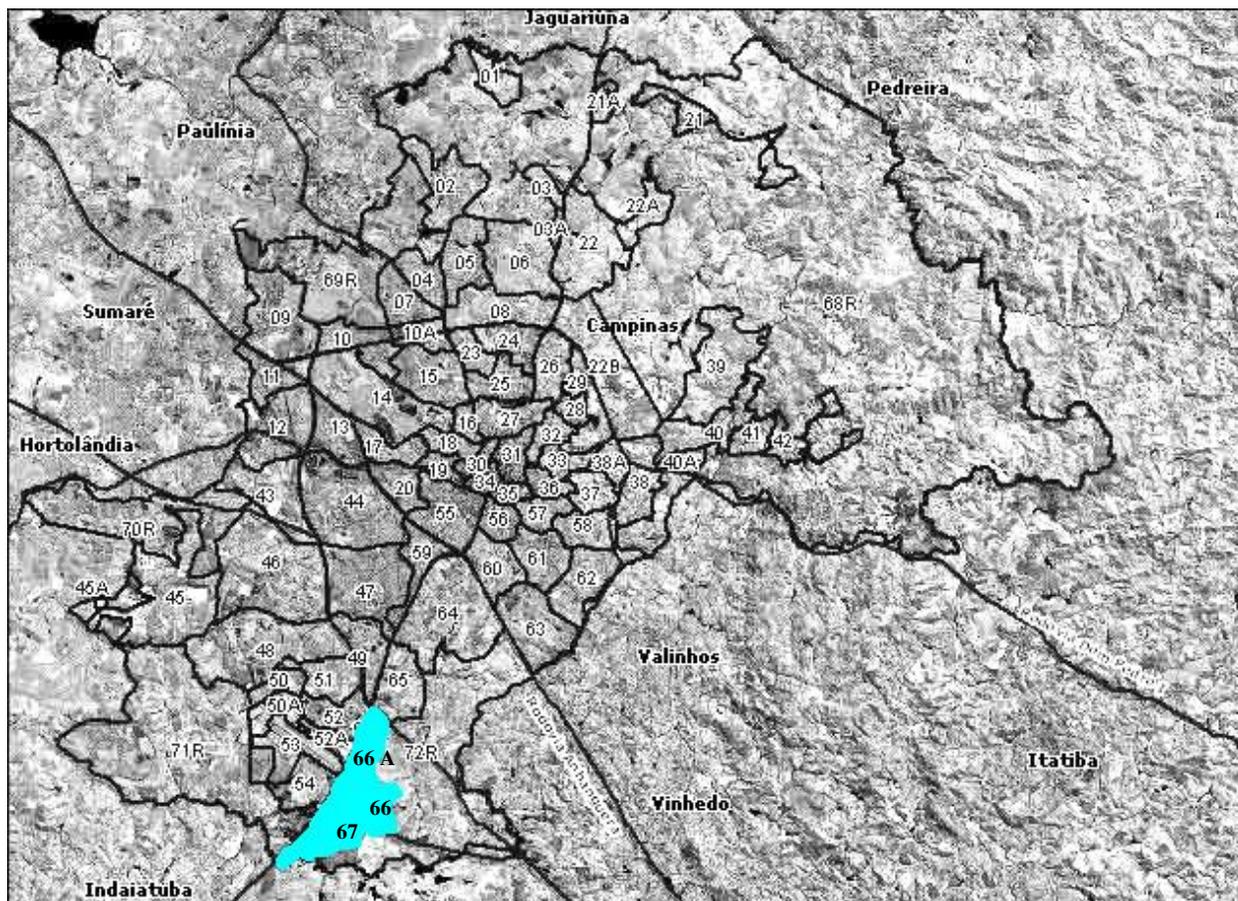
- Área do Fortunato, loteamentos de pequenas e médias Empresas, para gerar empregos, precisa regularizar o zoneamento;
- Não querem que a região seja prestadora de serviços para o Aeroporto;
- Preocupam-se com o projeto de lei referente ao zoneamento que está na Câmara (não concordam);
- Quais as mudanças previstas para a região?

Anexo 5 – Investimentos estruturadores do Plano Diretor 1996



Fonte: PMC, 1996

Anexo 6: Espacialização das unidades territoriais básicas -2006



Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/seplama/censo2000/utb/utb2000.htm>.

Legenda:

área das UTB's: 66 A, 66 e 67 da região Sul

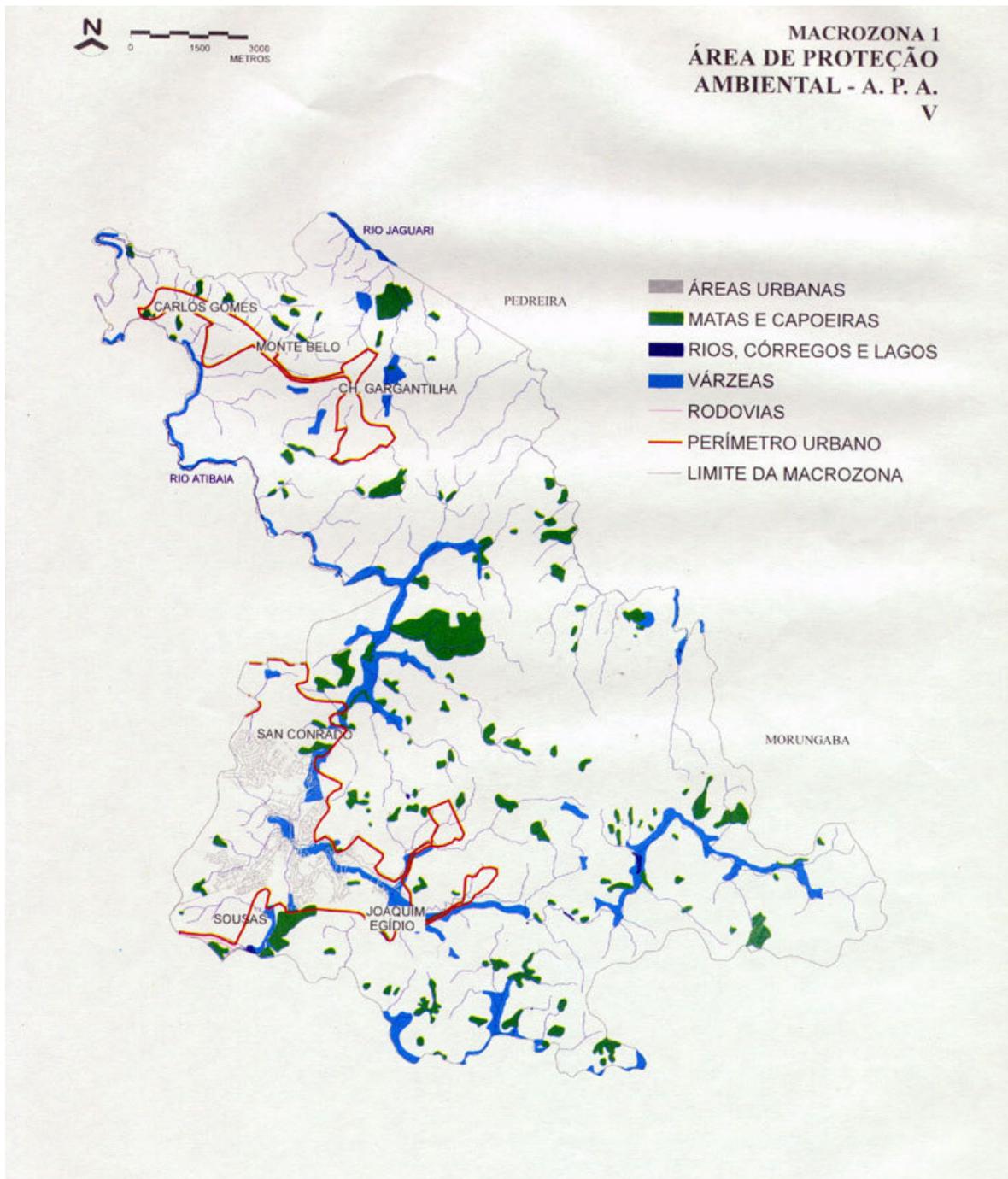
Bairros que compõem as UTB's (66,66 A e 67)

66	Cidade Singer, Jardim São João de Viracopos, Jardim Campo Belo, Jardim. Marisa, Jardim São Domingos, Vila. Palmeiras, Vila. Palmeiras (cont.), Núcleo Residencial Vila Nilza (Jardim São Domingos e Jd. Campo Belo).
66 A	Cidade Singer, Jardim São João de Viracopos, Jardim Campo Belo, Jardim Marisa, Jardim são Domingos, Vila Palmeiras, Vila Palmeiras (cont.), Núcleo Residencial Vila Nilza, (Jardim São Domingos, Jardim Campo Belo)
67	Jardim Itaguaçu 1ª e 2ª part, Jardim Fernanda, Vila Santa Maria 2ª parte (Jardim Fernanda)

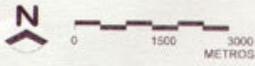
Fonte: Organização da autora

Anexo 7

Macrozoneamento de Campinas – Plano Diretor 1996



Fonte: PMC, 1996

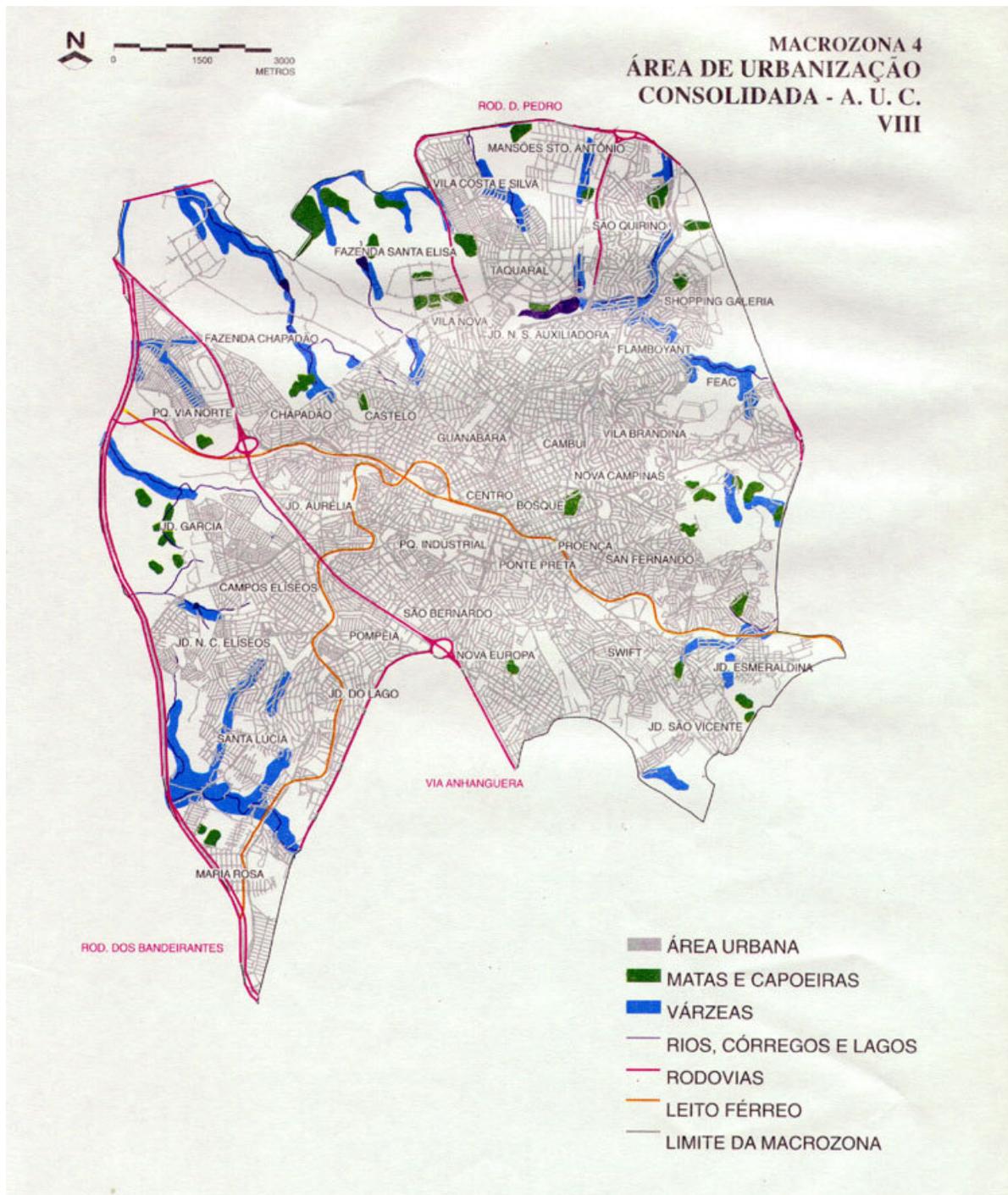


MACROZONA 2 ÁREA COM RESTRIÇÃO A URBANIZAÇÃO VI

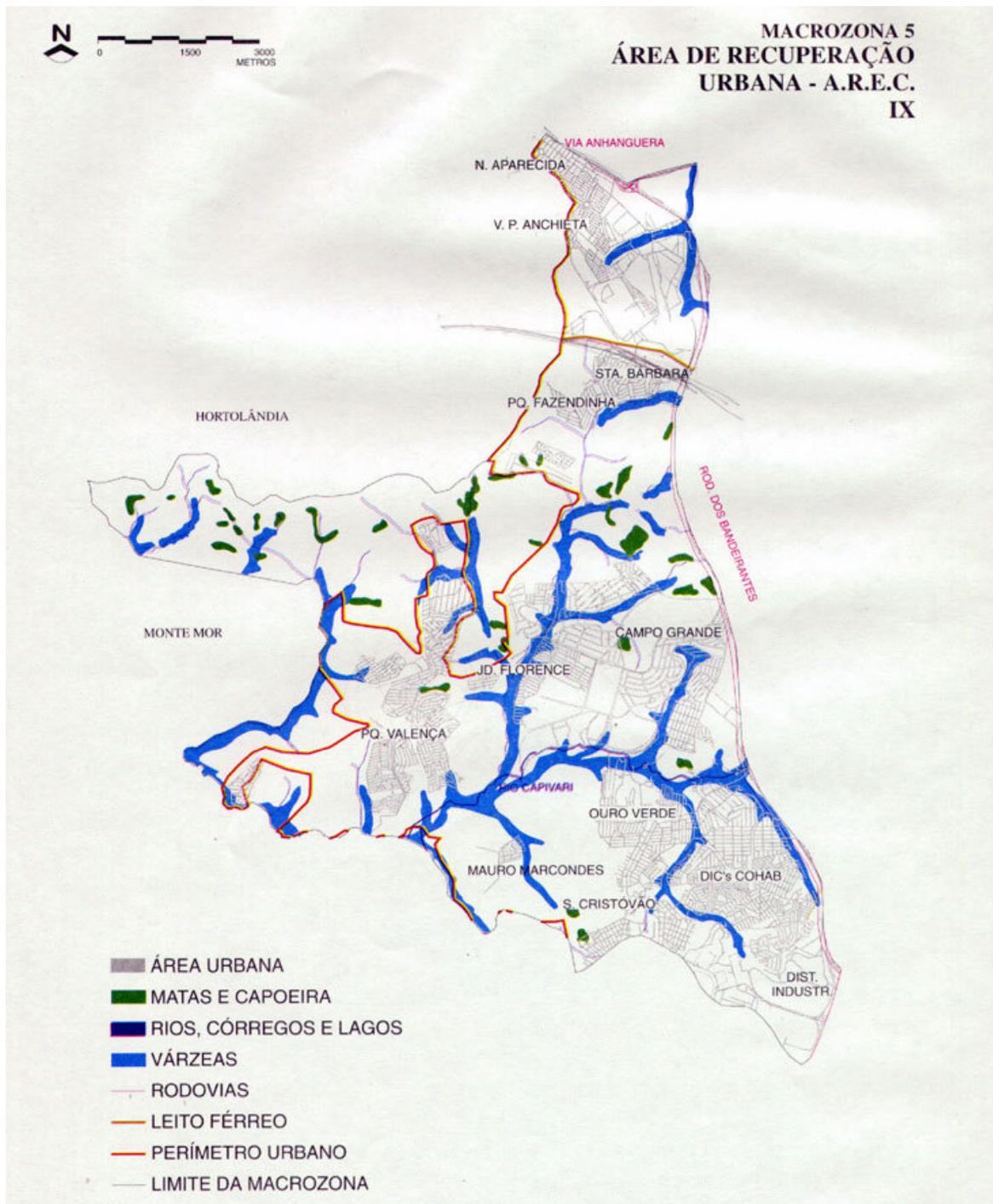




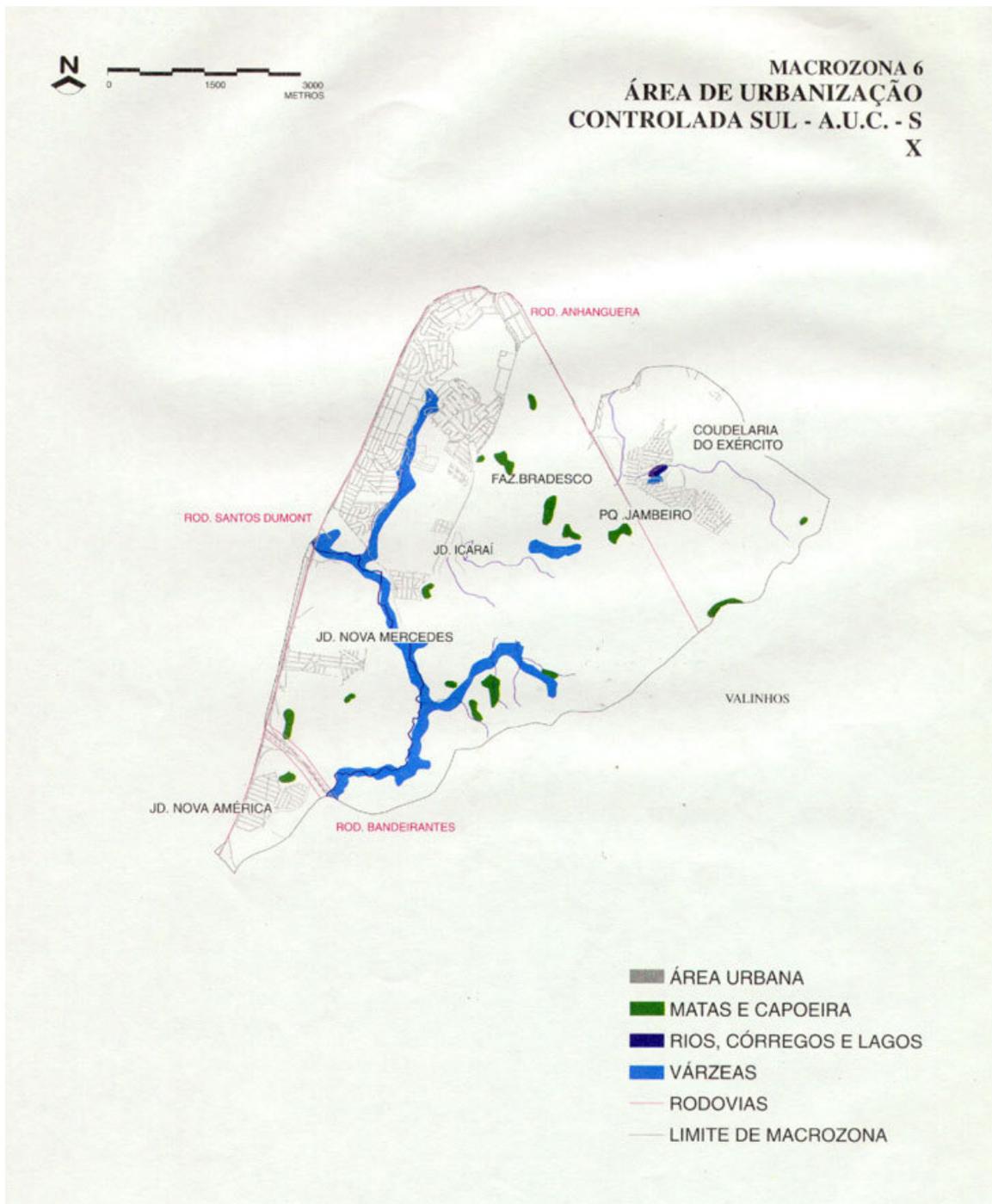
Fonte: PMC, 1996



Fonte: PMC, 1996



Fonte: PMC, 1996



Fonte: PMC, 1996



Fonte: PMC, 1996